

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**IZAURA DE MENEZES MEDEIROS**

**A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO – AFRID –  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA: DE 1989 A 2014.**

**UBERLÂNDIA**  
**2017**

IZAURA DE MENEZES MEDEIROS

**A GÊNESE E O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO – AFRID –  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
UBERLÂNDIA: DE 1989 A 2014.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Armindo Quillici Neto

UBERLÂNDIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M488g Medeiros, Izaura de Menezes, 1985-  
2017 A gênese e o desenvolvimento do Programa de Extensão - AFRID -  
da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia  
de 1989 a 2014 / Izaura de Menezes Medeiros. - 2017.  
121 f. : il.

Orientador: Armindo Quillici Neto.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2017.16>  
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Universidade Federal de Uberlândia -  
Extensão universitária - Teses. 3. Universidade Federal de Uberlândia.  
Faculdade de Educação Física - Teses. 4. Extensão universitária -  
Aspectos sociais - Teses. I. Quillici Neto, Armindo. II. Universidade  
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III.  
Título.

---

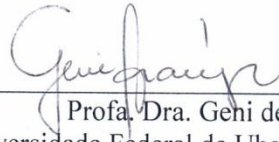
CDU: 37

BANCA EXAMINADORA



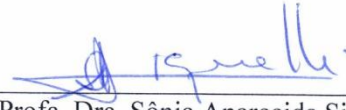
---

Prof. Dr. Armindo Quillici Neto  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



---

Profa. Dra. Geni de Araujo Costa  
Universidade Federal de Uberlândia – UFU



---

Profa. Dra. Sônia Aparecida Siquelli  
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS

Uberlândia, 29 de agosto de 2017.

Dedico esta dissertação a todos que acreditam e fazem da extensão universitária uma rica fonte de saberes e aprendizados.

## AGRADECIMENTOS

Ao Criador de tudo o que há, pelo sustento e guiança. Agradeço pela vida pois, através do universo manifestado, tudo se realiza.

Eu sou grata pela oportunidade de acesso a universidade, e a possibilidade de estudar em um programa de pós-graduação, quantos não tem o mesmo privilégio? Sou grata ainda por pesquisar essa temática, muitas vezes preterida pela nata acadêmica.

Eu sou grata a toda comunidade AFRID por tantas lições de vida que, me impulsiona a buscar a verdadeira essência do saber. Em especial, a professora Geni, com seu trabalho, manancial de inspiração não somente a mim, mas a muitos que conviveram com ela durante esses 25 anos de história. Aos idosos e alunos do AFRID meus sinceros agradecimentos, vocês construíram uma luminosa história no seio da Universidade Federal de Uberlândia.

Eu sou grata ao meu orientador, professor Armindo, com sua simplicidade e ação assertiva, conduziu a caminhada, me ensinou lições valiosas que transcendem a academia. Me ensinou a perceber a fluidez da vida. Gratidão!

Eu sou grata aqueles que me proporcionaram a experiência da vida, meus pais Evilásio e Luciene, fonte de alento e motivação. Reconheço o esforço, a abdicação e o amor. Eu sou grata a vocês meus semeadores primeiros, amo-os sem limites.

Eu sou grata a família que construí com meu companheiro Alexander, dois filhos, Philipe e Sophia, que passaram esse período de estudos me apoiando e me acolhendo nos momentos mais difíceis, o amor de vocês me fortalece. Amo-os com toda a força do meu ser.

Eu sou grata ao querido amigo Daniel Cury, pelo estímulo em participar da seleção para o mestrado e pelas palavras de apoio durante todo o processo. O mundo precisa de mais pessoas como você: motivador persuasivo e positivo.

Eu sou grata a todos as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para esse trabalho: professores, técnicos e colegas. Gratidão pelos momentos compartilhados, pelo apoio, pela escuta sensível e por outras tantas trocas de saberes e de afetos.

Eu sou grata ao tempo, senhor de todos os sonhos e destinos.

Há tanto o que agradecer. Eu sou grata por isso também!

## RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de História e Historiografia da Educação. Se insere no campo de estudos do ensino superior e mais especificamente, apresenta a história da universidade, por meio de uma ação de extensão universitária, denominada Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade (AFRID), objeto desta pesquisa. O recorte temporal vai de 1989, ano de criação do projeto, até 2014, ano de seu 25º ano de funcionamento ininterrupto, tendo como objetivo evidenciar o contexto de sua criação e implementação enquanto ação de extensão na Faculdade de Educação Física (FAEFI), na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Como fundamentação teórica buscou-se no legado histórico de Antônio Gramsci a concepção de intelectual orgânico, tendo como eixo norteador de análise a filosofia das práxis. Esse estudo é de natureza qualitativa, utilizou-se fontes documentais e orais, cruzando os dados dessas fontes na construção da história do AFRID e da extensão universitária na UFU. Precedente a isto, fez-se uma ampla pesquisa em bases de dados para conhecer sobre a temática da extensão, e pesquisa bibliográfica sobre a história da extensão, história da UFU e do AFRID, e também, as políticas que fomentaram a extensão nas universidades brasileiras, cotejando conhecer e refletir sobre as concepções de extensão que fomentam o fazer no AFRID e na UFU. Notadamente, a extensão nas universidades brasileiras, e portanto na UFU também, ganhou expressão como processo acadêmico, científico e cultural, após a criação do FORPROEX - Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão - em 1987, contudo, é a partir da publicação do Plano Nacional de Extensão pelo MEC em 1999, que a extensão começa a ocupar o espaço acadêmico de uma forma mais organizada e embasada conceitualmente, destacando-se como transformadora da realidade social, ainda que em passos lentos. A extensão, enquanto prática social e política passa também por diversos estágios durante o período estudado no AFRID, sendo o trabalho desenvolvido, fortemente influenciado em como a UFU sistematizava sua a extensão. O AFRID ao longo de 25 anos de trabalho extensionista desenvolveu inúmeros projetos, beneficiou a população idosa e colaborou com a formação discente, promovendo uma extensão que faz pensar, que propõe soluções e, acima de tudo, provoca a dissolução de velhos paradigmas assistencialistas, proporcionando também, a observação que a extensão é a educação das inúmeras possibilidades e, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão é possível, colaborando na construção de novas ideias e significados para a extensão universitária.

**Palavras chave:** Extensão universitária. AFRID. História.

## ABSTRACT

This work is the result of a master's research carried out in the Post-Graduation Program in Education of the Federal University of Uberlândia, in the History and Historiography of Education line. It is inserted in the field of studies of higher education and more specifically, presents the history of the university, through a university extension action, called Recreational and Physical Activities for the Elderly (AFRID), object of this research. The temporal cut goes from 1989, when the project was created, until 2014, the year of its 25th year of uninterrupted operation, with the purpose of highlighting the context of its creation and implementation as an extension action at the Faculty of Physical Education (FAEFI), in the Federal University of Uberlândia (UFU). As theoretical foundation, Antônio Gramsci's historical legacy sought the conception of organic intellectual, having as its axis of analysis the philosophy of praxis. This study is of a qualitative nature, using documentary and oral sources, crossing the data from these sources in the construction of the history of AFRID and the university extension in UFU. Preceding to this, an extensive research was done in databases to know about the subject of extension, and bibliographic research on the history of extension, history of UFU and AFRID, as well as the policies that promoted extension in Brazilian universities, comparing to know and to reflect on the conceptions of extension that foment doing it in the AFRID and UFU. Notably, the extension in Brazilian universities, and therefore in UFU also, gained expression as an academic, scientific and cultural process, after the creation of FORPROEX - National Forum of Extension Pro-Rectors - in 1987, however, it is from the publication of the National Extension Plan by the MEC in 1999, that extension begins to occupy the academic space in a more organized and conceptually based way, highlighting itself as a transforming social reality, even in slow steps. The extension, while social and political practice also goes through several stages during the period studied in the AFRID, being the work developed, strongly influenced in how the UFU systematized its extension. The AFRID over 25 years of extension work has developed numerous projects benefited the elderly and collaborated with student training, promoting an extension that makes you think proposing solutions and, above all, causes the dissolution of old welfare paradigms, providing also, the observation that extension is the education of countless possibilities, and the indissociability between teaching-research-extension is possible, collaborating in the construction of new ideas and meanings for university extension.

**Keywords:** University extension. AFRID. History.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - CATÁLOGOS DE EXTENSÃO 1997, 1998 E 1999. UFU/PROEX .....	55
Figura 2 - CAPA DA REVISTA EM EXTENSÃO, V. 15, N. 1, JAN/JUN .....	57
Figura 3 - CAPA DO CADERNO DE RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES E DA MOSTRA DO 3º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DO ANO DE 1995 REALIZADO PELA UFU.....	58
Figura 4 - FOLDER DO III SEMINÁRIO NACIONAL DE EXTENSÃO E MOVIMENTO ESTUDANTIL .....	59
Figura 5 - PRODUÇÃO DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS ESTUDANTIS DA UFU: 1993 - 1996.....	60
Figura 6- CAPA DA REVISTA EDUCAÇÃO POPULAR .....	63
Quadro 1 - NÚMERO TOTAL DE AÇÕES CADASTRADAS NO SIEX-UFU DE 2010 A 2016 .....	65
Gráfico 1 - DADOS POPULACIONAIS (POR IDADE) - IBGE 2015 .....	72
Fotografia 1 - CURSO DE EXTENSÃO: “MASSOTERAPIA – A ARTE DE CURAR COM AS MÃOS”, DESENVOLVIDO PELO AFRID EM PARCERIA COM O CURSO DE FISIOTERAPIA DA UFU.....	74
Fotografia 2 - GRUPO DE DANÇA DO AFRID EM APRESENTAÇÃO NO CAMPUS EDUCAÇÃO FÍSICA .....	74
Quadro 2 - TEMAS DA SEMANA DO IDOSO DE 1995 A 1999. ....	81
Fotografia 3- MESA DE ABERTURA I SEMANA DO IDOSO REALIZADA EM 1995. ....	81
Figura 7 - FOLDER DO GRUPO DE DANÇA DO AFRID (CIA DE DANÇA AFRID) .....	83
Figura 8 - MATÉRIA DO JORNALCORREIO DE UBERLÂNDIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE TRAZ REPORTAGEM SOBRE RECEBIMENTO DE VERBA PELO AFRID .....	85
Quadro 3 - PORCENTAGEM DE PALAVRAS TEMÁTICAS PRESENTES NOS RELATOS DISCENTES NO INFORMATIVO AFRID, DE 2003 A 2014.....	86
Figura 9 - JORNAL DA UFU, JULHO DE 2001, P. 11: PESQUISA REVELA BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A TERCEIRA IDADE .....	88
Quadro 4 - TEMAS DA SEMANA DO IDOSO DE 2000 A 2014 .....	91
Figura 10 - JORNAL INVASÃO DE PRIVACIDADE, ABRIL DE 1996. INFORMATIVO PRODUZIDO PELOS ALUNOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFU .....	92
Figura 11 - LIVRO: ATIVIDADE FÍSICA, ENVELHECIMENTO E A MANUTENÇÃO DA SAÚDE. CUJA ORGANIZAÇÃO É DA PROFESSORA GENI DE ARAÚJO COSTA, COORDENADORA DO PROGRAMA AFRID .....	93
Quadro 5 - AÇÕES DO PROGRAMA AFRID REGISTRADAS NO NOVO SIEX/UFU: DE 2010 A 2014.....	94

Figura 12 - LOGO DO AFRID - REPRESENTA O MOVIMENTO FRUTO DA ATIVIDADE FÍSICA ..... 97

## **LISTA DE SIGLAS**

AFRID - Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade

ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIEPS - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários

CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão

CONSEP - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CPC - Centros Popular de Cultura

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUTAC - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

DEEFE - Departamento de Educação Física

DICULT - Diretoria de Cultura

DIREC - Diretoria de Extensão

DIRES - Diretoria de Assuntos Estudantis

EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia

FACED - Faculdade de Educação

FAEFI - Faculdade de Educação Física

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira

FUTEL - Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer

GETTI - Grupo de Estudos e Trabalhos sobre a Terceira Idade

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

IFES - Instituição Federal de Ensino Superior

ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

NIAFS - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Atividade Física e Saúde

PECP - Programa de Extensão e Cultura Popular

PEIC - Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade

PIBEX - Programa Institucional de Bolsa de Extensão  
PIDE - Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão  
PIEEX - Programa Institucional de Estágio Acadêmico de Extensão Remunerado  
PROAE - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis  
PROEX - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis  
PROEXC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura  
ProExt - Programa de Extensão Universitária  
RENEX - Rede Nacional de Extensão  
SESC - Serviço Social do Comércio  
SESu - Secretaria de Ensino Superior  
SIEX - Sistema de Informação de Extensão  
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFU - Universidade Federal de Uberlândia  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UnU - Universidade de Uberlândia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>Escolhas metodológicas .....</b>	<b>16</b>
<b>Estrutura da dissertação .....</b>	<b>24</b>
<b>1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA .....</b>	<b>25</b>
<b>1.1 Antecedentes históricos .....</b>	<b>25</b>
<b>1.2 As políticas de extensão universitária .....</b>	<b>35</b>
<b>1.3 As universidades e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão .....</b>	<b>42</b>
<b>2 OS CONTORNOS DA EXTENSÃO NA UNIVERISDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA .....</b>	<b>48</b>
<b>3 O AFRID: ATIVIDADES FÍSICAS E RECREATIVAS PARA A TERCEIRA IDADE71</b>	
<b>3.1 Da criação até a institucionalização: 1989 a 1999.....</b>	<b>76</b>
<b>3.2 Da institucionalização ao jubileu de prata: 2000 a 2014.....</b>	<b>84</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO 2 - HINO DO AFRID .....</b>	<b>120</b>

Trabalha pacientemente em teus estudos, não para que os homens te julguem sábio, nem mesmo para gozares a felicidade de ser sábio – mas por que o sábio pode ser sabiamente útil. (KRISHNAMURTI, Jiddu, Aos pés do Mestre, p. 5)

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se propôs a estudar a trajetória histórica de um programa de extensão universitária, pois, o espaço que o conhecimento científico ocupa na vida prática despertou em mim<sup>1</sup> interesse. Compreender os saberes e sua utilização no cotidiano, me instigou a estudar sobre a extensão universitária. Ao pesquisar sobre a extensão e seus desdobramentos, percebo que essa inquietação é, deveras, sentida por muitos. Conforme disserta Gramsci (1966, p.40) “[...] o conhecimento é poder [...]” e, seu uso responsável, é capaz de transformações reais na vida das pessoas. Foi justamente esse encantamento com a mudança social, realizada por meio de um programa de extensão, que reavivou o sentimento que me consumia: compreender a utilidade prática do conhecimento, que acredito ser: realizar fecundas mudanças na vida das pessoas, assumindo uma postura ativa, adotando o conhecimento como emancipação social.

Refiro-me, especificamente, ao Programa de Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade – AFRID<sup>2</sup>, uma ação extensionista que oferece atividades físicas para pessoas à procura de um processo de envelhecimento ativo e consciente. Conheci o Programa no decorrer da graduação em Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, no entanto, não me interessava pela temática do envelhecimento. Graduei-me em Educação Física, ingressei, por meio de concurso público, na Faculdade de Educação Física e fui trabalhar com a extensão universitária; assim, estudei e pesquisei sobre a temática da extensão, e pude conhecer os processos pelos quais as ações extensionistas são pensadas e organizadas na universidade. Passado algum tempo, me foi dada a oportunidade de trabalhar no AFRID – foi o contato com a realidade do programa que me despertou o interesse em estudar, com mais profundidade, o aspecto dialético e social da Universidade: a extensão.

Isso posto, podemos falar em filosofia da práxis, filosofia que impulsiona o fazer no AFRID, e, portanto, colabora com a emancipação e expansão da consciência educacional, através de processos educativos, culturais e desportivos. Para Kosik:

---

<sup>1</sup> Apenas na introdução utilizo a escrita em primeira pessoa, pois, essa primeira parte retrata o meu caminho na construção do problema de pesquisa. As demais sessões foram escritas em terceira pessoa.

<sup>2</sup> Atualmente, o Programa AFRID recebe essa denominação por conter, em sua prática, conjuntos de projetos e de ações de extensão; no entanto, em seu início, o AFRID era classificado como projeto de extensão. Para mais classificações de ações de extensão, ver Resolução 04/09, do Conselho Universitário da UFU – CONSUN.

A práxis é a esfera do ser humano. [...] A práxis na sua essência e universalidade é a revelação do segredo do homem como ser ontocriativo, como ser que cria a realidade (humano-social) e que, portanto, compreende a realidade (humana e não humana, a realidade na sua totalidade). A práxis do homem não é atividade prática contraposta à teoria; é determinação da existência humana como elaboração da realidade. A práxis é ativa, é atividade que se produz historicamente – quer dizer, que se renova continuamente e se constitui praticamente –, unidade do homem no mundo, da matéria e do espírito, de sujeito e objeto, do produto e da produtividade. (KOSIK, 2002, p. 222).

Logo, a inquietação que me move a buscar respostas pode ser entendida como o desejo de conhecer as ideias e as contradições entre teoria e prática, universidade e sociedade, saber científico e saber popular, e ainda, como se dão essas relações e qual, ou quais, concepções de mundo estão ligadas ao fazer da extensão no AFRID e na UFU, porém, sem a intenção de responder conceitualmente por toda a extensão realizada por essa instituição. Assim, partindo de Gramsci (1966, p.70) que: “para a filosofia da práxis, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se em uma das formas de religião ou na abstração sem sentido”, a filosofia da práxis é a escolha desse estudo para se pensar a extensão, concedendo-lhe um caráter científico, o que se espera de todo processo educativo promovido pela Universidade.

Entendo que, para que a Universidade seja de fato um espaço de emancipação social, o trabalho intelectual e sua relação com a prática devem ser ligados à vida; essa ligação se dá através dos processos dialógicos com a sociedade, da extensão universitária, das vivências pedagógicas e dos estágios. Pois, o conhecimento teórico, por si só, não é capaz de atuação alguma, mas, quando aplicado, torna-se vivo, orgânico e plausível de transformação social. Gramsci, no início do século XX, refletia sobre essas questões, propondo que a educação deve libertar o homem da ilusão em que vive, despertando-o para as questões políticas e sociais, colocando “[...] o homem em face da realidade tal como ela é” (GRAMSCI, 1966, p.70). A partir desses questionamentos e inquietações, surgiu o desejo da pesquisa, no campo histórico e educacional, as questões que permeiam o AFRID, e, também, compreendendo-a como um instrumento de valorização da história do AFRID, que, há mais de 25 anos, suscita reflexões no campo da prática pedagógica, possibilitando espaço de empoderamento para a população da terceira idade, e aprimoramento aos estudantes e pesquisadores interessados nas temáticas: envelhecimento, atividade física, saúde e qualidade de vida.



Em razão disso, entender como a universidade se estrutura e se coloca frente a seu papel social, é questão fundamental para o entendimento das questões que delineiam o fazer teórico e prático no programa AFRID e na UFU. Ainda, de acordo com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988): "As universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Ainda, "A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético" (MOITA e ANDRADE, 2009, p. 269). Também, em concordância com Buarque (2003, p.8), que assegura: "É por essa razão que a universidade brasileira, juntamente com todas as outras universidades do mundo, tem de despertar para uma crise que vai além da crise financeira, consistindo numa crise de propósitos muito mais ampla, num mundo em rápida transformação", fomos estimulados a pesquisar a referida temática.

### **Escolhas metodológicas**

O objetivo da pesquisa foi analisar como se deu a criação e a implementação do projeto de extensão AFRID, sendo este o seu objeto empírico. Ademais, a escolha desse objeto se deu por sua permanência e consolidação como ação de extensão, assim, aspirou-se evidenciar seu contexto histórico, na FAEFI - Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia, em 1989, até o ano de 2014, buscando indícios da sua consolidação nesses 25 anos de funcionamento do programa. A partir desse ponto, foram traçados os objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: Analisar como se deu a criação do AFRID, situando-o no tempo histórico, quais atores sociais estiveram presentes ao longo de vinte e cinco anos de funcionamento da ação, quais atividades foram realizadas, e como se dava sua organização como programa de extensão; Verificar qual a concepção de extensão presente no programa AFRID no período estudado; Compreender qual o papel da UFU, por meio da PROEX, na institucionalização da extensão universitária; Situar os atores sociais atuantes no contexto da extensão universitária, retratando o seu surgimento na universidade brasileira, quais foram os caminhos percorridos e quais as políticas que influenciaram e sistematizaram a mesma; Apresentar as concepções de extensão universitária presentes nas políticas que regem a extensão nas universidades públicas brasileiras ao longo da sua história, e se estão em consonância com a concepção de extensão presente no

projeto AFRID. Ademais, ambicionou-se contribuir para o estudo teórico sobre a temática da extensão universitária, buscando elucidar as contradições e desafios da universidade pública brasileira, em especial na Universidade Federal de Uberlândia, desenhando o perfil da extensão realizada por esta instituição.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangendo a universidade brasileira, a extensão universitária e as políticas que as promovem. Também foi motivo de estudo o FORPROEX (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão) que, a partir de sua criação, em 1987, buscou conceitualizar e discutir caminhos para a institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras. A pesquisa se caracteriza como qualitativa, do tipo documental, sejam os documentos oficiais, como pareceres, atas, relatórios, legislação pertinente, ofícios; documentos informativos arquivados; documentos iconográficos e jornalísticos, e fontes orais. Buscou-se, também, no legado teórico-histórico de Antônio Gramsci, filósofo italiano (1891 – 1937), a base para a discussão conceitual da extensão, de forma que a filosofia da práxis foi a norteadora das reflexões. Os conceitos gramscianos apontados nesse trabalho são: o intelectual orgânico, a práxis, a sociedade civil, a hegemonia e as questões da organização da cultura e da educação; salientando que, para o autor sardo, “a ciência é uma superestrutura, uma ideologia” (GRAMSCI, 1966, p.71). Tendo como meta desenvolver os objetivos dessa pesquisa, foram feitas visitas a PROEX e ao Acervo da UFU, ao AFRID e seu acervo, onde foram travadas buscas e conversas informais.

Não obstante, este estudo pode contribuir para que a extensão proposta pelo AFRID e pela UFU possa se consolidar como uma ação capaz de traduzir os anseios da sociedade, em seu próprio benefício, ampliando o entendimento da sua função social e colaborando na construção de uma sociedade pautada em processos colaborativos e integrativos. Além de contribuir para o entendimento das questões sobre velhice e educação, compreendendo que “a educação é apontada como poderoso determinante de uma velhice bem-sucedida” (NERI; CACHIONI, 1999, p.124). E, ainda:

A oferta de oportunidades educacionais a adultos maduros e idosos é amplamente justificada pela natureza potencializadora da educação e pelo seu caráter compensatório. Além disso, a participação em atividades educacionais pode favorecer o envolvimento e o engajamento social, o senso de auto eficácia e o bem-estar subjetivos dos idosos. (ibidem).

Portanto, em se tratando de processos educativos para a promoção da saúde, como é o caso do AFRID, ações que promovam sua valorização devem ser privilegiadas, em estudos, pesquisas e outras ações de fomento. Por meio de uma análise histórica que mostra uma lenta mudança nos paradigmas educacionais, vindas de tradições culturais elitistas, a extensão, como transformadora da realidade social, é um caminho possível para a dissolução de velhos paradigmas, em diferentes áreas do conhecimento e da práxis humano-social.

Compreender a universidade e os mecanismos que engendram as políticas, no campo educacional, se faz necessário para avanços e disseminação da prática extensionista. Isso é primordial para a conquista de práticas educacionais mais salutares, com ações efetivas na tomada de consciência do ser humano como agente transformador da realidade social.

A Extensão é uma atividade que possibilita estabelecer uma vinculação entre a Universidade e a Sociedade. Este vínculo constitui-se um dos espaços potencialmente importantes para obter práticas e espaços que culminem com a promoção do desenvolvimento, dada a contribuição recíproca de saberes que a instituição universitária gera e a sociedade proporciona, quando reciprocamente compreendidos e respeitados os espaços de produção de cada um desses organismos, com suas funções. A extensão também produz oportunidades reais de prestação de contas dos recursos investidos nas atividades que dão suporte a existência da Universidade e o cumprimento de suas funções. (CAMPOS, 2008, p.11).

Ainda segundo Campos (ibidem, p.13) “a relação universidade e sociedade podem permitir que as universidades saiam do isolamento, desalienando pesquisadores e as pesquisas por estes produzidas, superando o princípio da dominação entre os que sabem e os que não sabem [...]”, e, assim, se podem construir mecanismos para elaborar os intelectuais em diversos níveis. O que se aproxima da compreensão de Gramsci (1979, p.7): “todos os homens são intelectuais, [...], mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”, todos os homens têm o potencial para serem intelectuais, condição que deve ser trabalhada na educação, no intuito de que cada indivíduo haja, conscientemente, na escolha em se tornar, de fato, um intelectual. Mas, como se pode prover a liberdade de escolha em ser um intelectual, de fato, ou não? Não ocorre outro ponto a ser observado, a não ser a consciência da possibilidade de se tornar intelectual; caso haja a escolha por não o ser, que ela seja tomada de maneira consciente e não da maneira alienada com que, ainda hoje, a maioria dos homens tomam suas decisões. Para que o indivíduo faça uma escolha consciente, ele deve ser orientado para tal, através de uma educação libertadora e não alienadora. O professor tem o dever moral de apresentar a seu aluno a

realidade da vida, de orientá-lo na superação de sua condição primeira, alargando, assim, os horizontes de seus conhecimentos:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em um determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo. (GRAMSCI, 1979, p.8).

Para Gramsci não existe o não intelectual, mas “existem graus diversos de atividade específica intelectual” (GRAMSCI, 1966, p.7), e “a escola é o instrumento para elabora os intelectuais de diversos níveis” (IBIDEM, p.9). Ou seja, a escola, em sentido amplo, é capaz de elaborar esses intelectuais, tendo a extensão um papel relevante nessa formação.

Assim, a presente pesquisa foi orientada pelos processos sociais e históricos referentes a extensão no Programa AFRID e na UFU. Portanto, este estudo foi dirigido pelo método dialético de Gramsci, e sua filosofia da práxis, a qual é utilizada nas ações de extensão, conceitualmente e, discutidas e referendadas pelas políticas públicas. Para Severino (2007 p. 116), a dialética vê a reciprocidade ente sujeito/objeto como uma interação social que se forma ao longo do tempo histórico, onde o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação a ação prática e política dos homens, priorizando assim a práxis humana, a ação histórica e social. Ainda, esse mesmo autor (ibidem) traz que, o paradigma dialético considera pressupostos: totalidade, historicidade, complexidade, dialeticidade, praxidade, cientificidade e concreticidade. E, é a partir desses pressupostos que norteou-se a análise dos documentos, sejam eles, oficiais, jornalísticos, orais e, outros.

Para isto, foi realizada a pesquisa histórica, se utilizou da análise de fontes bibliográficas, documentais e orais. Pois, em concordância com Benjamin (1994, p. 198), que traz que: “A experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. Buscou-se cruzar as várias fontes de pesquisas, para que, fossem preenchidas as lacunas deixadas pelos documentos oficiais. Portanto, a escolha da história oral como técnica, e compreendendo que:

História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação ou cuja documentação se

quer completar. Colhida por entrevistas de variada forma, ela registra experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. (QUEIROZ, 1988, p.19).

Dentre as modalidades de história oral, destaca-se aquelas apresentadas por Meihy (2000, p.35), a história oral de vida, a história oral temática, e a tradição oral. Utilizou-se, nesse estudo, a história oral temática, com o recorte temporal e tema definidos. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e pesquisa e aprovado pelo parecer N° 2.326.647. Para as entrevistas orais temáticas, foi empregado o gravador áudio com posterior transcrição das entrevistas. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os participantes da pesquisa tiveram seu sigilo atendido. Para a coleta das fontes orais, foi utilizada a entrevista semiestruturada que:

(...) tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Para a análise das entrevistas, após transcrição e conferência do participante, foi feita a análise de conteúdo, que segundo Severino (2007, p. 121), “É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens e gestos.” Buscando na análise das comunicações o significado simbólico das mensagens. Assim, fez-se um contraponto entre a análise das fontes documentais e as fontes orais, como forma de coligir as informações, verificando os pontos convergentes e divergentes, podendo alcançar a credibilidade enquanto fonte de pesquisa.

A pesquisa foi realizada na cidade de Uberlândia, especificamente, a pesquisa documental se deu no Arquivo do Programa AFRID e no Arquivo Geral da UFU. As entrevistas foram realizadas em local determinado pelo participante da pesquisa, para que se sentisse confortável no espaço escolhido. Todos estes cuidados se fizeram necessários para o rigor e a qualidade da pesquisa, também, para que o participante se sentisse respeitado no transcorrer da pesquisa. Caso houvesse qualquer problema de natureza psíquica, como fortes emoções, e outros sentimentos

relacionados a recordação das memórias, o participante seria encaminhado ao setor de atendimento psicológico da UFU, para apoio e suporte psicológico.

Muitos estudos utilizam a história oral para registrar a trajetória de pessoas idosas, sabemos que as pessoas velhas são fontes de ricas memórias e lembranças, e concordando com Benjamin (1994, p. 207): “Ora, é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substancia que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível”, assim, reitera-se a importância da escolha desses idosos, que já vivenciaram tantos momentos do percurso histórico do AFRID contribuíram para a reconstrução dessa história. Portanto, foi tomado o cuidado de ter uma conversa informal antes da gravação da entrevista, para que os idosos se sentissem tranquilos e pudessem acessar a memória com mais facilidade. Também, foi utilizado o diário de bordo, para outras anotações. Para Benjamin:

[...] a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam cem maneiras o fluxo do que é dito. (BENJAMIN, 1994, p. 220)

Portanto, atentou-se para as pausas, os gestos, e outros sinais de lapsos de memória, pois a memória não é algo cronológico, contudo, é no instante da rememoração que se dá sentido ao que se viveu oportunizando a compreensão do passado com o olhar do agora. A memória é algo surpreendente, a qual está sujeita a interferências pessoais daqueles que a guardam, reflexos das vivências e experiências de cada indivíduo, processos que dão uma nova ótica sobre a história já contada. Assim, este trabalho, buscou esse novo olhar sobre a história do AFRID. Fatos que tiveram importância ao sujeito da história, que ficaram guardados no íntimo do participante do programa. "A lembrança é a sobrevivência do passado", já dizia BOSI (1994), assim, para que ocorra transformação no presente, é necessário conhecer o passado, estudá-lo para entender o desdobramento no agora. Para propor intervenções, reformulações se faz necessário percorrer o caminho vivido por aqueles que construíram a história. Assim, a referida autora, traz importantes reflexões sobre as lembranças, ela diz que "[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho". (IBIDEM).

A memória surge como um instrumento eficaz para fazer história, fazer ciência, colocar indivíduos em contato com sua vida passada. A memória, na velhice, é uma construção de pessoas agora envelhecidas que já trabalharam, que vivenciaram algo em uma sociedade que se transforma. (ALMEIDA e OLIVEIRA, 2013, p.5).

Então, a proposta deste estudo foi a reconstrução da história através do olhar do participante ativo, trazer para hoje a memória viva do passado do AFRID, juntamente com outros fatos já registrados, fazendo um intercâmbio de informações e fatos. Portanto, este trabalho se justifica pela importância da preservação da memória da história da Universidade Federal de Uberlândia, para a Faculdade de Educação Física e para o programa AFRID, além de propor reflexões sobre a relação entre universidade e sociedade.

Corroborando com a aplicação de entrevistas orais, propôs-se a seguinte metodologia:

1. Levantamento bibliográfico acerca de material publicado sobre a temática da pesquisa.
2. Tratamento com a bibliografia – Realizado por meio de leitura analítica e fichamentos.
3. Delimitação da população - Faz parte da população idosos que participaram do AFRID, e gestores da extensão na UFU, no período delimitado para pesquisa e que se encontram em condições físicas e psicológicas para realização da entrevista.
4. Determinação e seleção da amostra - Como se trata de uma pesquisa qualitativa, foram utilizadas amostras não probabilísticas intencionais, uma vez que se ambicionou conhecer a situação de determinadas pessoas que participaram do Programa AFRID e na gestão e organização da extensão na UFU, por sua especificidade e não pela representatividade do universo. Segundo THOMPSON (1992, p. 95), “na seleção dos informantes não existem regras absolutas, mas antes certo número de fatores a considerar”, e dentre eles destacam-se as condições físicas e psicológicas do participante.
5. Instrumentos para a coleta de dados – Foi aplicada entrevista semiestruturada, gravada em áudio, por um gravador de voz, assegurando que nenhum detalhe fosse perdido durante o processo.
6. Critérios de inclusão - Foi realizado um levantamento dos idosos que participaram do AFRID, e gestores da UFU, no período delimitado para pesquisa e, selecionados aqueles que participaram desde o início de funcionamento do AFRID e gestores da extensão na UFU. Foram entrevistados três idosos e dois gestores da extensão na UFU. Logo após os critérios de inclusão na amostra foram:

- Idosos: participantes do AFRID desde o início de seu funcionamento ou há mais de dez anos, aceitar voluntariamente participar da entrevista oral e conhecer/assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
  - Gestores: terem atuado como gestor da extensão na UFU, no período estudado, aceitar voluntariamente participar da entrevista oral e conhecer/assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
7. Critérios de exclusão - apresentar transtornos físicos e/ou psicológicos, impedindo assim a realização da entrevista, não estar incluído em nenhum dos grupos participantes deste estudo (idosos participantes do Programa AFRID e gestores da extensão na UFU) e/ou não aceitar participar da pesquisa.
  8. Divulgação dos dados - Quanto à divulgação dos dados obtidos durante as entrevistas, o sigilo da fonte oral foi assegurado, omitindo-se ou alterando dados que pudessem identificar o narrador.

Para tanto, o trato das fontes orais com os outros documentos deve ser de maneira crítica, a partir de um método preciso:

Trata-se de confrontá-lo (o documento), com tudo o que já se sabe a respeito do assunto abordado, do lugar e do momento em questão; em determinado sentido, a crítica é a própria história e ela se afina à medida que a história se aprofunda e se amplia. [...] A crítica externa incide sobre os caracteres materiais do documento: seu papel, tinta, escrita e marcas particulares que o acompanham. Por sua vez, a crítica interna refere-se à coerência do texto, por exemplo, a compatibilidade entre sua data e os fatos mencionados. (PROST, 2008, p. 57).

Considera-se, assim, que os documentos encontrados tais como, atas, projetos fotografias e matérias de jornal não são elementos que constituem a verdade, mas que orientam o caminho. Para isso, foi necessário que todas as fontes fossem tratadas e analisadas sob o exame crítico do pesquisador. É importante relatar, que foram realizadas três entrevistas com os idosos participantes do programa, no entanto, um dos participantes dessa categoria, após dada a entrevista, pediu para se retirar, e prontamente foi atendido. Assim, foram analisadas somente duas entrevistas na categoria participantes do AFRID, o que não impediu na construção da história oral do programa.



## **Estrutura da dissertação**

Destarte, para entender o movimento histórico em que a extensão universitária está inserida, a sessão I tratou das questões históricas e conceituais da extensão, a origem da extensão que se deu nas universidades europeias e foi importada pelas universidades norte-americanas, responsáveis por um novo olhar acerca da prática extensionista. Propôs-se contextualizá-la, juntamente com a história das universidades brasileiras, desde a criação das primeiras, no início do século XX, quando o termo extensão universitária era ausente; a luta do movimento estudantil; a Reforma Universitária, de 1968, que institucionalizou a extensão; até a abertura política na década de 80, em que a extensão começa a ganhar atenção especial das IES, com o surgimento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, no ano de 1987. Também, foi alvo de investigação a legislação pertinente, as políticas sobre a temática da extensão. Essa sessão tratou em situar a extensão no tempo e espaço do ensino superior brasileiro, conhecer sua realidade, criação e organização, ao mesmo tempo em que buscou apresentar as concepções de extensão presentes em cada período.

Na sessão II, foi apresentado como se dava a organização da extensão na Universidade Federal de Uberlândia, trazendo as raízes iniciais da extensão na instituição, os desafios, dificuldades e contradições, e também as concepções de extensão que delineavam o fazer extensionista em cada período, assim como, as ações que foram desenvolvidas no período estudado e como se deu desenvolvimento da extensão na instituição.

Além de retratar, o principal objeto deste estudo, o AFRID, na sessão III expõe a trajetória histórica do programa e seus principais marcos nesses vinte e cinco anos do recorte temporal pesquisado. Buscando compreender como se deu sua criação, implementação e institucionalização do AFRID na universidade, quais foram as ações realizadas, a população atendida, as dificuldades e desafios enfrentados, o que pode elucidar como foi conduzida a extensão no seio do programa, qual a ideia de extensão, os conceitos e propostas de trabalho junto a população idosa.

Finalmente, nas considerações finais, dissertou-se sobre o papel político da extensão e, como essas ações podem ser pensadas a partir do ponto de vista histórico, logo, social e político, á partir da perspectiva da filosofia da práxis, descrevendo a extensão realizada e, pontuando as contradições existentes na prática do AFRID e da UFU.

# 1 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Do oceano de conhecimentos, utilizaremos tão somente pequenas gotas. (Karl Jaspers).

## 1.1 Antecedentes históricos

A discussão sobre a história da Universidade e suas concepções, dentro do campo de pesquisa na área da educação está, atualmente, suscitando inúmeros estudos, que almejam compreender os mecanismos que sustentam a universidade na perspectiva do ensino, pesquisa e extensão, em especial, estudos que tratam da temática da extensão universitária, tem gerado valiosas reflexões e indicado possíveis caminhos para superação dos desafios da universidade. Dentre os trabalhos na perspectiva da história da universidade brasileira citamos: Cunha (2007a, b, c), que trabalha o surgimento da universidade brasileira até a sua modernização da década de 1960. Sousa (2010), que trabalha a história da extensão no Brasil. Sobre extensão universitária no campo das políticas públicas há o valioso trabalho de Nogueira (2000, 2001 e 2005). Entre os trabalhos sobre extensão universitária destacamos os trabalhos de Faria (Org.) (2001) que traz um conjunto de reflexões sobre a conceituação da extensão universitária na América Latina, Melo Neto (2001 e 2004), que trabalhou a extensão sob uma perspectiva de análise crítica. Dentre as teses e dissertações sobre a extensão na FAGED/UFU encontramos o trabalho de Rodrigues (2014) que estudou o ProExt - Programa de Extensão Universitária no contexto das políticas públicas e sua influência na UFU, e Almeida (2011) que contextualizou o Programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) no período da ditadura militar no estado do Maranhão, como os mais relevantes dentro da temática deste estudo.

A presente sessão apresenta a história da Extensão Universitária, que tem um significado importante na história da educação atual, e se interessa sobre a história das Instituições de Ensino Superior, seu funcionamento interno, e dos mecanismos de diálogo com a sociedade, suas demandas, problemas e possíveis soluções na prática do ensino. Existem muitos posicionamentos, por vezes contraditórios, sobre a universidade e suas relações com a sociedade; a sua diversidade reflete nas contradições das concepções de extensão universitária, e, também, apresenta as condições políticas, econômicas, sociais e culturais de cada época em que se insere.

Etimologicamente, a palavra extensão vem do latim e significa estender, ampliar. Comumente, encontra-se definições de extensão universitária como relação entre universidade e sociedade, prestação de serviços à comunidade, projeção da universidade à sociedade, comunicação à sociedade, educação popular, educação continuada, destinação social do saber; porém, tais definições deixam ainda mais lacunas na formulação de um conceito sobre extensão universitária. Sousa (2010, p.12) propõe que tais divergências de concepções são fruto da própria construção da História da Educação no Brasil e do movimento histórico do país, e que “toda educação provém de uma situação social determinada” (IBIDEM), ou seja, a extensão, assim como toda a educação brasileira, é determinada e determinante da situação socioeconômico-cultural de cada época.

A questão da conceituação da extensão universitária passa pela crise da função da própria universidade, que é uma das, ou a principal, geradora e formadora das ideias de nosso tempo. Assim, se a função da universidade vem se transformando historicamente, o mesmo ocorre com a ideia de extensão:

O conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente das universidades públicas, passou por várias matizes e diretrizes conceituais. Da extensão cursos, à extensão serviços, à extensão assistencial, à extensão “redentora da função social da Universidade”, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma ressignificação da extensão nas relações internas com os outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida. (SERRANO, s/d, p.1).

O estudo sobre a ideia da universidade, a partir da relação universidade *versus* sociedade, e sobre essa intrincada e conflituosa relação, conduz a alguns conceitos de Gramsci e seu pensamento dialético, com seu olhar histórico sobre a sociedade; assim, os conceitos de intelectual orgânico, sociedade civil, hegemonia e filosofia da práxis, auxiliam a compreender e construir a ideia de extensão universitária. Entendendo que a filosofia da práxis orienta o fazer da extensão universitária no AFRID e em diversas outras ações de extensão, assim como a questão do intelectual orgânico de Antônio Gramsci, pois “[...] é como práxis revolucionária que entendemos o papel da Extensão hoje” (SOUSA, 2010, p.130).

Afinal, para Gramsci (1966, p.37), “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica[...]” e, portanto, a educação que retrata a cultura da classe hegemônica deve ser entendida pelas classes não hegemônicas, para que essas possam propor políticas que atendam

a suas demandas na área da educação, ou em outras. Ainda, segundo Melo Neto (2004, p. 15) "Em Gramsci, hegemonia é um conceito que ajuda o processo organizativo das classes sociais. Ocorre, não necessariamente, por uma exigência do domínio prévio do poder, mas sim pela adesão em torno de uma classe ou segmentos dessa classe.". Ademais, como relata o autor (ibidem, p.16) "A universidade, como um aparelho de hegemonia, é um palco de disputas políticas e ideológicas." E, é evidente pensar que, a relação que a extensão exerce na universidade, colocando as classes sociais menos privilegiadas em acesso ao saber universitário, se trata de uma força contra hegemônica.

A educação tem, portanto, o papel social de elevar o nível de entendimento das massas, e cumprir com o seu papel democrático na construção de indivíduos livres: “desta forma, chega-se também a igualdade ou equação entre ‘filosofia e política’, entre pensamento e ação: em suma a uma filosofia da práxis. Tudo é político, inclusive a filosofia ou as filosofias, e a única ‘filosofia’ é a história em ato, ou seja, a própria vida” (GRAMSCI, 1966, p.44). Portanto, a extensão, como filosofia da práxis, traduz a própria vida, a realidade social, logo, além de ser um processo educacional, é, também, uma luta de classes, ação política dotada de poder para superação do estado atual da sociedade.

Consideramos a prática extensionista como práxis educativa, orientados pelos conceitos de prática produtiva, aquela que transforma a natureza através do trabalho, e de prática revolucionária, que transforma a sociedade pela ação dos homens, ou seja, a sociedade sendo transformada pela própria sociedade. Desse modo, a extensão, como práxis revolucionária, deverá ser consciente do seu papel transformador; a práxis, então, é a ação consciente do homem, diferente da ação prática que pode traduzir-se em ação alienada – é com vistas a tal diferença que se situam as ações da extensão universitária: ações que visam a transformação da sociedade de maneira consciente e responsável, como atividades educativas compromissadas com as classes sociais mais pobres, na tentativa de cumprir o compromisso social da universidade. Porém, a extensão deve servir a todas as classes, lembrando que, as classes dominantes já possuem acesso ao conhecimento e a universidade. Corroborando o disposto acima, de que a práxis orienta as ações de extensão, Baptista traz que:

Entretanto, é somente através da formação de uma concepção do mundo, crítica e consciente, que o sujeito compreende a sua posição no grupo social e se compreende enquanto protagonista na produção da história. A formação dessa concepção estaria ligada ao trabalho, à vida e à ciência. Daí o papel fundamental

que a educação (em sentido amplo e incluindo a escola) desempenha nessa formação. (BAPTISTA, 2010, p.188).

Neste sentido, visou a ampliação da discussão recorrente, assinalando, pontualmente, ideias e conceitos da extensão universitária, em uma visão histórica e, por isso, contraditória e dialética. Por ser um dos sustentáculos da universidade, associada ao ensino e à pesquisa, a extensão universitária é uma prática social que fornece, aos envolvidos, uma alternativa de formação multidimensional, que vai além do saber técnico-científico, impactando todos os lados do processo: a universidade e seus objetivos, e a sociedade com suas demandas.

A universidade é uma instituição voltada para elaboração do conhecimento e, portanto, de intelectuais, como assinala Gramsci (1979, p.7), quando afirma que “todos os homens são intelectuais”, e que “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (IBIDEM, p. 9). Ademais, “o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’ [...]” (IBIDEM, p.8), ou seja, um educador permanente que, a cima de tudo, tenha compromisso com a elevação da consciência do homem a novos patamares. Para Gramsci:

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem clara consciência teórica desta sua ação, que, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que transforma. Pode ocorrer, inclusive, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. (GRAMSCI, 1966, p.20).

Assim, para alcançar a história da extensão universitária, parte-se do seu surgimento que remonta ao século XIII, como relata Rocha (2001, p.14): “[...] a Extensão tem o seu nascedouro no Mosteiro de Alcabaça, em Portugal, por volta do ano de 1269, sendo depois adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina já no período colonial”. A primeira experiência, com o nome de Extensão Universitária, surge na segunda metade do século XIX, na Universidade de Cambridge, Inglaterra, em 1867, quando seus dirigentes promovem um programa de palestras, como reportam ROCHA (2001, p.16) e NOGUEIRA (2001, p.58). Ainda nesse mesmo período, na Inglaterra, surgem as Universidades Populares, reconhecidamente uma das formas de extensão universitária. Essa experiência extensionista influenciou vários países da Europa, como a Espanha, com a Universidade de Oviedo, a qual, por sua vez, influenciou fortemente no movimento estudantil das colônias espanholas, inspirando o Manifesto de Córdoba, em 1918, que aconteceu na Argentina, através do movimento estudantil, e

foi um marco para a extensão universitária na América Latina. (MELO NETO, 2001, p. 48). O documento produzido em Córdoba exerceu influência diretamente sobre os estudantes brasileiros, que buscaram construir um espaço de discussão e disseminação da extensão, por meio de diversos movimentos, dando ênfase aos sociais. Para Sousa (2010, p.23), “não existe nenhum exagero ao afirmar-se que a Extensão Universitária no Brasil deve sua origem ao movimento estudantil”.

As experiências extensionistas inglesas irradiaram-se, também, aos Estados Unidos, que desenvolveram fortemente a extensão rural, e outras formas de extensão universitária como a: “[...] prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos profissionalizantes, educação à distância, educação permanente, cursos noturnos ou outras opções, com grande diversidade de metodologias ou tecnologias” (ROCHA, 2001, p.17). O Brasil foi um dos importadores do modelo norte-americano, com o surgimento da Escola Superior de Agricultura de Viçosa/MG e da Escola Agrícola de Lavras/MG, na extensão rural (NOGUEIRA 2001, p.58) e na extensão universitária copiou-se o modelo técnico-científico voltado à prestação de serviços como promoção do desenvolvimento do país. Assim como retratado pelo FORPROEX:

A prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil, remonta ao início do século XX, praticamente coincidindo com a criação do ensino superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na antiga Universidade de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, desenvolvidos na década de 1920. No primeiro caso, a influência veio da Inglaterra; no segundo, dos Estados Unidos. (FORPROEX, 2012, p. 6).

Portanto, o modelo brasileiro de extensão foi inspirado nos modelos da Europa e dos EUA e, por vezes, não levou em consideração as particularidades e necessidades da sociedade brasileira; até hoje, há ações extensionistas pautadas na falta de diálogo com a sociedade, que não conseguem abarcar as reais necessidades da comunidade, suas demandas e deficiências. Concordamos com Fávero (2006), nesse sentido:

Refletindo sobre essa questão, pode-se inferir que alguns desses impasses vividos pela universidade no Brasil poderiam estar ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias, sem uma definição clara no sentido de que, por suas próprias funções, deveria se constituir

em espaço de investigação científica e de produção de conhecimento. Produção essa que deveria procurar responder às necessidades sociais mais amplas e ter como preocupação tornar-se expressão do real, compreendida como característica do conhecimento científico, mas sem a falácia de respostas prontas e acabadas . (FÁVERO, 2006, p.19).

A universidade deve ser instrumento de transformação social, e, portanto, não deve atender somente aos interesses de uma elite, mas de toda a sociedade na qual está inserida. A extensão pode, e deve ser esse instrumento de estreita relação universidade *versus* sociedade; porém, para que isso ocorra, de fato, os interesses sociais devem ser priorizados, com abertura para o diálogo, escuta sensível e ação efetiva como norteadores do trabalho extensionista, além do protagonismo dos discentes e da comunidade. Com isso, pois, reafirmando os laços que unem universidade e comunidade, na construção de uma sociedade livre e democrática.

No Brasil, o surgimento da universidade é considerado tardio. No entanto, cursos de ensino superior, como medicina e direito, eram oferecidos desde o Brasil Colônia, e tinham o objetivo de atender aos interesses da coroa portuguesa preparando os indivíduos para o serviço burocrático do Estado – além da atestada existência de cursos oferecidos nas escolas jesuíticas, com destaque para o de filosofia e teologia. (CUNHA, 2007a, p.16). A primeira instituição, com o nome de universidade, foi a Universidade de Manaus, criada em 1909, no ciclo áureo da borracha, que, em 1926, foi dissolvida. A Universidade Livre de São Paulo foi criada em 1911, através de uma sociedade civil, e rapidamente obteve êxito e atraiu muitos alunos, que se reuniram e, em 1913, criaram o Centro Acadêmico. Segundo Nogueira (2005, p.15), a Universidade Livre de São Paulo foi a primeira instituição no país a desenvolver a extensão. Cunha (2007, p.183) nos diz que “a existência da Universidade Popular coloca a Universidade de São Paulo como a primeira instituição de ensino superior no Brasil a desenvolver atividades de extensão”. No entanto, suas atividades não ultrapassaram o ano de 1917, restando apenas uma escola superior que daria origem à atual Universidade de São Paulo, criada, pelo governo estadual, em 1934. Podemos citar, também, a Universidade do Paraná, em 1912, dissolvida em 1915. Essas três universidades foram as primeiras criadas em território brasileiro, porém tiveram vida curta; e “foi também nesse período que surgiram os primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil com o nome de Universidade, sendo a do Rio de Janeiro (1920) e a de Minas Gerais (1927) as que vingaram” (CUNHA, 2007a, p.134).

As primeiras experiências extensionistas no Brasil surgiram através de cursos e palestras oferecidas à comunidade pela Universidade Popular da primeira Universidade de São Paulo. No

entanto, vale salientar que, nesse período do surgimento das primeiras universidades brasileiras, a população se encontrava com um alto nível de analfabetismo e, portanto, essas ações só podiam atender aos interesses daqueles que possuíam um nível mais elevado de instrução; serviam, pois, aos interesses do grupo social que detinha o poder econômico, político e social, a elite hegemônica. Portanto, a extensão não apresentava um cunho social ou transformador da realidade, mas de manutenção da ordem estabelecida pela elite:

A hegemonia, afinal, tem íntima ligação com a democracia, entendida como forma pública da verdade, como consenso obtido através duma escola permanente de liberdade e autonomia, como construção duma racionalidade coletiva, animada pelas paixões e pelos afetos de indivíduos conscientes de suas diversidades . (SEMERARO, 1999, p.85).

Ainda nas primeiras décadas do século XX, quando do surgimento das primeiras instituições com o nome de universidade no Brasil, o movimento estudantil que começava a se organizar, procurou se alinhar às experiências resultantes do Movimento de Córdoba, proposto pelos estudantes que culminou com uma carta de reivindicações, sobretudo no campo da extensão universitária. Segundo Sousa (2010), o Movimento de Córdoba, que resultou em um documento, o Manifesto de Córdoba, produzido em 1918, pelo movimento estudantil, influenciou os estudantes brasileiros e foi um impulso para a extensão universitária brasileira. A partir do Manifesto de Córdoba, o movimento estudantil no Brasil, que ganhava conotação política, voltou seus interesses para as políticas sociais; sofrendo influência, também, do movimento dos trabalhadores, iniciaram-se projetos que visavam ampliar os espaços educativos, artísticos e culturais para a população mais carente dessas ações. Tais ações ganharam força a partir dos anos 1960, com a criação do CPC – Centros Popular de Cultura, pela União Nacional dos Estudantes, cujo objetivo era materializar-se com uma grande Universidade Popular; no entanto, essa ação foi interrompida pelo golpe militar de 1964. (ROCHA, 2001, p.20).

A extensão ganha campo ideológico e político na luta de classes por parte do movimento estudantil, que alia seus interesses político-sociais com a classe dos trabalhadores. Assim, gerando ideias e conceitos sobre a extensão no campo das políticas sociais e das demandas por educação e cultura para as classes subalternas da sociedade brasileira. Segundo o FORPROEX:

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim



definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido. (BRASIL. MEC, 2000/2001, p.3).

Por meio dos CPC, o movimento estudantil trabalhou processos educativos emancipatórios, levando educação, cultura, esporte e lazer, além de ações político-reflexivo para a população carente dessas ações, com uma visão de luta de classes, educação popular e extensão popular:

A concepção de extensão do movimento estudantil foi sendo divulgada pelas mais diferentes formas em todo o país, através do Teatro da UNE, dos Centros de Debates, Clubes de Estudo, Fóruns, Campanhas para a Criação de Bibliotecas nos Bairros, Agremiações Desportivas das Populações Pobres e, até Educação Política, com debates públicos, quando a temática era de interesse dos trabalhadores. (MELO NETO, s/d. p.10).

Portanto, o movimento estudantil brasileiro foi um dos responsáveis por caracterizar a extensão universitária como uma ação social e uma reivindicação das classes subalternas, além de ser o principal grupo a influenciar as primeiras discussões sobre a extensão no país. Podemos citar, nesse sentido, os Seminários realizados pela UNE, com reivindicações para uma universidade voltada para a realidade social do país, com a extensão como foco norteador:

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária realizado em Salvador no ano de 1961 teve como foco a articulação das lutas pela democratização do ensino superior e dos graus inferiores. Participaram do seminário estudantes de vários estados brasileiros e também professores como convidados para as mesas de discussão. (FREITAS, et al., 2007).

O I Seminário resultou em um documento final, a “Declaração da Bahia”, segundo a UNE (s/d): “na época, a entidade se preocupava porque a instituição universitária falhava com sua missão cultural, profissional e social, agindo num caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior e formando profissionais individualistas, sem maior preocupação com os problemas da sociedade”. Depois, “o II seminário nacional da reforma universitária ocorreu em Curitiba em 1962, logo após a promulgação da LDB de 1961” (FREITAS, et al., 2007) e resultou em um documento final alcunhado Carta do Paraná, que passou a orientar as ações dos estudantes. Segundo a UNE (s/d):

Vale ressaltar que a Reforma Universitária proposta pelos Seminários da UNE estava ligada sempre às questões políticas mais globais e os problemas da reforma da sociedade. Procurava-se também uma Reforma Universitária como parte das reformas de base. Os estudantes universitários tomavam consciência da

sociedade nacional e ampliavam uma articulação entre a reforma da universidade e as transformações gerais da sociedade . (UNE, s/d).

O movimento estudantil foi, sem dúvida, o primeiro grupo a perceber o potencial transformador da extensão, reivindicando ações que pudessem promovê-la nas universidades brasileiras. Esses documentos produzidos pelo movimento estudantil influenciaram diversas questões da Reforma Universitária de 1968, realizada durante a ditadura militar.

No período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), a educação superior ganhou novos ares. Ainda que sobre forte carga autoritária e violenta, como nos reporta Motta (2014), foi nesse período que a universidade no Brasil passou por mudanças que, até hoje, são válidas. O governo autoritário promoveu a Reforma Universitária de 1968, anseio anterior ao golpe de 1964, e passou a se dedicar a ações de extensão como meio de garantir a ordem necessária na manutenção de um governo autoritário. Criou projetos de cunho extensionista, ainda que descaracterizados de ação realmente transformadora, como o Projeto Rondon e os CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária)<sup>3</sup> para intensificar o sentimento desenvolvimentista e nacionalista, e, ainda, manter os estudantes envolvidos em ações que não atentassem contra o governo ditatorial. Podemos perceber que, após um início de reivindicações, por parte do movimento estudantil brasileiro, pela extensão, o Estado começou a tomar frente dessas ações. É possível marcar um primeiro período, em que a extensão era reivindicada pelos estudantes e voltava-se a demandas sociais, e um segundo período, quando a extensão ganhou novos contornos políticos e sociais, com a intervenção do Estado, assinalando uma extensão de cunho assistencialista apartada dos processos educacionais da universidade.

Foram criados o Projeto Rondon e a Operação Mauá, esta, vinculada mais diretamente à área tecnológica, “[...] os estudantes podiam desenvolver atividades profissionais, nesses projetos, ainda que de caráter assistencial, tudo sob rigoroso controle político e ideológico” (MELO NETO, s/d, p. 11). Ainda, há um terceiro período a ser elencado, onde há um maior envolvimento por parte das IES na extensão. Após a abertura política, e com o anseio de setores da sociedade civil e da própria universidade, por ações que promovessem a elevação da educação e cultura, surgiram órgãos e entidades preocupadas com a educação no país. Isso impulsionou o debate e alavancou a

---

<sup>3</sup> Sobre o CRUTAC ver: ALMEIDA, Admário Luiz de. Do humanismo ao assistencialismo: o CRUTAC no Estado Militar (1966-1985) (O caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão). 2011. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13616>>

busca por políticas que priorizassem a educação e promovessem a extensão como processo educativo, cultural e científico:

O fortalecimento da sociedade civil, principalmente nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política ocorrido na década de 80, em especial nos seus últimos anos, possibilita pensar a elaboração de uma nova concepção de universidade, baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes. (FORPROEX, 2000/2001, p.3).

Esse tipo de extensão – que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) – já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica. (IBIDEM, p.4).

A Universidade, sendo a mais importante instituição cultural brasileira, possui inúmeros desafios que são necessários ser compreendidos para entender sua principal função: ser instrumento de transformação da sociedade. A Universidade deve cumprir seu papel de crítica do modelo de política e economia vigentes, para que as modificações sociais sejam pensadas e postas em ação. O que está colocado como questão é a real função da Universidade, a quem ela se propõe a servir, e se está cumprindo o papel de formadora e transformadora da realidade, ou apenas contribuindo para a perpetuação hegemônica das classes mais abastadas.

Para Semeraro (1999, p.82), “qualquer movimento político, de fato, que pretenda construir uma hegemonia na sociedade, precisa não apenas criticar e se separar do projeto global vigente, mas deve principalmente apresentar propostas superiores e mais abrangentes de sociedade”. Nesse sentido, a extensão tem como papel apontar caminhos mais amplos para a superação dos problemas sociais, dentro de um projeto maior de sociedade. Considerando as palavras de Gramsci, em paralelo com a extensão, considera-se que a práxis dessa, tem o intuito de ouvir e formular entendimento perante a sociedade, para que sejam apontados quais os motes que suscitam intervenção; e, assim, se obtenha o gatilho que dispara a real transformação desejada, podendo ser internalizada e compreendida através das pesquisas científicas. Para que, enfim, o ensino universitário seja mais coeso com a realidade, e a sociedade encontre espaço para aprendizagem de suas próprias deficiências, pois, como afirma Gramsci, conhecer todas as verdades, sejam elas, agradáveis ou não, possibilita a mudança, em que cada ator social tem consciência e responsabilidade do papel que exerce, dentro e fora da academia.

Para Sousa (2010, p.12), “quando a Extensão Universitária surge no cenário acadêmico ela parece provocar um certo embaraço, como se sua existência fosse anacrônica e impertinente”. Talvez, tal desconforto se relaciona com os contraditórios entendimentos sobre o conceito de extensão, e pelo fato de que a relação Universidade e Sociedade está em permanente transformação. Assim, procurou-se formular uma concepção de Extensão Universitária, a partir de uma revisão do movimento histórico, sem o intuito de acabar ou engessar tal conceito; para isso, foram abarcados alguns pontos que se destacam, como as políticas públicas de extensão, as IES e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, bem como a relevância do movimento estudantil na prática da extensão. Os assuntos foram enumerados de acordo com a relevância encontrada nos documentos e bibliografia consultados.

## **1.2 As políticas de extensão universitária**

A legislação da extensão universitária reflete as orientações políticas, econômicas e sociais de um determinado período. Intentou-se entender qual a visão, orientação, e/ou ideologia, contidas nas leis que regem a extensão universitária, no Brasil e na UFU, através do processo histórico. Com isso, analisando a extensão universitária brasileira, sua evolução e construções conceituais ao longo do tempo, através de leis, decretos e reformas no campo educacional e, em especial, enfatizando as que tratam especificamente da extensão universitária.

A partir do movimento histórico é possível o entendimento das questões postas com a extensão desenvolvida nas universidades brasileiras, nisso, considerando a dimensão científica, os paradigmas sociais, o momento histórico, o caráter das políticas educacionais e as demandas sociais. As contradições existentes entre o discurso, presente nas políticas e na prática extensionista. Pois, se a educação é um processo que reflete a situação social, política e econômica, a extensão também é influenciada e determinada pelas condições políticas, econômicas e sociais vigentes. Nesse sentido, algumas questões surgiram e permeiam a pesquisa acerca da legislação educacional: Quais foram as leis e decretos que orientam a extensão universitária no Brasil? Como se deu a inserção da extensão universitária dentro das universidades brasileiras e na UFU? Qual a função da extensão para o governo e para a universidade, para seus docentes e discentes e, para a sociedade em geral?

A extensão universitária não era reconhecida pelo Estado, mesmo após o surgimento das primeiras universidades na década de 1920, não havendo nenhuma preocupação estatal em discutir ou elaborar conceitos sobre o tema. Segundo Sousa, “desde o Brasil Colônia até o ano de 1930, não será identificado nenhum registro no discurso oficial que reconheça a existência da extensão” (SOUSA, 2010, p.57), o que não significa que as práticas de extensão não aconteciam. Na legislação educacional brasileira, o termo extensão universitária surge, pela primeira vez, em 11 de abril de 1931, no 1º Estatuto das Universidades Brasileiras, pelo decreto N° 19.851, do Ministro da Educação Francisco Campos (NOGUEIRA, 2001; SOUSA, 2010). Foi instituído, com o presente decreto, uma regulamentação do ensino superior no Brasil; a partir da observação de seus dispositivos, sobremaneira no artigo 35 que versa sobre o ensino superior e os cursos que serão realizados: normais, equiparados, de aperfeiçoamento, de especialização, livres e por último, “cursos de extensão, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários” (BRASIL, Decreto N° 19.851), nota-se que a formação acadêmica se daria por meio de diversos cursos, dentre eles o de extensão, ou seja, a extensão universitária foi um processo educativo reconhecido em lei. Já em seu artigo 42, o decreto N° 19.851, traz que:

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras, organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais.

§ 2º Estes cursos e conferências poderão ser realizados por qualquer instituto universitário em outros institutos de ensino técnico ou superior, de ensino secundário ou primário ou em condições que os façam acessíveis ao grande público. (BRASIL, Decreto N° 19.851).

Nota-se a preocupação com as questões úteis ao desenvolvimento social e, também, que esse espaço deve ser acessível e utilizado pelo grande público. O primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras reconhece a extensão universitária como um processo educativo e espaço de formação; no entanto, não aponta ferramentas para que ela se efetive, não sistematiza nem regulamenta normas e financiamento, o que não impulsiona e não estimula a prática da extensão nas universidades, tornando-se uma lei impotente. Observa-se, também, a alusão ao

pensamento liberal da época, que pretendia difundir o saber acadêmico e a cultura ao grande público e, por conseguinte, galgar a modernização educacional do país.

A extensão volta a se fazer presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/4024/61) de 1961; no entanto, apesar de constar na lei, ela não se efetivou nas universidades, como aponta Nogueira (2001, p.59): “com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, novamente se faz sentir, de forma acentuada, a distância entre o texto legal e prática”.

No período da ditadura militar no Brasil, a extensão se torna obrigatória, com a promulgação da Lei Nº 5.540 de 1968, lei básica da Reforma Universitária. Contudo, de acordo com Sousa:

Mesmo com a promulgação da Lei 5.540, que veio regulamentar as propostas da Reforma Universitária, não se percebem mudanças nessa prática. A obrigatoriedade da Extensão, que a Lei de 1968 afirmou, na verdade não trouxe nenhum acréscimo ou grandes alterações sobre as atividades que já aconteciam. O que ocorreu foi que a atividade extensionista já existente passou a assumir uma face sistemática a partir do advento desta Lei. (SOUSA, 2010, p.96).

Portanto, apesar de constar nas leis educacionais, a extensão é relegada a segundo plano, assumindo um caráter assistencialista e paternalista, exemplificado com ações como o Projeto Rondon, criado na ditadura, de caráter assistencialista, que visava atender comunidades carentes, e o CRUTAC que, segundo Nogueira (2001, p.60), “[...] criado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1966, tinha, como objetivo central, proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas comunidades rurais”. No entanto, e apesar do autoritarismo e violência da ditadura militar, a Reforma Universitária de 1968 foi realizada, em partes, com a discussão que era vigente e anterior ao golpe de 1964; várias de suas propostas surgiram na discussão de setores preocupados com os rumos da universidade brasileira: “[...] os militares implantaram reformas de impacto duradouro no ensino superior que ainda dão forma ao nosso sistema universitário” (MOTTA, 2014, p.8), e “[...] vale a pena destacar que as duas grandes reformas do ensino superior no Brasil, no século XX, foram promovidas por ditaduras: a reforma Francisco Campos, em 1931, e a reforma do regime militar.” (IBIDEM, p.12).

Dentro das ações que deram contorno à Reforma Universitária, de 1968, está o Projeto Rondon, com início em 1967:

O Projeto Rondon iniciou-se com uma ideia do Professor Wilson Choeri, tendo sido criado a partir de um movimento surgido em 1967 e instituído em caráter permanente pelo Decreto n.º. 62.927 de 28 de julho de 1968, como Grupo de Trabalho “Projeto Rondon”. Mais tarde, em 6 de novembro de 1970, pelo Decreto n.º. 67.505, passou-se a denominar-se Projeto Rondon e funcionar como órgão autônomo, de Administração Direta, ligado ao Ministério do Interior. Foi transformado em Fundação Projeto Rondon em 15 de dezembro de 1975, pela Lei n.º. 6.310. (SOUSA, 2010, p.61).

Ainda que o Projeto Rondon tenha levado novos ares a populações mais longínquas, o projeto foi conveniente aos interesses ditatoriais. Era assunto de interesse da segurança nacional, com o objetivo de promover a integração do território brasileiro, canalizando os esforços dos jovens universitários para causas nacionalistas, “o Projeto surge na História brasileira em um período de crises e tentativas de mudanças de rumo da nação. Essas mudanças estavam sendo dirigidas por um Estado não democrático, que pretendia manter sob controle todos os seus aparelhos” (SOUSA, 2010, p. 61). Isso posto, o Projeto Rondon, sob a égide da extensão, tinha objetivos desenvolvimentistas e objetivava coibir o envolvimento dos estudantes em atividades políticas contrárias ao regime autoritário. Ainda conforme, (ibidem, p. 64), o projeto servia para retirar os estudantes dos centros urbanos, dispersando o movimento estudantil.

No campo das ações políticas, “em 1975, é elaborado pelo MEC a primeira política de extensão Universitária no Brasil. É o Plano de Trabalho de Extensão Universitária” (NOGUEIRA, 2001, p.64), em que “o MEC cria a Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE” (IBIDEM p.65). A partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a sociedade lutava pela abertura política que se aliava ao desejo de redemocratização do Brasil; com isso, surgiram várias entidades, e outras foram legalizadas, como a UNE, que buscavam autonomia e democratização das universidades. Destacam-se: a criação da Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras, fundada em 19 de dezembro de 1978, sob a denominação de “Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras”; da ANDES, fundada em 19 de fevereiro de 1981, como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e que, após a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (o ANDES-SN). A legalização da UNE, em 1985, fez com que o debate sobre a universidade e as questões sociais se acentuassem. Ainda na década de 1980, após o retorno da democracia, mais precisamente, no ano de 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, o

FORPROEX, que procurou discutir e fomentar políticas de extensão nas universidades públicas. Foi, e ainda é, um importante instrumento para a organização da extensão no país:

Nesse contexto, os Pró-Reitores de Extensão criam o seu fórum para coordenar as reflexões sobre a extensão, estabelecendo diretrizes políticas para a sua execução e institucionalização interna, além de propor ao MEC a definição de um interlocutor no ministério, como já possuíam as outras atividades acadêmicas, e programas próprios de financiamento. Enfim, visavam a interferir na política acadêmica. (NOGUEIRA, 2001, p.67).

Em 1993, foi criado o PROEXTE (Programa de Fomento à Extensão Universitária), que fora interrompido em 1996. Segundo Campos:

O Programa de Fomento à Extensão Universitária - PROEXTE é um programa criado pelo MEC com a intenção de tornar viável a Política Pública de fomento à Extensão Universitária. Esse Programa é o resultado de uma ação materializada e gerenciada pelas Instituições governamentais, com a participação efetiva da Sociedade Civil, que cumpre o duplo papel de influenciadora e influenciada no processo. O PROEXTE foi implantado a nível nacional em 1993 atendendo a 128 Projetos das diversas IES. (CAMPOS, 2008, p.43).

Assim sendo, é somente a partir de 1993, com a criação do PROEXTE, que a extensão começa a receber recursos financeiros diretamente, no entanto, esse programa se extingue rapidamente, o que mais uma vez, deixa a extensão carente de financiamento governamental. Em 1995, foi criado o Programa Comunidade Solidária, e vinculado à Casa Civil da Presidência da República, como o braço governamental da Comunidade. O programa Comunidade Solidária foi uma parceria entre o Estado e a Sociedade que visava articular a sociedade brasileira no combate às desigualdades sociais, através de parcerias, em diversos níveis: saúde, planejamento, educação, trabalho e agricultura. O conselho da Comunidade Solidária era presidido pela Dra. Ruth Cardoso, tendo representantes da sociedade civil e do governo, e articulando-os na busca por políticas e financiamentos para os programas. O Programa Universidade Solidária, ligado ao Programa Comunidade Solidária, lançado em 1996, visava atender à capacidade de atuação das universidades no processo de desenvolvimento social:

Universidade Solidária é um programa de mobilização de jovens universitários, que permite conhecer melhor a realidade do país e participar de um exercício de responsabilidade social, em viagens a municípios com altos índices de pobreza. Os estudantes, coordenados por professores de suas universidades, divulgam informações e promovem atividades para a melhoria das condições de saúde, educação e organização das comunidades. Trabalham, prioritariamente, com



lideranças locais que possam atuar como agentes multiplicadores. (CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA, Edição Especial, 1998, p.17).

O programa seguia o modelo do Projeto Rondon, e visava atender populações carentes em pontos isolados, como Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e municípios do Norte e Nordeste. A UFU participou do Programa Universidade Solidária, em 1998, enviou discentes e docentes para Pirambu/SE, Riachão do Dantas/SE, Santo Amaro das Brotas/SE, como consta no Boletim N° 2, de novembro de 1998, da Universidade Solidária. O programa contava com a parceria entre universidades, prefeituras, forças armadas, empresas e outras instituições, com o apoio do Conselho de Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (CRUB) e do Ministério da Educação e Desporto (MEC), tendo o Conselho da Comunidade Solidária como articulador entre essas diversas instituições.

Outras leis, de maior impacto para a extensão, foram promulgadas somente com o retorno democrático: a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/1996; e o Plano Nacional de Extensão, de 1998, construído pelo FORPROEX – Fórum Nacional de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto SESu /MEC, que o publicou em 1999.

A LDB (9.394/1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo primeiro, disserta sobre a educação, sua abrangência e espaços formativos. Pode-se notar que a educação se desenvolve em diversos ambientes e organizações sociais, não se restringindo ao espaço escolar: “Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 9.394/1996). A extensão se desenvolve tanto em espaços acadêmicos quanto no seio da sociedade; assim, a LDB (9.394/1996) reconhece a extensão como espaço de formação educacional, convém observar que, Gramsci também reconhece outros espaços educativos além da escola, isso implica que os processos educativos realizados, pela extensão, fora da universidade, são reconhecidos nacionalmente pela Lei, fortalecendo a prática extensionista, garantindo espaços ricos em diversidade. O FORPROEX também discute outros espaços além sala de aula, com uma visão orgânica e integradora da educação:

Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo

histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. (FORPROEX, 2000/2001, p. 6).

Posto isso, a LDB (9.394/1996), no capítulo IV, artigo 43, inciso VII, diz que a educação superior tem por finalidade “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL/LDB, 9.394/1996). Portanto, se a universidade, promotora da educação superior no Brasil, tem por finalidade desenvolver a extensão, no entanto, dá maior caráter de divulgação das conquistas e benefícios gerados no processo educativo, deixando de lado o caráter dialético e transformador da extensão. Ainda, em seu artigo 1º, inciso 2º, a LDB traz que: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (IBIDEM), reconhecendo o trabalho e a prática social como vínculos da educação, o que nos apresenta uma orientação para a existência e o comprometimento com a extensão universitária.

O Plano Nacional de Extensão, aprovado em 1998 pela plenária do FORPROEX, segundo Nogueira (2005, p.75), foi desenvolvido pela Comissão Nacional de Extensão, reunida em Brasília, em agosto de 1997. Tinha, como propostas, a elaboração de um novo programa nacional de extensão das Universidades públicas brasileiras, e “representa a construção coletiva de uma proposta política” (NOGUEIRA, 2005, p. 81); no entanto, foi publicado pelo MEC somente em dezembro de 1999. (IBIDEM, p. 82).

A política que rege a extensão nas universidades brasileiras foi pensada pelo FORPROEX, conjuntamente com o MEC, na criação do Plano Nacional de Extensão de 1999, que rege a extensão enquanto conceituação, institucionalização e financiamento, ainda hoje, o Plano Nacional de Extensão está ativo e sua última atualização foi em 2012. Atualmente, a extensão universitária, pensada em nível de públicas, é fomentada pelo ProExt, criado, ou melhor, retomado em 2003, programa governamental que financia ações de extensão através de editais de fomento no país. Para que se possa desfrutar de tal financiamento, há que se disputar vaga em edital, através do órgão responsável em cada universidade – na UFU, esse órgão é a PROEX, que seleciona as ações que concorrerão ao edital. Assim, o ProExt se torna a principal fonte de financiamento da extensão das universidades públicas brasileiras:

O Programa de Extensão Universitária (ProExt) tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou

projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social. (BRASIL / MEC, s/d).

É possível verificar que, as políticas que nortearam a extensão universitária no Brasil ganharam formas e ideias diversas ao longo do tempo. Da extensão reivindicada pelo movimento estudantil e por movimentos sociais, à sua compreensão como forma de desenvolvimento social e nacional, e até mesmo como meio de coerção social, realizada por setores da sociedade preocupados com os rumos da política do país. Recentemente, passou a ser objeto de preocupação das IES, que reconheceram e valorizaram a extensão como processo educativo, aliando-a ao ensino e à pesquisa desenvolvidos na universidade, dando-lhe um caráter científico. Em nível de políticas públicas, a extensão precisa ser melhor articulada, para que se efetive como real promotora de transformações sociais. As políticas avançaram ao longo do tempo, é preciso que se façam úteis às demandas sociais, aos problemas encontrados dentro das comunidades. A extensão é um dever constitucional da universidade, por isso, pensar em políticas que conheçam as deficiências sociais a partir do ponto de vista da sociedade; e, a partir do diálogo íntimo com a comunidade e com os estudantes, principais atores do processo, as propostas extensionistas sejam orgânicas e, considerem a realidade dos problemas que almeja solucionar ou para os quais a universidade pretende apontar caminhos.

### **1.3 As universidades e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão**

O I FORPROEX (Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão), de 1987, reuniu os pró-reitores de extensão para discutir e sistematizar a extensão universitária no país, visando reflexões e orientação das ações extensionistas nas IES públicas e a definição de políticas para a extensão universitária. São membros do FORPROEX, os Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas brasileiras. Com a criação do Fórum, a extensão universitária ganha importância na academia, pois o FORPROEX buscou estabelecer diretrizes conceituais e políticas para a extensão no âmbito das IES públicas e, com o SESu/MEC, propor políticas públicas. Citaremos um breve histórico dos encontros e seus respectivos pontos de discussão.

O primeiro encontro foi realizado em Brasília-DF, em novembro de 1987. O I FORPROEX trouxe o conceito, a institucionalização e o financiamento da Extensão em seu documento final. Participaram desse encontro 33 Universidades públicas; vale notabilizar que a UFU não participou deste encontro, ainda não possuía uma Pró-reitoria de extensão, mesmo passado nove anos de sua federalização. Nesse primeiro encontro foi eleita uma coordenação provisória colegiada com representantes de cada região do País. O FORPROEX se preocupou em delinear conceitualmente a extensão, visto que havia uma profusão de conceitos e entendimentos; e assim a definiu:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a **relação transformadora** entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a **troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular**, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a **democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade**. Além de instrumentalizadora deste **processo dialético de teoria/prática**, a extensão é um **trabalho interdisciplinar** que favorece a visão integrada do social. (NOGUEIRA, 2000, p.11) (Grifos nossos).

Segundo Nogueira (2001, p.68), o conceito obtido pelo FORPROEX recupera as reflexões do Movimento Estudantil do início da década de 60 e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975. Ainda, a definição do FORPROEX vem de encontro à filosofia da práxis de Gramsci: a conceituação estabelecida pelo fórum pronuncia que a extensão é uma via de mão-dupla, ou seja, é um movimento dialético entre a comunidade acadêmica e a sociedade, que visa a elaboração da práxis social de um conhecimento científico, ou seja, um processo orgânico e contínuo derivado das relações socialmente construídas: “a filosofia da práxis não busca manter os ‘simplórios’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior.” (GRAMSCI, 1966, p.20). Posto isto, a práxis elaborada nas ações de extensão, e em consonância com a concepção de extensão apresentada pelo FORPROEX, objetiva a produção do conhecimento resultante do confronto entre o saber acadêmico e a realidade social, que, integrados, podem construir uma concepção, como aponta Gramsci, de vida superior, um conhecimento superior.

O II encontro do FORPROEX, no ano de 1988, foi realizado em Belo Horizonte - MG; a temática escolhida para discussão foi: “Extensão, Pesquisa e Compromisso Social”. O III encontro, em 1989, ocorreu em Belém-PA, e discutiu a Relação Universidade e Sociedade: “A questão da prestação de serviço”. Já o IV, de 1990, aconteceu em Florianópolis-SC, e as discussões permearam a temática: “A Extensão universitária: a perspectiva nos anos 90”. O V encontro, ocorrido em 1991, em São Luiz - MA, discutiu sobre “A institucionalização da extensão”. Já em 1992, o VI encontro aconteceu em Santa Maria - RS, e teve como tema: “Universidade e cultura”. O VII, em 1993, ocorreu em Cuiabá-MT, e se propôs a fazer uma avaliação da extensão. O VIII encontro, em 1994, foi em Vitória - ES, e dialogou sobre a “Extensão e construção da cidadania”. O IX encontro, realizado em 1995, na cidade de Fortaleza - CE. O X, em 1996, em Belém-PA; o XI, em 1997, foi em Curitiba/PR; o XII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em caráter extraordinário, aconteceu em 1997, em Brasília-DF. Novamente, o XIII foi extraordinário, e se deu em 1998, também na capital federal. O XIV Encontro, de 1998, em Natal-RN. O XV Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 1999, ocorreu em Campo Grande - MS. Assim, foram 15 encontros, até o final da década de 1990, sugerindo esforços para construção, efetivação e fortalecimento da extensão nas universidades públicas brasileiras.

Ao longo desses anos, o FORPROEX realizou seus encontros periodicamente, e contribuiu para o debate, conjuntamente, com os órgãos responsáveis do MEC, para a institucionalização e financiamento da extensão nas universidades públicas. Foram 38 encontros do FORPROEX, até o ano de 2015; no último, de 2015, foi discutido os “temas emergentes e necessários para a extensão universitária pública brasileira”, mostrando, assim, recorrentes mudanças na forma de se pensar e fazer a extensão e a educação superior brasileira. Elencou-se, então, os objetivos do FORPROEX:

- Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;  
 Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. (FORPROEX/RENEX, s/d).

Em constante trabalho para a institucionalização da extensão, o FORPROEX, desenvolveu inúmeros documentos; entre eles, o Plano Nacional de Extensão, em 1998, que norteou as ações extensionistas nas universidades públicas brasileiras. O FORPROEX criou e organizou a Rede Nacional de Extensão (RENEX), com o objetivo de manter o cadastro atualizado das instituições integrantes, divulgar ações extensionistas universitárias e coordenar o Sistema Nacional de Informações de Extensão, SIEX/Brasil – banco de dados sobre as práticas de extensão no País, tal sistema era utilizado pioneiramente pela UFMG e, serviu de base para o FORPROEX.

Vários foram os avanços trazidos com a criação do FORPROEX para a institucionalização, financiamento e conceituação da extensão universitária. Prova disso, são os inúmeros documentos produzidos, as diretrizes criadas, conjuntamente com o Ministério da Educação, e o constante debate e ampliação conceitual da temática. A criação do FORPROEX foi um grande avanço pela institucionalização e fomento da extensão universitária; o trabalho dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas surtiu efeito, conquistas foram alcançadas, em relação às políticas públicas, e o debate reflexivo acerca da concepção de extensão permitiu o alargamento da sua compreensão, e, em consequência disso, a extensão tomou forma e foco, fortalecendo assim, a sua prática.

Na atual política de extensão do FORPROEX, ainda há, mais um avanço em relação a conceito de extensão: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012, p. 15). O Fórum passa, então, a assinalar o caráter político da extensão, conferindo a prática extensionista um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade em todos os seus aspectos.

Ademais, o FORPROEX (ibidem) propõe as diretrizes que devem orientar a extensão, que são: interação dialógica, interdisciplinariedade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e, finalmente, impacto e

transformação social. Assim, uma ação extensionista deve, enquanto proposta, atentar-se para essas diretrizes e segui-las a contento. Enfim, os desafios elencados pelo FORPROEX (ibidem) são a expansão e consolidação da extensão, na medida em que, as políticas de extensão já estão sendo implementadas, há pesquisas e estudos científicos sendo realizados. Portanto, a extensão, enquanto ação que põe em cheque a hegemonia, e que dispõe a formulação de novos paradigmas que estejam em consonância com o espírito colaborativo, o protagonismo estudantil e a transformação social, deve ser anseio de todo proponente da extensão.

Ainda, segundo Santos, a extensão, como fim em si mesma, deve ser identificada como parte integrante das atividades de ensino e pesquisa, legitimando o conhecimento científico:

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1999, p. 195).

Portanto, é importante compreender as concepções de extensão que norteiam as políticas públicas e o trabalho extensionista nas universidades, para que possa ser aperfeiçoado, ampliado e aprofundado, sobretudo a questão da práxis social na universidade. Delineou-se, pontualmente, momentos onde a extensão ganhou ideias e conceitos, ainda que não claramente explicitados, na legislação educacional brasileira. No seu surgimento na universidade brasileira, através da LDB n° 4024/1961, a denominação “extensão universitária” veio compreendida como disseminação do conhecimento, a difusão do saber científico à comunidade. Ela recebeu novos contornos, após a Reforma Universitária de 1968, feita pelos militares, e assumiu compromisso com as classes sociais mais baixas; disposta em um arranjo assistencialista, porém, sua ação era inócua, não concretizando mudanças na realidade social. Somente após a criação do FORPROEX, em 1987, que sistematizou e propôs políticas públicas na área, é que se nota a preocupação com o caráter científico da extensão, que passa a ser considerada um dos tripés da universidade, indissociável do ensino e da pesquisa. Com a LDB n° 9394/1996, se torna obrigatória nas universidades públicas brasileiras, e, a partir daí, há uma expansão das discussões, ampliando seu conceito e abarcando o seu aspecto teórico-prático como processo educacional, e como uma prática social pautada em ações educacionais, culturais e desportivas. Mas, é partir da retomada do financiamento da extensão, com o ProExt, que a extensão se torna foco de desenvolvimento nas universidades brasileiras, em especial, na UFU com mais profundidade.

Em consequência disto, muitos foram as ideias geradas sobre a extensão, muitas delas sob o pretexto de diminuir seu aspecto formativo e transformador. A extensão, transmitida através de um processo educativo autoritário, não construída pelos seus participantes, verticalizada, com ausência de diálogo, troca e expansão da consciência coletiva, se tornava oca, esvaziada de sentido; e se fazia incapaz de cumprir seu principal objetivo, elevar a capacidade crítica do homem a um ponto em que ele possa subverter seu estado atual em um nível mais avançado de entendimento, compreendendo seu aspecto histórico, produtor da história e da cultura, e, por isso, responsável pelo seu desenvolvimento e da sociedade que o cerca.

Após a criação do FORPROEX, onde buscou afastar-se dessa conceituação paternalista e utilitarista, e, aos poucos, foi impetrando entendimento e espaço na universidade. Hoje, há o reconhecimento do potencial de transformação social da extensão. Atualmente, o fórum concebe a extensão em seu aspecto político, sem separá-la de seus aspectos científicos e culturais. Consolidando um paradigma baseado na construção histórico social de educação e, portanto, contra hegemônico e revolucionário, na medida em que propõe uma extensão socialmente referenciada.



## 2 OS CONTORNOS DA EXTENSÃO NA UNIVERISDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Na ação há um impulso criador para realizar o extraordinário. (LEONHARDT, 2008, p.62).

A cidade de Uberlândia, conforme DANTAS<sup>4</sup> (2008, p. 1), "[...] nasceu Uberabinha, ou melhor, povoado de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha [...]", ainda segundo a referida autora (ibidem), Uberlândia surgiu vocacionada ao progresso. O arraial de São Pedro de Uberabinha foi emancipado em 31 de agosto de 1888 e, até o ano de 1929 era assim denominado. Atualmente, Uberlândia é o segundo maior município do estado Minas Gerais e o segundo mais populoso, sendo uma importante rota econômica além de, um expansivo centro educacional com várias universidades e faculdades. Dentre essas instituições de ensino superior, a UFU se destaca por seus números<sup>5</sup> que demonstram a sua influência na cidade de Uberlândia e região. Assim, este capítulo, buscou situar o nascedouro da UFU, traçando historicamente a sua trajetória institucional e também, apresentar a organização da extensão realizada por essa instituição, bem como, a concepção ou concepções de extensão conjecturadas no período.

O embrião da Universidade Federal de Uberlândia se fecunda a partir do advento de faculdades isoladas nos idos dos anos 1950. Essas faculdades eram mantidas por instituições privadas, religiosas e/ou comunitárias que, posteriormente, foram reunidas para compor a UnU - Universidade de Uberlândia. Segundo Gomes (*et al.*):

O processo de criação da Universidade Federal de Uberlândia foi marcado por muitas etapas, tendo início com a criação de faculdades isoladas: Música (1957), foram criados também outros curso que deram origem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (FAFIU, 1959), Direito (1959), Economia (1966) e, posteriormente, a criação da Universidade de Uberlândia – UnU (1969) e sua federalização, tornando-se Universidade Federal de Uberlândia em 1978 – a Faculdade de Engenharia Civil (1961), federalizada em 1971, e passa, quando da

---

<sup>4</sup> Para conhecer a história da fundação de Uberlândia, ver a Tese de Doutorado de Dantas (2008).

<sup>5</sup> Ver o Anuário da UFU ano base 2015, disponível em: <[http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/anuario\\_2016\\_-\\_base\\_2015.pdf](http://www.proplad.ufu.br/sites/proplad.ufu.br/files/media/arquivo/anuario_2016_-_base_2015.pdf)>

federalização, a integrar, como curso, esta instituição. (GOMES, *et al.*, 2003, p. 15).

A Universidade de Uberlândia (UnU) foi criada em 14 de agosto de 1969, pelo Decreto-Lei Nº 762. E, em 24 de maio de 1978, a Lei Nº 6.532 foi sancionada, federalizando a instituição, que foi denominada Fundação Universidade Federal de Uberlândia. A UFU passou a contar com a nova organização em departamentos e três Centros: Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC); Ciências Humanas, Letras e Artes (CEHAR); e Ciências Biomédicas (CEBIM). (UFU, s/d)

No início de 2015, a UFU contava com 90 cursos de graduação, 44 cursos de mestrado e 20 cursos de doutorado, tendo 4868 vagas na graduação e 2024 vagas na pós-graduação, atuando em diversos *campi*, distribuídos nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo, o que supõe alcance e referência na educação superior (UFU, 2016). Percebe-se a importância da UFU como instituição pública de ensino, por meio de suas estatísticas, números que comprovam a sua influência na cidade de Uberlândia e região. No entanto, mais que números, a UFU se apresenta como instituição transformadora da realidade social em que está inserida, e é por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sejam elas científicas, culturais ou desportivas, que a universidade desenvolve seu potencial gerador de transformações que beneficiam a comunidade envolvida, direta e indiretamente, nesse processo.

A universidade tem a potencialidade para desenvolver intelectuais em diversos níveis. A UFU como um espaço organizado para a elaboração teórica e prática, proporciona, por meio da extensão, oportunidade para elaboração crítica e possível solução de problemas sociais, auxiliando a sociedade beneficiada a elevação da consciência crítica e, portanto, política e emancipadora. Ainda, segundo Gramsci:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teórico-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1966, p. 21).

A universidade sendo sustentada pelo tripé ensino, pesquisa e extensão utiliza-se dessas funções educativas para essa elaboração crítica de ideias; a extensão trabalha fortemente as questões sociais, pois tem a oportunidade de alcançar aqueles que não tiveram a oportunidade de se beneficiar com o ensino universitário diretamente, através do ingresso a um curso superior,

mas que ambicionam pelo saber, possibilitando troca de diversos saberes, enriquecendo o processo educacional e dando vida as questões da prática pedagógica.

No Regimento Geral da UFU, de 1999, no artigo 93, que trata da Educação Superior, traz que será desenvolvida na UFU por meio das seguintes atividades (a que outras poderão acrescentar-se, quando necessário): I. Cursos de graduação; II. Programas de pós-graduação; III. Cursos de pós-graduação *lato sensu*; IV. Cursos de extensão; V. Cursos sequenciais; VI. Programas de educação à distância; e VII. Atividades de extensão. Isto implica que, o ensino superior deve, também, ser desenvolvido por meio de cursos e atividades de extensão; com isso, aponta a extensão presente na formação em dois pontos: cursos e outras atividades. A UFU mostra o entendimento de que a formação superior se dá, também, via extensão; porém, a prática parece ser outra, e o espaço da extensão, por vezes, é diminuto em relação ao ensino e à pesquisa. Além de ser possível questionar em que medida a extensão abarca os interesses da população, seja ela discente, docente e/ou externa à UFU, incorporando as necessidades desses grupos e não somente as dos proponentes das ações e da universidade.

Atualmente, a organização da extensão universitária na UFU se dá através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC<sup>6</sup>, no entanto, essa Pró-Reitoria era denominada de Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX – desde 1994. Essa Pró-Reitoria abarcava três grandes áreas: extensão, cultura e assuntos estudantis e, como dentro do período estudado, a atual PROEXC se configurava como PROEX, portanto, será assim denominada.

A PROEX atua no sentido de promover ações de extensão dentro do contexto das políticas públicas, seguindo o Plano Nacional de Extensão e “tem como princípio básico a efetiva interação com a Sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente ou para referenciar sua formação acadêmica.” (PROEX/UFU). O Plano Nacional de Extensão de 1999, trouxe uma demanda por nova adequação da estrutura organizacional da UFU e contribuiu para a criação de novos instrumentos que permitem, à comunidade acadêmica, desenvolver atividades de extensão aliadas ao ensino e à pesquisa, devidamente institucionalizadas. Dentre esses recursos, pode-se citar a criação do SIEX-UFU (Sistema de Informações de Extensão), em

---

<sup>6</sup>Ver a resolução Nº 06/2016, do Conselho Universitário que dispõe sobre a criação da PROAE - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e, portanto, desmantela a PROEX- Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, em duas Pró-Reitorias: a PROEXC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e a PROAE - Pró-Reitoria de Assistência Estudantil.

1997, da publicação da revista *Em Extensão*, em 1998, que será tratada adiante. Ainda, segundo o PIDE/UFU (2010-2015), a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX):

Articula, desenvolve e coordena as atividades de extensão universitária da Instituição, incluindo as culturais e as políticas de apoio ao estudante, vincula ensino, pesquisa e sociedade; interagindo a instituição com os diversos segmentos sociais: entidades governamentais, setor privado, comunidades carentes, movimentos sociais e público consumidor de conhecimentos, artes e serviços. (UFU, 2010-2015, p. 22).

No período estudado, a PROEX era organizada estruturalmente em três diretorias: de Extensão (DIREC), de Cultura (DICULT) e de Assuntos Estudantis (DIRES). Dentre estas, priorizou-se a Diretoria de Extensão e suas ações:

A DIREC promove a integração entre as diversas unidades administrativas da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – PROEX no âmbito da extensão e, ao mesmo tempo, articula as ações extensionistas entre as Unidades Acadêmicas e Unidades Especiais de Ensino da universidade e a comunidade. Estas ações configuram-se em programas, projetos e atividades de extensão voltados ao ensino, à cultura, às artes e ao desenvolvimento social, em consonância com as temáticas propostas pelo Plano Nacional de Extensão – PNE: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia Produção e Trabalho. (PROEX, s/d).

Ao promover a extensão universitária na UFU, a PROEX segue princípios norteadores: educativo e formativo técnico-científico, articulador das ações entre a universidade e a sociedade, transformador, democrático, direcionado para aos setores sociais com tais insuficiências. A partir desses princípios, percebe-se as concepções de educação, universidade e extensão universitária que a UFU se propõe realizar atualmente, ou seja, qual ideia de universidade se faz presente nas ações desenvolvidas, qual ou quais concepções de extensão universitária são trabalhadas na UFU.

Dentre as diretrizes propostas pelo FORPROEX, para o desenvolvimento da extensão, a PROEX organiza as ações desenvolvidas. Tais diretrizes são divididas em quatro eixos:

**Impacto e transformação:** Estabelecimento de uma relação entre a Universidade e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da Extensão Universitária: frente à complexidade e a diversidade da realidade, é necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social. Definida a questão, é preciso estudá-la em todos seus detalhes, formular soluções, declarar o compromisso pessoal e institucional pela mudança, e atuar;

Interação dialógica: Desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo, pela ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica – que ainda marca uma concepção ultrapassada de extensão: estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade – para uma aliança com movimentos sociais de superação de desigualdades e de exclusão;

Interdisciplinaridade: Caracterizada pela interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando consistência teórica e operacional que estruture o trabalho dos atores do processo social e que conduza a interinstitucionalidade, construída na interação e inter-relação de organizações, profissionais e pessoas;

Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: Reafirmando a extensão como processo acadêmico – justificando-lhe o adjetivo universitária –, em que toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação técnica para obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de sua formação cidadã – reconhecer-se agente da garantia de direitos e deveres, assumindo uma visão transformadora e um compromisso. Na aplicação dessa diretriz abre-se um capítulo especial, o da participação da Extensão Universitária na flexibilização da formação discente, contribuindo para a implementação de diretrizes curriculares nacionais, com reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, com atribuição de créditos acadêmicos. (IBIDEM).

As ações de extensão desenvolvidas pela UFU devem seguir esses quatro eixos norteadores em sua elaboração e prática. Para verificar que sejam seguidas as orientações previstas, a PROEX mantém um processo de avaliação da extensão na UFU, através de questionários; são avaliadas as ações desenvolvidas pelas unidades acadêmicas, podendo rever e reformular constantemente os processos educativos, científicos e institucionais da extensão, além de reportar tais avaliações à própria Universidade e aos órgãos superiores de avaliação nacional. No entanto, a PROEX pouco avalia a participação da sociedade nas ações extensionistas, o que impede que a avaliação seja feita, consistentemente, por todos os lados do processo; assim, sujeita-se a avaliação da extensão unilateralmente, incapaz de perceber o papel atuante e importante da comunidade no processo de formação acadêmica, profissional e cidadã de todos os envolvidos no processo, sejam eles discentes, docentes ou a própria sociedade.

O objetivo da extensão é definido no art. 148 do regimento da UFU: “a extensão, articulada com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, tem como objetivo intensificar relações transformadoras entre a UFU e a sociedade, por meio de processo educativo, cultural, científico e desportivo”. Ademais, além da PROEX, que coordena e supervisiona a extensão na UFU, há ainda o Conselho de Extensão e Assuntos Estudantis - CONSEX, órgão consultivo e

deliberativo, que propõe as diretrizes referentes a extensão, cultura e assuntos estudantis, estabelece normas e atua como instância de recursos pertinentes da área, além de elaborar seu Regimento Interno e estabelecer diretrizes relacionadas a convênios com instituições públicas e/ou privadas, que se relacionam com os objetivos propostos. (Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, Art. 27).

A extensão, na UFU, desenvolve-se sob a forma de Programas, Projetos, Cursos de Extensão, Evento, Prestação de Serviços e Publicações, e se distribui em áreas temáticas: Comunicação, Cultura, Direitos humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho. Essa sistematização foi organizada pelo FORPROEX e identifica os eixos que orientam as ações de extensão. A partir das áreas temáticas, desenvolvem-se as linhas programáticas. Exemplificando, o AFRID, objeto de estudo dessa pesquisa, é desenvolvido na área temática da Saúde e tem como linha programática a Atenção integral à Terceira Idade.

A PROEX, durante a década de 1990, promoveu ações que aprimoraram e deram ar de destaque a extensão na UFU. As ações desenvolvidas foram de organização, sistematização e divulgação, além de ações no campo do debate acadêmico que foram os seminários de extensão em 1991, 1994 e 1995; e os Catálogos de Extensão de 1997, 1998 e 1999. O SIEX/UFU foi implementado em 1997 e, a Revista *Em extensão*, em 1998, fecham as ações sistematizadas nessa década a nível institucional. Os catálogos de extensão são de organização do professor Waldenor Barros Moraes Filho, Pró-reitor de Extensão da UFU no período. O reitor da UFU professor Gladstone Rodrigues da Cunha Filho prefacia o *Catálogo de Extensão*, de 1997, e disserta sobre a meta da instituição para a institucionalização da extensão:

A institucionalização da Extensão e sua concepção como processo educativo, científico e cultural, indissociável da pesquisa e do ensino são metas da Universidade Federal de Uberlândia desde sua federalização. No entanto, a ausência de linhas de financiamento oficiais regulares e específicas e uma interpretação equivocada da extensão como atividade subsidiária, assistencialista ou eventual contribuíram, ao longo dos anos, para a evolução da Universidade em ritmos distintos, proporcionando diferentes níveis de crescimento no tocante aos diversos aspectos gerenciais e acadêmicos intrínsecos à Universidade. (CUNHA FILHO, 2000, p. 09).

Cunha Filho (ibidem) entende a extensão enquanto processo educativo e meta da UFU quanto a sua institucionalização, reconhecendo também a insuficiência de recursos e as prerrogativas do ensino e a pesquisa, como processos educativos, que visam a manutenção do

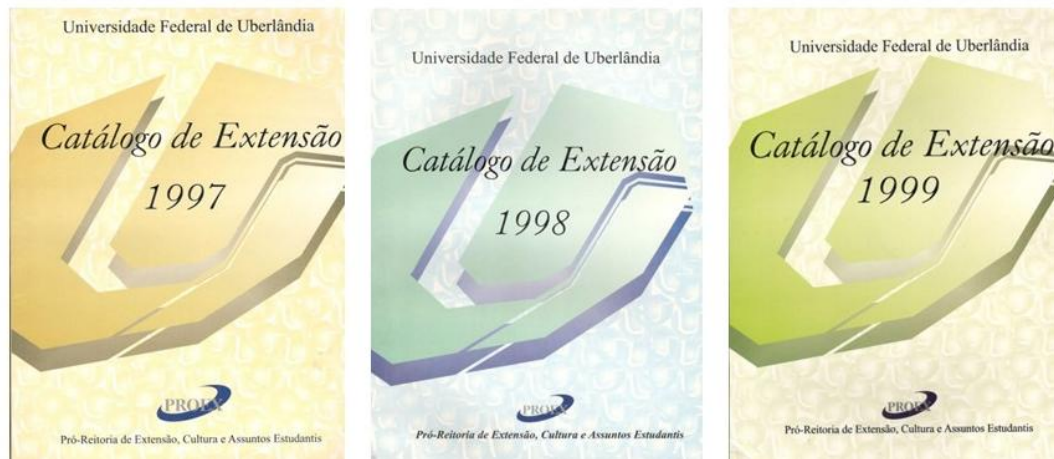
*status quo* da hegemonia elitista, no qual a universidade foi fomentada, desde seu início. Possivelmente, essa distinção entre os processos educacionais na universidade, se deva a incompleta ideia do que seja a extensão e seu processo introdutório dentro da universidade brasileira, que surgiu a partir da reivindicação estudantil junto com os movimentos dos trabalhadores, por isso o embate hegemônico entre ensino, pesquisa e extensão.

Ainda, em seu prefácio, Cunha Filho (ibidem) afirma que a UFU, por meio da Extensão, vem desenvolvendo práticas pautadas nas políticas nacionais, em busca da valorização e institucionalização da extensão; diz que a extensão alcançará tais metas por meio da estruturação de espaço e laboratórios adequados, da adoção de processos metodológicos e avaliativos específicos e pelo registro e divulgação das ações, através de sua profissionalização e informatização. Ao final da década de 1990, a UFU ainda conta com deficiências na organização e estruturação da extensão. A UFU não consegue atingir integralmente todas as ações de extensão de forma não sistematizada, com avaliação específica e registro adequado, o que impede a sua devida valorização como processo educativo, cultural e científico, assim, registrado no Catálogo de Extensão de 1999:

Os dados aqui apresentados refletem informações cadastradas, mas não demonstram a realidade da extensão na UFU, tendo em vista que um grande universo de ações de extensão realizadas nas diversas unidades da Universidade ainda não foram formalizadas ou cadastradas no banco de dados da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos e Estudantis. (CUNHA FILHO, 2000, p. 05).

Os catálogos de extensão da UFU, de 1997, 1998 e 1999 (Figura 1), foram publicados de forma retroativa no ano 2000. A dificuldade em sistematizar a extensão na UFU se deve ao fato da dificuldade que a extensão enfrenta na academia, o que reflete numa prática extensionista desconexa de seus objetivos acadêmico, social e político. A UFU, também não participa dos primeiros encontros de Pró-Reitores de Extensão, o FORPROEX, visto que sua Pró-Reitoria de extensão é implementada apenas em 1994, sete anos após o primeiro encontro do fórum em 1987. Essa situação expõe o baixo engajamento por parte da UFU na questão da extensão universitária, além de, evidenciar a hegemonia elitista que prevalece na universidade brasileira desde o início do seu surgimento e que, procura manter as classes sócias mais baixas longe do ensino superior.

Figura 1 - CATÁLOGOS DE EXTENSÃO 1997, 1998 E 1999. UFU/PROEX.



Fonte: Digitalizado pela autora (2017).

De acordo com Moraes Filho (2000, p.11), a UFU vem buscando institucionalizar as ações de acordo com a ideia de extensão definida pelo FORPROEX. Em consonância com o fórum, a UFU desenvolveu o SIEX – Sistema de Informações de Extensão, estrutura de gerenciamento informatizado dos dados da extensão, com inspiração do sistema elaborado pela UFMG. O SIEX foi implementado, pela PROEX, em 1997, para registro das atividades de extensão e cultura desenvolvidas; a UFU supervisiona e registra as ações desenvolvidas, acompanhando e avaliando as atividades de extensão. Os objetivos do SIEX são:

- a) manter a comunidade bem informada, divulgando dados mais adequados, bem como enviando informações mais precisas ao MEC; b) buscar financiamento junto a agências e parceiros; c) registrar a história a extensão na UFU; d) propiciar apoio institucional; e) subsidiar a elaboração de uma política de extensão; f) possibilitar a emissão de certificados aos participantes e servir de fonte para a elaboração de Catálogos de Extensão. (MORAES FILHO, 2000, p.11).

Pressupõe, Rodrigues:

Esta experiência possibilitou que a UFU iniciasse um primeiro movimento no sentido do registro e na sistematização das atividades de extensão da instituição. Ao mesmo tempo, contribuiu para uma melhor sistematização dessas atividades, por meio de procedimentos e etapas básicas que deveriam orientar a organização da extensão no interior da UFU. (RODRIGUES, 2014, p.55).

Com o desenvolvimento do sistema de registro, as ações de extensão da UFU começam a ganhar um novo olhar. As ações são divulgadas e melhor avaliadas; no entanto, os registros, no



SIEX/UFU, não abarcam a real dimensão das ações de extensão e, ainda, resiste entre docentes e gestores, um olhar de desconfiança frente à extensão. A UFU terá, ainda, que trabalhar arduamente na ampliação do financiamento e melhoria da distribuição dos recursos destinados a extensão, ainda que a extensão seja reconhecida como valioso instrumento de formação acadêmica.

O primeiro Catálogo de extensão da UFU foi produzido em 1977, e, após 20 anos, a PROEX voltou a produzi-lo, demonstrando, assim, a preocupação em alavancar a extensão. No entanto, como salienta Moraes Filho (2000), os trabalhos registrados no Catálogo não representam o universo total de ações desenvolvidas pela UFU, mas representa um avanço em relação ao registro e institucionalização da extensão. O desejo é que o registro, no SIEX, se torne rotina e auxilie na democratização das informações.

Outra ação desenvolvida pela PROEX é a revista *Em Extensão*, publicação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX) da Universidade Federal de Uberlândia. Criada em 1998, tem o intuito de registrar e divulgar trabalhos na área da extensão universitária:

*Em Extensão* visa à publicação de textos que apresentem conteúdo científico aliado a uma dimensão educativa e/ou comunicativa; resultados parciais e/ou finais de trabalhos na área de extensão; revisões críticas de obras publicadas que possam contribuir para a reflexão acerca da extensão universitária; e matérias que manifestem opiniões sobre a temática extensão. Visa, ainda, fomentar a troca de experiências, em sua especialidade, com outras instituições, nacionais ou estrangeiras, que mantenham trabalhos congêneres e promover o intercâmbio entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento por meio da publicação de artigos originais, comunicações, relatos de experiências, editoriais, resenhas e entrevistas. Em decorrência de seus objetivos, *Em Extensão* tem como público almejado a comunidade em geral, além de professores, alunos e técnicos administrativos das diversas instituições de ensino nacionais e estrangeiras. (UFU/ REVISTA EM EXTENSÃO).

A revista *Em Extensão* (Figura 2) é uma importante ação desenvolvida pela PROEX no sentido de, viabilizar a publicação científica da extensão e, estimular os envolvidos no trabalho extensionista a promover pesquisas, o que, ao mesmo tempo fortalece a extensão, promove a sua interface com a pesquisa estabelecendo assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, um dos objetivos da Universidade federal de Uberlândia.

Figura 2 - CAPA DA REVISTA EM EXTENSÃO, V. 15, N. 1, JAN/JUN.

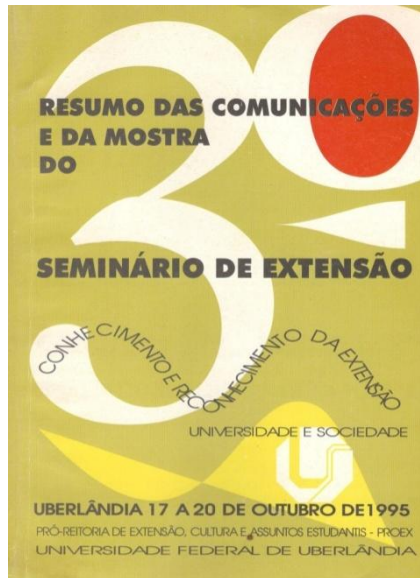


Fonte: [www.proex.ufu.br](http://www.proex.ufu.br) .

A ideia de fomentar uma revista, visando a divulgação da extensão universitária, trouxe à UFU destaque na área da extensão. Outras universidades já realizavam esse tipo de publicação, como a UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, pioneira na institucionalização e divulgação da extensão no Brasil.

Outra ação de destaque são os Seminários de Extensão realizados pela UFU. De acordo com UFU/PROEX (1995), em 1991, foi realizado I Seminário de Extensão da UFU, que buscou refletir com a comunidade sobre a extensão na UFU. O “II Seminário de Extensão da UFU”, sob coordenação do Pró-Reitor de extensão Cultura e Assuntos Estudantis, Carlos Henrique Alves de Rezende foi realizado entre 12 e 16 de setembro de 1994, proporcionou o debate sobre a extensão e sobre os pressupostos, objetivos e metodologias da extensão, definidos no I Seminário, ainda em 1991. Em 1995, de 17 a 20 de outubro, foi realizado o III Seminário de Extensão (Figura 3), denominado: “Conhecimento e Reconhecimento da Extensão – Universidade e Sociedade”, que procurou expressar a amplitude e profundidade do tema.

Figura 3 - CAPA DO CADERNO DE RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES E DA MOSTRA DO 3º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO DO ANO DE 1995 REALIZADO PELA UFU.

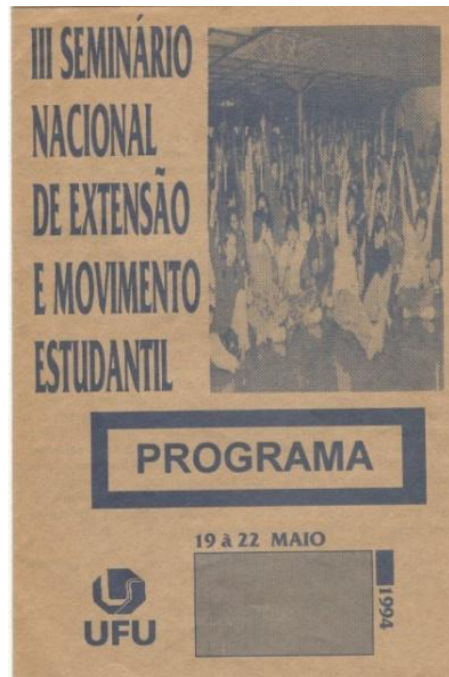


Fonte: Acervo PROEX. Digitalizado pela autora (2017).

A UFU, ainda foi sede do III Seminário Nacional de Extensão e Movimento Estudantil, em 1994 (Figura 4). O seminário tinha como linhas de debates a política da extensão; o papel da universidade; o movimento estudantil, foi o maior responsável pela organização do seminário, além dos temas, da cultura; as organizações populares; as empresas e a tecnologia; e a interação com os ensinos médio e fundamental. Percebe-se que a extensão universitária foi uma das reivindicações do movimento estudantil na UFU, no período. Ainda que pouco estimulado na universidade, o movimento estudantil busca, através de ações que aliam educação, cultura e movimentos sociais, a abertura da universidade para práticas mais democráticas.

A PROEX, também organizou a XII Reunião Regional Sudeste do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi organizada pela UFU em 1996 em conjunto com a Coordenação da Regional Sudeste. O tema central da reunião foi a Autonomia Universitária, o objetivo das reuniões regionais é a preparação para o Fórum Nacional, em 1996 foi realizado em Belém-PA (UFU/PROEX, 1996). Averigua-se que a criação da PROEX em 1994 foi um passo importante no engajamento da UFU na discussão nacional sobre a extensão.

Figura 4 - FOLDER DO III SEMINÁRIO NACIONAL DE EXTENSÃO E MOVIMENTO ESTUDANTIL.

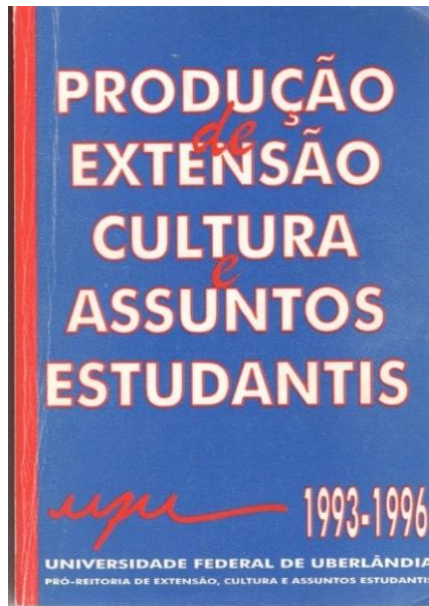


Fonte: Acervo AFRID. Digitalizado pela autora (2017).

Além disso, a PROEX trabalhou na publicação da Produção, Registro e Documentação da Memória da Extensão na UFU, que levantou a produção da extensão na UFU entre 1993 a 1996, e teve como resultado a publicação do Catálogo da Produção de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UFU (Figura 5), fonte de documentos para pesquisa da UFU e região (UFU/PROEX,1996). Esse catálogo demonstra o potencial intrínseco da extensão universitária, visto a numerosas ações promovidas na UFU e, portanto, a sua importância na comunidade a seu redor. Para Serrano, a existência da relação universidade e sociedade produz conhecimento, pois se acomoda em uma estrutura de troca e não imposições:

Uma extensão que é experiência na sociedade, uma práxis de um conhecimento acadêmico, mas que não se basta em si mesmo, pois está alicerçada numa troca de saberes, popular e acadêmico, e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade. (SERRANO, s/d, p. 12).

Figura 5 - PRODUÇÃO DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSUNTOS ESTUDANTIS DA UFU: 1993 - 1996.



Fonte: Acervo AFRID. Digitalizado pela autora (2017).

A PROEX desenvolveu, também, ações para o fortalecimento da extensão na UFU, na década de 1990 ocorria o dia DEx - o Dia da Extensão, que era um evento onde a UFU expunha suas ações de extensão para conhecimento e reconhecimento de toda comunidade acadêmica e comunidade externa. Esse evento foi de suma importância institucional, pois, a comunidade podia conhecer a extensão realizada pela UFU e mais, valorizá-la. Segundo o gestor da extensão:

Teve uma outra atividade que se realizou durante alguns anos chamado “DEx”, que é o Dia da Extensão, assim como existia ação de iniciação científica, semana acadêmica, nós achamos que era prudente instituir um dia ou uma semana na universidade que a extensão fosse debatida, não foi possível instituir um a semana, assim instituímos um dia. Um dia em que toda a Proex parava para que a universidade pudesse mostrar a sua extensão. Isso depois cresceu em semana da extensão, etc., mas o embrião foi o dia DEx, o dia da extensão. (Gestor 1).

Conclui-se que, a extensão na UFU na década de 1990 passou por profundas transformações e uma nova organização institucional. A extensão recebeu uma Pró-reitoria em 1994, conferindo força política e institucional frente a comunidade UFU. Os Seminários de Extensão, a criação do SIEX/UFU, a publicação da revista Em Extensão, os Catálogos de

Extensão e o Dia DEx são ações marcantes e demonstram que a referida década foi fecunda no campo da extensão na UFU, talvez a mais relevante desde a federalização, em 1978.

O trabalho da década de 1990 ainda dá frutos nos dias atuais, o SIEX foi reformulado em 2010, o acesso a ele, ampliado, permitindo, até mesmo, cadastrar a avaliação da ação de extensão e emitindo o certificado de extensão *on line*. A revista *Em Extensão* continua sendo valioso instrumento de divulgação da extensão na UFU e para outras instituições, possuindo classificação de sua produção intelectual - Qualis - B3 em Ensino, Administração, Ciências Contábeis e Turismo; B4 em Enfermagem, Odontologia e Saúde Coletiva e B5 em Ciências Agrárias, Ciências Ambientais, Nutrição e História. (UFU/REVISTA EM EXTENSÃO).

Mesmo com múltiplas ações sendo implementadas, a nova gestão da UFU iniciada em 2001, encontrou uma extensão assinalada ainda, prioritariamente, por ações assistencialista e de prestação de serviços, como apontado pelo gestor da extensão na época, e um grande desconhecimento das políticas que vinham sendo implementadas a partir do FORPROEX:

A grande maioria dos docentes e da comunidade, não conhecia políticas públicas de extensão universitária promovidas pelo fórum (FORPROEX), apesar de que, já estava começando a ser socializado um conceito construído justamente nesse fórum. O que nós encontramos em 2001 foi uma cultura profundamente assistencialista de extensão, como nós vínhamos em um processo de sucateamento muito grande, também, o que nós vimos, é que havia uma cultura de prestação de serviços muito forte, de serviços pagos, porque, os professores, em muitos momentos, devido a salários baixíssimos e a universidade precarizada, eles tiveram que fazer uso dessas atividades para complementar renda e, isso pode escrever, porque era essa a realidade que nós encontramos. (Gestor 2).

Com a reivindicação dos movimentos populares e apoio da gestão da UFU, criou-se o Fórum Olívia Calábria<sup>7</sup>, a partir do ano de 2001, foi um importante espaço de reflexão sobre a extensão como reivindicação social, a extensão socialmente referenciada. O Fórum era de caráter consultivo e de planejamento de atividade de extensão. De acordo com o participante da pesquisa:

[...] a constatação que nós tivemos já em 2001 foi, justamente, que a universidade estava profundamente desconectada da sociedade e, eu gostaria que você registre isso, porque é um fato. (Gestor 2).

---

<sup>7</sup> Para conhecer quem foi Olívia Calábria, ver: LEMES, Viviane de Souza. Olívia Calábria: a mulher e a militante. Caderno Espaço Feminino, v.12, n.15, Ago/Dez. 2004. págs. 181-190. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/nequem/article/viewFile/202/206>> Acesso em: maio de 2017.

Assim, o fórum se tornou objeto de atenção e empenho, trazendo para o seio da universidade os movimentos populares e outros setores da sociedade civil.

São membros do Fórum: a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), por meio da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) e suas diretorias de Extensão, de Culturas e de Assuntos Estudantis; coordenações dos Núcleos de Estudos da UFU, sindicatos e associações de trabalhadores(as), centrais sindicais, ONGs, organizações, movimentos e/ou manifestações culturais, entidades estudantis secundaristas e universitárias, cujas atividades contribuam para a criação de uma cultura extensionista que privilegie a busca de direitos humanos, orientada para a emancipação e a inclusão social. (PEREIRA, 2010).

Segundo o Gestor da extensão na época:

[...] esse fórum foi justamente construído através ou a partir dos movimentos sociais e populares que nós trouxemos para dentro da universidade e, também, dos grupos chamados minoritários, trouxemos o grupo LGBT, trouxemos os negros, trouxemos tudo que você pode imaginar, a questão de gênero, mulheres, etc. (Gestor 2).

Assim, a PROEX trouxe nessa gestão, os movimentos populares para dentro da universidade, ampliando o espaço de discussão com a sociedade sobre as demandas e reivindicações dessa comunidade. Também, foram criados os centros PROEX, que promovem assessoria em ações nas áreas da saúde, meio ambiente, inclusão social e geração de recursos, através do ensino, pesquisa e extensão, integrando as três funções da universidade. São eles: Centro Rede Fito Cerrado, Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários – CIEPS, Centro Interdisciplinar de Saúde da Família, Centro Interdisciplinar de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, Centro de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

O CIEPS, é um dos mais importantes centros da PROEX, foi institucionalizado em 2008, no entanto o INES (Incubadora de Economia Solidária) já oferecia apoio anterior a essa data, a grupos sociais de geração de renda, sendo transformada em CIEPS, que trabalha com conceitos baseados no desenvolvimento da economia popular solidária objetivando a emancipação popular. Segundo a Resolução 02/2017 do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, em seu artigo primeiro:

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIESP) tem a finalidade de contribuir, por meio da extensão, indissociável do ensino e da pesquisa, e a partir dos princípios e diretrizes da Economia Popular Solidária (EPS), para a emancipação humana dos trabalhadores, organizados em Coletivos

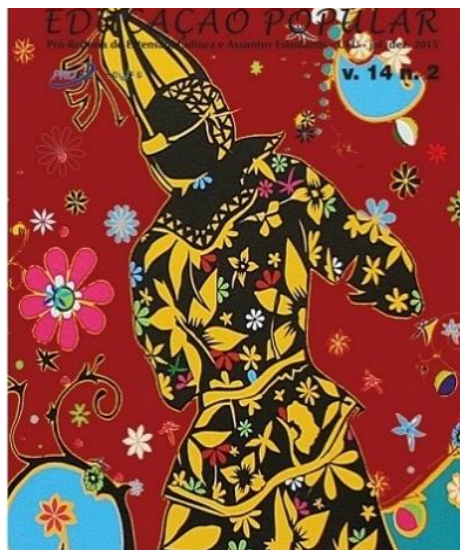
Populares, visando à promoção do desenvolvimento local e regional, à geração de renda e à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. (UFU/PROEX/CIEPS, 2017).

O CIEPS foi produto do anseio popular por uma universidade mais democrática, e resultado das reflexões expressadas no Fórum Olívia Calábria, voltado para o desenvolvimento social e portando, corroborando com o conceito da extensão desenvolvida pelo FORPROEX, uma extensão comprometida com as questões sociais por meio da implementação de políticas públicas, onde a universidade deve contribuir com seu conhecimento para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Em 2002 foi lançada a Revista Educação Popular (figura 6) pela PROEX. A revista, hoje, possui a qualificação B1 (Ensino) e a Revista Em Extensão tornou-se B3 (Ensino) no *Qualis* CAPES, o que as coloca entre as melhores revistas de extensão do país. (UFU. Relatório de gestão 2013/2016).

A Revista de Educação Popular [...] prioriza abordagens e análises que tratam sobre a produção nos campos da educação, da saúde e da cultura populares, por meio do acolhimento de diferentes linguagens e formas de registro, propiciando a socialização da produção acadêmica e dos movimentos sociais, de maneira a produzir a inserção de temas ou problemas da atualidade no processo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade e a inclusão de conhecimentos produzidos pela academia no exame da realidade atual pelos movimentos sociais ou outras comunidades externas. (UFU. REVISTA DE EDUCAÇÃO POPULAR).

Figura 6- CAPA DA REVISTA EDUCAÇÃO POPULAR.



Fonte: [www.proex.ufu.br](http://www.proex.ufu.br).



O que se afere a partir dos anos 2000 é a reivindicação do caráter social da extensão, através do desenvolvimento e participação popular no Fórum Olivia Calábria, Incubadora de Economia Solidária, embrião do CIEPS e, do lançamento da Revista Educação Popular. A UFU, ressaltou, nesse período, a busca por uma extensão socialmente referenciada, no entanto, verificou-se que a extensão na UFU era realizada sobretudo nas formas de prestação de serviços e cursos, sendo uma extensão ainda minimamente politizada. Portanto, o caminho a ser percorrido, seria longo para realização da extensão de fato, socialmente referenciada. O CIEPS foi institucionalizado após vários anos de funcionamento, o Fórum Olivia Calábria se dissolveu após a saída da gestão que o implementou, no entanto, as sementes estavam sendo plantadas, mas o futuro era incerto.

Com a retomada do financiamento da Extensão em 2003, através do programa do MEC/SESu, o ProExt, Programa de Extensão Universitária que fomenta as atividades de extensão nas universidades públicas brasileiras, a extensão na UFU ganha fôlego, devido ao investimento financeiro de suas ações extensionistas. O ProExt objetiva apoiar propostas de desenvolvimento de projetos de extensão que visem a implementação de políticas públicas principalmente no campo da inclusão social.

Alicerçada pelo ProExt, a UFU busca se organizar conjuntamente com as Unidades Acadêmicas promovendo editais de acesso ao financiamento da extensão, como o PEIC, O Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade, principal edital de fomento da UFU em relação a extensão, o PEIC surge em 2003, como instrumento de organização e financiamento da extensão. O AFRID participa do PEIC em 2013, cujo registro no SIEX/UFU, número 10846, intitulado: Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade – AFRID – Implementação de novas Modalidades.

Outros programas foram propostos pela PROEX: o Programa Institucional de Bolsa de Extensão - PIBEX, e o Programa Institucional de Estágio Acadêmico de Extensão Remunerado - PIEEX. Ambos os programas têm por finalidade estimular a comunidade acadêmica, discentes, docentes e técnico-administrativos a desenvolverem ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, ampliando a função social da universidade pública e gratuita e o seu compromisso com a transformação da sociedade. (UFU/PROEX).

Outro avanço institucional foi o pareamento na pontuação da extensão com o ensino e a pesquisa, as atividades de extensão passaram a ter a mesma pontuação das atividades de pesquisa

para a progressão docente, um avanço e incentivo da prática extensionista, como relata o gestor da extensão:

Nós fizemos uma atualização da política de extensão e nós conseguimos na época, para você ter uma ideia, todo professor é pontuado pelas atividades que ele faz, as pontuações da extensão passaram a ser exatamente as mesmas que da prática da pesquisa na nossa gestão. Hoje as atividades extensionistas e culturais tem exatamente a mesma pontuação que uma prática científica, coisa que não acontecia quando chegamos na universidade. (Gestor 2).

O SIEX, foi uma das ferramentas que permitiu que a progressão do servidor, e os pontos equivalentes a pesquisa, pudessem ser institucionalizados, registrados e certificados. Essa situação motivou os docentes a promoverem a extensão em suas unidades acadêmicas. Tão logo, o SIEX foi reformulado e ganhou um novo sistema de cadastro em 2010, com uma busca simples pelo ano base das ações de extensão e cultura no SIEX, encontrou-se o seguinte (Quadro 1):

Quadro 1 - NÚMERO TOTAL DE AÇÕES CADASTRADAS NO SIEX-UFU DE 2010 A 2016.

<b>Ano base</b>	<b>Número de Ações de extensão e cultura cadastradas no SIEX/UFU</b>
<b>2010</b>	615
<b>2011</b>	552
<b>2012</b>	694
<b>2013</b>	964
<b>2014</b>	805
<b>2015</b>	954
<b>2016</b>	1048
<b>TOTAL</b>	5632

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Verificou-se a crescente adesão ao registro das ações extensionistas. Nesses sete anos, desde a reformulação do SIEX/UFU, foram cadastradas um total de 5632 ações de extensão. Considerando que ainda, não são registradas todas as ações de extensão, ainda assim, os números são relevantes e mostram a força da extensão universitária desenvolvida pela UFU.

Nos anos 2000, não foram encontrados registro da continuação do dia DEX. A PROEX retornou com uma ação que tinha objetivo consoantes com o dia DEX, que por meio de suas

Diretorias de Extensão (DIREC) e de Cultura (DICULT), promove o evento “Extensão e Cultura em Mostra”, realizado no dia 7 de junho de 2013, com oitenta projetos envolvidos.

Enfim, desde a sua federalização, em 1978, a UFU se imbuíu em esforços no intuito de promover a extensão, no entanto, essas ações não foram suficientes para colocar a extensão em uma posição de igualdade com o ensino e a pesquisa. No entanto, as ações desenvolvidas na década de 1990, e principalmente a partir da conformação da PROEX em 1994, alavancaram a extensão na universidade. Porém, as ações ainda estão apartadas do ensino e da pesquisa, e, conseqüentemente, o desenvolvimento e a interface entre essas três perspectivas educacionais da universidade ocorreram timidamente. A UFU mostrou que seus esforços para que a situação de desconhecimento sobre a extensão foram, de fato, válidos, porém de modo descontínuo e sem levar em conta a relação ensino-pesquisa-extensão; como salienta Rodrigues:

Mesmo que se reconheça algum nível de esforço para a institucionalização da extensão no âmbito da UFU, articulada a uma organização curricular dos cursos de graduação mais flexível, nos termos até aqui destacados, os passos dados por esta Instituição ainda são tímidos. (RODRIGUES, 2014, p. 64).

As evidências para apoiar tais conclusões, a primeira a ser destacada é a carência de documentos, registros e ações consistentes e sistematizados para a promoção da extensão universitária, organizados dentro da UFU. No entanto, como ações foram realizadas em certos períodos, indica que a UFU avançou em relação à extensão em um dado período, especialmente na década de 1990, recuando em outros momentos, não conseguindo, por fim, alcançar espaço de destaque ou de interesse nas práticas sociais extensionistas. A partir do surgimento de programas de fomento como o PROEXTE (1993 a 1996) e sua retomada com a denominação de ProExt (2003 aos dias atuais) pode-se contemplar outras possibilidades de avanço da extensão na UFU, através dessas políticas públicas, principalmente no que concerne ao financiamento da extensão nos últimos anos. Notadamente, é a partir da retomada do financiamento da extensão, com o ProExt, é que a extensão na UFU ganha destaque. Isso se deve ao fato de que o dinheiro investido reanima o anseio extensionista já vigente na UFU desde a sua federalização.

Verificou-se, deste modo, três períodos distintos na UFU com relação a práxis extensionista. O primeiro período situa-se desde a sua federalização até o ano de 1994, onde a extensão era, via de regra, sub alocada, e apesar das normativas vigentes, a UFU não conseguiu alcançar o que era proposto. O segundo período inicia-se em 1994 e vai até 2003, com a

implementação da PROEX, que conferiu maior impacto quanto ao cumprimento da legislação educacional referente a extensão e iniciou um movimento para a real institucionalização da extensão, através do registro das ações no SIEX, e o debate reflexivo, através dos Seminários de Extensão e do Dia DEx, no entanto, havia uma cultura profundamente assistencialista de extensão, tendo a PROEX trabalhado nesse período no esclarecimento e difusão da extensão como um processo acadêmico, científico, cultural e desportivo. A partir de 2003, com a retomada do financiamento da extensão, principalmente através do ProExt, a UFU inicia o seu terceiro período de desenvolvimento da extensão, sendo esta, uma reivindicação social, propondo principalmente, o debate mais aprofundado com a sociedade civil, pois os movimentos populares começaram a se organizar e ocupar espaços na universidade. Ainda, segundo o gestor da extensão de 2001 a 2008, foi somente com o financiamento governamental, a partir de 2003 que a extensão ganha força na UFU, promovendo alcance nas camadas mais populares da sociedade:

É o papel da extensão universitária, resolver problemas, promover desenvolvimento articulando corretamente os saberes científico e popular, porque para nós, não pode ter sobreposição, porque quando se sobrepõe o conhecimento científico ao saber popular, se age como se fosse dono do saber e do poder e, infelizmente, essa é a visão elitista que a sociedade tinha no ano de 2003 a respeito da Universidade Federal de Uberlândia. (Gestor 2).

No entanto, o caminho percorrido pela UFU ainda deixa lacunas e espaços obscuros. A articulação da extensão com ensino e a pesquisa não está efetivado, há ainda uma cultura paternalista em algumas ações de extensão, tendo a UFU, um vultuoso desafio referente a inserção do seu tripé de sustentação como referendado pelas políticas públicas e o cumprimento de sua missão social

Ademais, como a UFU realiza suas ações de extensão pautadas na Política Nacional de Extensão Universitária do FORPROEX (2012), que em seu documento traz que tal compromisso foi “estabelecido por meio de seus Pró-Reitores de Extensão, com a transformação da Universidade Pública, de forma a torná-la um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia.”(FORPROEX, 2012, p.4) , a UFU vem reafirmando assim, o papel social da universidade pública.

Tal discussão sobre a missão social da UFU deve ser refletida constantemente, devido ao caráter transitório e provisório das questões sociais. Vale elucubrar que, a orientação das reflexões sobre a missão da UFU, deve levar em conta a cultura e a história da comunidade que a

cerca, mantendo uma relação orgânica e, por isso, emancipatória com a sociedade, no desenvolvimento de práticas participativas e ecológicas. Lembrando que as transformações sociais que perpassam as questões da hegemonia elitista nas universidades brasileiras transcorrem para além do campo ideológico, alcançando sua expressão máxima quando se realizam na prática. A extensão como práxis educativa, social e política, portanto, deve ser amplamente refletida e difundida, auxiliando, pois, a missão da universidade e sua gestão democrática.

Deste modo, a partir do relato dos participantes da pesquisa na categoria gestor da extensão na UFU, pode-se aferir as concepções de extensão assumidas durante as respectivas gestões:

A extensão sendo definida como um processo multilateral ou bilateral, multidirecional, de articulação com o ensino e a pesquisa, de modo a permitir a troca entre a comunidade e a universidade, [...]. Extensão é um processo acadêmico, a gente repetia isso que nem mantra: a extensão é processo acadêmico que visa articular ensino e pesquisa, e que só funciona com um diálogo com a comunidade. [...] a extensão é tudo isso, a extensão pode ter um caráter de assistência na interface, mas essencialmente a extensão envolve prestação de serviço, oferta de curso, eventos, etc., mas também, principalmente, o desenvolvimento de projetos e programas de longo prazo, que envolvem um conjunto de ações, não só ações isoladas. (Gestor 1).

A extensão universitária é uma das práticas sociais da universidade, ela responde as concepções de mundo, de sociedade, de homem e educação. Se a universidade é conservadora a extensão será conservadora, se há uma gestão que procura articular a extensão com as áreas demandas da sociedade, não somente ligadas ao mercado, porque existe uma influência mercadológica na extensão, então podemos falar da extensão universitária como prática social que pressupõe a colocação de todo conhecimento tanto na área de ensino quanto da pesquisa e, do desenvolvimento tecnológico que uma universidade produz a serviço do desenvolvimento da sociedade como um todo. (Gestor 2).

Nota-se as diferentes posições assumidas, na gestão de 1996 a 2000 (Gestor 1), foi intencionado trabalhar a extensão como processo acadêmico em articulação com o ensino e a pesquisa. Já na gestão de 2001 a 2008 (Gestor 2), a extensão avança em sentido conceitual, a gestão coloca a extensão como prática social da universidade, não descartando, porém, seu caráter acadêmico e cultural, o que acompanha o debate promovido pelo FORPROEX.

A Universidade tem, como função social, a produção, sistematização e distribuição do saber. Entre as diversas funções que ela assumiu, ao longo de sua história, a extensão talvez seja a que mais gere controvérsias. Essas funções variam de acordo com as concepções de mundo, sociedade e educação construídas pelo grupo hegemônico de cada época; a extensão universitária

também é determinada pelos interesses sociais das classes mais baixas, no entanto, com menos impacto, e vem arraigada aos interesses do Estado, de acordo com a política que cada governo elege como projeto educacional. Observa-se tal tese na mudança de política de um governo para o outro, no conceito da extensão, presente nas políticas educacionais, e nas ações de extensão elencadas para o trabalho nas universidades – pode-se citar o Projeto Rondon e os CRUTAC's, o PROEXTE, a Universidade Cidadã e, atualmente, o ProExt, ações de extensão do Estado para as Instituições Públicas de Ensino Superior, que orientam as propostas a serem desenvolvidas na área. Conforme aponta Buarque:

A ideia da extensão esteve presente, nas últimas décadas, na visão da universidade brasileira. Entretanto, sua prática sempre foi restrita e, muitas vezes, assistencialista – como se, em vez de uma função acadêmica, os universitários desejassem expiar a culpa de serem privilegiados. Um dia, a extensão será apenas um método, aplicado tanto ao ensino quanto à pesquisa. No momento atual, ainda deve ser vista como uma função. (BUARQUE, 2000, p.137).

Enquanto a extensão está relegada a segundo plano, na universidade, a pesquisa tem o seu lugar de destaque. Duas hipóteses podem explicar tal destaque: a primeira é a lógica capitalista da pesquisa: as novas tecnologias se tornam obsoletas rapidamente o que incentiva o investimento constante nas pesquisas, visando o desenvolvimento tecnológico e de patentes, para que o consumo do “novo” seja sempre possível, é a lógica mercadológica da extensão. A segunda hipótese é a lógica produtivista docente, a lógica quantitativa de rendimento e eficácia dos órgãos de fomento da pesquisa: é preciso produzir incansavelmente e publicar “*papers*” para que o docente mantenha o financiamento de suas pesquisas. Isso torna perceptível, sua condição descartável, pois as pesquisas se tornam inviáveis em pouco tempo. A valorização imediatista do conhecimento, e seu consumo rápido, são indicações claras da crise de autonomia da universidade. Valorização que se dá regida pela manutenção das vontades elitistas e consumistas, presentes fortemente no regime capitalista.

Sendo assim, o ensino e a extensão se tornam paliativos na resolução dos problemas sociais, e o saber chega até a sociedade como produto pronto e acabado, prestes a ser consumido por aqueles que têm condições de obtê-lo através da lógica capitalista. A extensão fica refém da pesquisa, pela qual a ciência, pronta e acabada, é levada “além dos muros” da universidade, de forma autoritária, inviabilizando o processo de construção dialética, a via de mão dupla entre universidade e sociedade. O que resta, para a extensão, é uma prática assistencialista e

paternalista, mesmo que, a extensão tenha alcançado espaço e financiamento. Assim, se “sob o ativismo transformista esconde-se o medo de enfrentar o real como algo a ser compreendido e que, sendo histórico, está sempre na encruzilhada do saber e do não saber” (CHAUI, 2001, p.65), e o fazer atual da extensão se resume, muitas vezes, a um fazer mecânico entre o teórico e prático, essa não obtém resultados que ajudem a construir uma consciência social mais elevada e, portanto, uma mudança na estrutura e nas relações sociais.

Para que a extensão tenha êxito, se faz necessária sua organicidade, com solidez científica e cultural. Assim, sua prática, não esvaziada de sentido filosófico e político, se realizará em unidade com a teoria; para Gramsci, isso se dá quando os intelectuais são, organicamente, do grupo social, e podem elaborar, coerentemente, os problemas do grupo, em busca do desenvolvimento de uma consciência crítica própria, através do contato com a realidade social, fonte dos problemas e serem estudados e resolvidos. No entanto, ações de extensão são propostas sem levar em conta as demandas da sociedade a que atendem, continuando a representar ações assistencialistas desprovidas de aspecto histórico e cultural. A universidade, igualmente, ainda é refém do financiamento do Estado para a extensão que desenvolve, e atende apenas o proposto em editais de fomento, em cumprimento das suas solicitações, coadunando com o projeto educacional e, portanto, político-ideológico do Estado.

### 3 O AFRID: ATIVIDADES FÍSICAS E RECREATIVAS PARA A TERCEIRA IDADE

Na África se diz, quando morre um ancião, que desaparece uma biblioteca. Talvez o provérbio varie de um continente a outro, mas seu significado é igualmente certo em qualquer cultura. As pessoas idosas são intermediárias entre o passado, o presente e o futuro. Sua sabedoria e experiência constituem verdadeiro vínculo vital para o desenvolvimento da sociedade. (ANNAN, KOFL, secretário geral das Nações Unidas – Madri, 2002, p. 13).

O AFRID (sigla para Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade) é um programa de extensão universitária que se propõe a oferecer atividades físicas e recreativas para a terceira idade. O AFRID promoveu atividades sistematizadas ao longo de mais de 25 anos, sem interrupções. Seu objetivo, segundo seu projeto, é:

Proporcionar atividades físicas em diferentes modalidades, com abordagem recreativa, bem como palestras e estudos de cunho informativo para a comunidade de Uberlândia e região, estando na faixa etária acima de 50 anos, visando a melhora da qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos indivíduos. (Projeto AFRID, s/d).

De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo FORPROEX, o AFRID se desenvolve na área temática da Saúde; tem como linha programática a Atenção integral à Terceira Idade, caracterizada por:

Cuidados geriátricos e gerontológicos no desenvolvimento de processos assistenciais, nas metodologias de intervenção coletiva e processos de educação para a saúde e vigilância epidemiológica e ambiental, tendo como público-alvo pessoas na terceira idade (60 anos ou mais) e suas famílias. (FORPROEX, 1998).

Para que se identifique mais profundamente como se dava a organização do AFRID, se faz necessário entender o envelhecimento e seus processos. A velhice é uma fase da vida onde ocorrem declínios físicos e psicológicos; um processo inevitável e irreversível, porém, com o avanço tecnológico e o acesso à saúde e educação, percebe-se que tais declínios podem ser até mesmo estacionados. Costa já dizia:

O envelhecimento é sem dúvida, um processo biológico, comprometido com as funções de nutrição, sobrevivência e manutenção dos seres vivos. No caso do ser humano, o envelhecimento é caracterizado pelas perdas e alterações biológicas [...] e, ainda, pelas alterações psicológicas e sociais [...]. (COSTA, 2010, p.27).

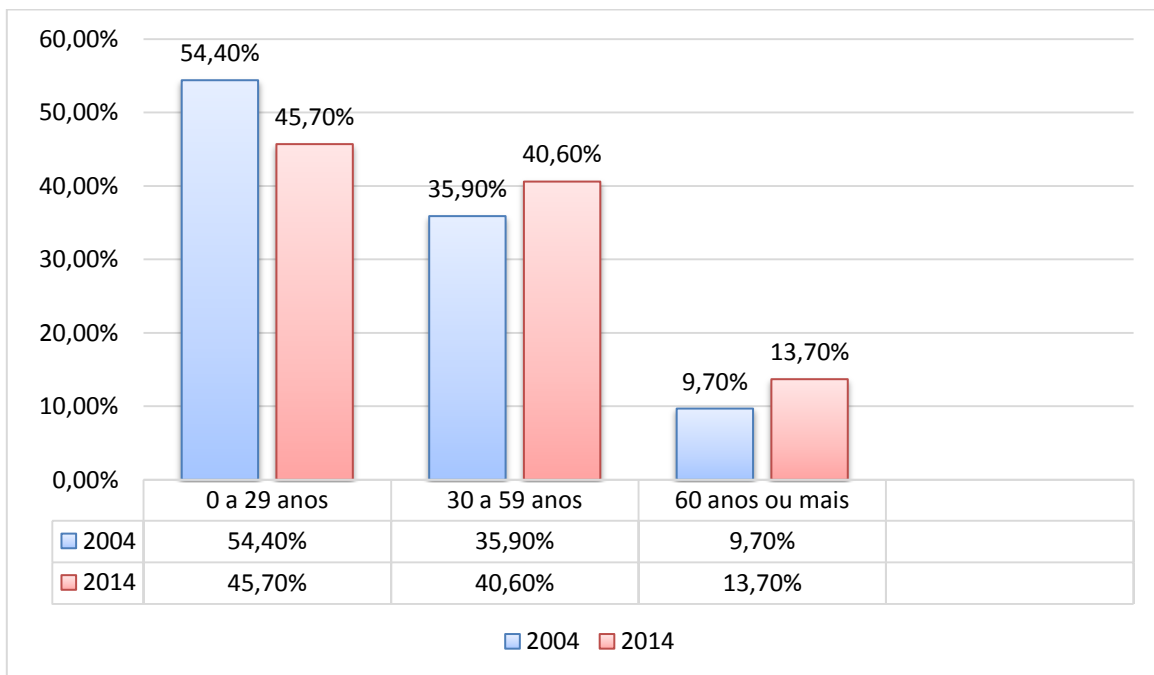
Ainda, Neri e Cachioni (1999) tratam dos fatores que interferem no envelhecimento:



O modo de envelhecer depende de como o curso de vida de cada pessoa, grupo etário e geração é estruturado pela influência constante e interativa de suas circunstâncias histórico-culturais, da incidência de diferentes patologias durante o processo de desenvolvimento e envelhecimento, de fatores genéticos e do ambiente ecológico. (NERI; CACHIONI, 1999, p.121).

Várias são as medidas tomadas para que o processo de envelhecimento seja vivenciado de modo saudável. Entre elas, destaca-se: o acesso a serviços de saúde e informação, a alimentação saudável, a atividade física, o lazer, o saneamento básico, a moradia, entre outras. E, assim, com medidas preventivas, a expectativa do brasileiro cresce em volume constante e traz consigo demandas em diversas áreas, no sistema de saúde, previdência e também na educação; segundo Costa (2010), “a longevidade é uma realidade incontestável” e, conforme dados do IBGE (2015) apresentados no gráfico 1:

Gráfico 1 - DADOS POPULACIONAIS (POR IDADE) - IBGE 2015.



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Percebe-se que ao longo de uma década a população de 0 a 29 anos diminuiu, eram a maioria da população brasileira, 54,4% em 2004 e passou para 45,7% em 2014, enquanto a população de adultos de 30 a 59 anos e de 60 anos ou mais aumentou. Ainda há que se considerar a expectativa de vida, os idosos estão vivendo mais, isso é um fato, como aponta também o IBGE:

Informações da Projeção da População por Sexo e Idade, realizada pelo IBGE, divulgada em 2013 (PROJEÇÃO..., 2013) mostram a forte tendência de aumento da proporção de idosos na população: em 2030, seria de 18,6% e, em 2060, de 33,7%. Em 2060, a proporção da população com até 14 anos de idade seria de 13,0%; a de jovens de 15 a 29 anos de idade de 15,3% e a de pessoas de 30 a 59 anos de idade, de 38,0%2 [...] (IBGE, 2015, p. 14).

Todavia, é preciso que esses anos a mais sejam vividos plenamente, com qualidade de vida, bem-estar físico, emocional e social, uma vida satisfatória. Para isso, há leis que beneficiam os idosos, como o Estatuto do idoso, lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que salienta a importância de ações que assegurem os direitos fundamentais a qualquer ser humano. No capítulo V, o Estatuto do Idoso disserta sobre os direitos dos idosos à educação, cultura, esporte e lazer, que respeitem as particularidades da idade. Neri e Cachioni (1999) tratam da importante contribuição da educação formal e informal no processo de envelhecimento, dizendo que a educação pode ser uma aliada no seu desenvolvimento bem-sucedido. A temática do envelhecimento não é assunto novo, mesmo assim, ações efetivas para este público ainda não são em número suficiente. Desse modo, estudos e ações que beneficiem essa faixa etária devem ser ressaltados, pois as demandas de serviços para os idosos estão sendo aumentadas, e todos setores da sociedade terão de se preparar para atendê-los a contento.

Segundo Simone de Beauvoir (1990), “o grau de civilização de uma determinada sociedade pode ser medido pelo tipo de tratamento dispensado a seus velhos”. Assim, como objetivo de atender essa faixa etária, o AFRID oferece atividades teóricas e práticas a idosos e adultos acima de 50 anos, do município de Uberlândia e região, e proporciona qualidade de vida e alegria para a Terceira Idade. Dentre as modalidades desenvolvidas estão: hidroginástica, musculação, natação, pilates, vôlei, massoterapia (Fotografia 1), inglês, informática, ginástica localizada, dança (Fotografia 2), *fitness*, entre tantas outras modalidades e ações que foram desenvolvidas ao longo dos anos e, oportunizaram ao idoso momentos de aprendizagem, cuidados com a saúde, esporte, lazer, cultura e arte. Priorizando uma abordagem integral de cuidados com a saúde e também, abordagens educativas que priorizaram a inserção desse idoso na sociedade tecnológica através dos cursos de informática e línguas, capacitando-o para viver com mais autonomia e qualidade de vida.

Fotografia 1 - CURSO DE EXTENSÃO: “MASSOTERAPIA – A ARTE DE CURAR COM AS MÃOS”, DESENVOLVIDO PELO AFRID EM PARCERIA COM O CURSO DE FISIOTERAPIA DA UFU.



Fonte: Acervo AFRID. Digitalizado pela autora (2017).

Fotografia 2 - GRUPO DE DANÇA DO AFRID EM APRESENTAÇÃO NO CAMPUS EDUCAÇÃO FÍSICA.



Fonte: Acervo AFRID. Digitalizado pela autora (2017).

O AFRID, como um importante proponente de ações que beneficiam a população idosa, também, promove palestras e cursos a seus colaboradores discentes do curso de Educação Física, que aprimoram os conhecimentos adquiridos na graduação e, assim, podem oferecer atividades satisfatórias com embasamento teórico e prático para o trabalho com indivíduos da Terceira Idade, trabalhando com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como salienta as leis que regem a extensão. Segundo seu projeto, o AFRID:

[...] realiza reuniões semanais tanto com os estagiários das Instituições de Longa Permanência para Idosos quanto com os estagiários do Campus da Educação Física a fim de esclarecer possíveis equívocos e complicações no momento da realização das atividades propriamente dito. Promove-se também cursos de extensão e aperfeiçoamento e organização de eventos em parceria com as entidades nacionais de atendimento a idosos, além das disciplinas obrigatórias e optativas no currículo de graduação. (Projeto AFRID, s/d).

O AFRID também promove palestras de cunho informativo, atividades festivas, como a Festa Junina e a Festa de Natal, passeios e viagens; a Semana do Idoso tem destaque, por ser um evento realizado pelo AFRID desde 1995, com o intuito de trazer conhecimentos informativos e educativos sobre saúde e qualidade de vida, além de momentos culturais e artísticos, possibilitando aos idosos participantes novas maneiras de pensar a velhice e, portanto, minimizando estigma e preconceitos concernentes a essa fase da vida, ressaltando os dizeres de Gramsci (1966, p. 47): “transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo.” Assim, o AFRID, por meio das atividades desenvolvidas, fortalece a busca do indivíduo idoso por processos de desenvolvimento pessoal salutar, através das atividades corporais, lúdicas e artísticas, aproximando gerações e corroborando com o papel social da universidade.

Para melhor entendimento do período estudado, o texto foi sistematizado da seguinte forma: o período inicial de dez anos de funcionamento do AFRID, desde sua criação até a institucionalização, de 1989 a 1999, que buscou perfazer a trajetória inicial e os caminhos percorridos até o seu reconhecimento dentro da instituição. E um segundo período, de 2000 até o jubileu de prata em 2014, de maior envolvimento da UFU e do MEC com a extensão universitária e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um número maior de ações e protagonismo dos discentes e da comunidade envolvida.

### 3.1 Da criação até a institucionalização: 1989 a 1999

Institucionalmente, o AFRID é ligado à Faculdade de Educação Física da UFU, onde sedia suas atividades. A Escola Superior de Educação Física foi implementada em 11/12/1971, pelo Decreto nº.6.053, logo após a unificação das faculdades isoladas da cidade, que deu origem à Universidade de Uberlândia (UnU). Em 13 de maio de 1975, através do Decreto-Lei 75.714, o curso foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, sendo um dos pioneiros na área de Educação Física no Estado de Minas Gerais. (FAEFI, S/d).

A Faculdade de Educação Física – FAEFI<sup>8</sup> – oferece à sociedade inúmeras ações de extensão na área da atividade física, esportes, esportes adaptados, saúde, entre outras, e é reconhecida por esse trabalho extensionista em sua trajetória acadêmica e institucional. No estudo de Giroto e Cunha (2008), relata-se inúmeras ações extensionistas desenvolvidas:

FAEFI: Núcleo de Apoio a Programas voltados para Iniciação Esportiva e Aptidão Física, o núcleo que cuida das necessidades especiais, que atende pessoas portadoras de necessidades especiais, o Núcleo de Teses e Dissertações em Educação Física do Brasil, Centro de Excelência de Necessidades Especiais, atendimento fisioterápico, natação para crianças, jovens, adultos e idosos, escolinha de futebol, escolinha de futsal, escolinha de voleibol, escolinha de hidroginástica para adultos e idoso, **AFRID (Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade)**, projeto para obesos, de atividades físicas para obesos, atividades físicas para mulheres mastectomizadas, ginástica olímpica de crianças até adultos em parceria com a FUTEL, atletismo para cegos, dois cursos de especialização gratuitos, a semana do idoso, o simpósio parapan e o simpósio de fisiologia humana. Inegavelmente é grande a atividade extensionista da FAEFI. A extensão é colocada pelos professores entrevistados como uma vocação dessa unidade, e que a atividade extensionista acontece de forma indissociada das atividades de ensino. (GIROTO; CUNHA, 2008, p.15-16) (Grifos nossos).

Através desse universo de atividades de extensão, a FAEFI demonstra sua vocação para o trabalho extensionista. Em meio a essas atividades, o AFRID surge em 1989, a partir dos interesses de discentes e docentes do curso de educação física. Na realidade, havia um projeto que oferecia atividades físicas aos idosos, pensado e executado pelo discente Paulo César Alves Rocha desde 1987. Esse primeiro projeto oferecia orientações da prática da caminhada e outras

---

<sup>8</sup> O curso de educação Física era regido pelo departamento de Educação Física, que passou a Faculdade de Educação Física em 1999. Sobre a criação das unidades acadêmicas ver a Resolução 05/99 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia.

atividades físicas no Campus Educação Física para esses idosos. Esse foi o embrião do AFRID nos anos de 1987 e 1988. Após a formatura do discente e seu desligamento da instituição, o projeto que atendia aos idosos foi retomado com o nome de AFRID sob a supervisão da professora Geni de Araújo Costa, a professora afirma que "ele (AFRID) já existia quando decidi tomar a frente e tentar conduzi-lo de modo diferente." (COSTA, 2003, Informativo AFRID nº 1).

Portanto, essa ação extensionista, em seu início foi intencionada por interesse de um discente do curso e, após seu desligamento a Professora Geni passou a coordená-lo e denominando-o de Projeto AFRID em 1989, ainda, em sua tese de doutorado, que teve o AFRID como lócus de pesquisa, a professora Geni escreve que "O projeto AFRID/UFU foi criado em 1988 por iniciativa de alguns professores do DEEFE (hoje FAEFI) e um grupo de estudantes que cursavam os últimos períodos da graduação" (COSTA, 2000, p. 41). Conclui-se que, por não ter um registro formal, o início das atividades do AFRID não pode ser determinado com exatidão, o que foi constatado, é que o envolvimento discente foi imprescindível na criação do projeto.

Nesse momento, a UFU não possuía um sistema de registro da extensão, o que impedia a institucionalização e avaliação, e, portanto, o fortalecimento dessas ações. Inúmeras ações eram realizadas, mas, não eram registradas, inclusive o AFRID, que em seu início era uma ação caracterizada como projeto de extensão, através da implementação de um conjunto de projetos, passou a ser caracterizado como um programa de extensão. Segundo o gestor da extensão na UFU, a extensão era realizada, no entanto, para ele, enquanto organizador da extensão:

Ficou muito claro para nós que havia uma extensão informal na universidade, e essa extensão informal era praticada por professores das unidades acadêmicas. (Gestor 2).

Na UFU, havia a Resolução N° 01/88 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP) que fixa normas para as atividades de extensão, para que cada órgão proponha sua atividade anual de extensão, e que essas sejam aprovadas pelo referido Conselho, podendo ser reformuladas para aprovação. Isso pode sugerir que o Departamento de Educação Física não se organizava em relação às propostas anuais de extensão, e as ações aconteciam sem a institucionalização devida e prevista na resolução do CONSEP. Também, a Resolução N° 02/90, do CONSEP, que aprova as normas para o encaminhamento dos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, diz que cada Unidade proponente deve elaborar suas atividades de extensão e os centros devem analisá-las e encaminhá-las ao CONSEP para aprovação. Apesar de ser

normatizada dentro da UFU, a extensão não tinha qualquer financiamento ou parte de recursos financeiros destinada à sua realização, as ações aconteciam de maneira não sistematizada

Não foram encontrados, nas dependências da Faculdade de Educação Física, documentos oficiais com essa organização prevista na resolução, provavelmente por não ter sido realizada, ou pela má conservação da documentação oficial do então Departamento de Educação Física, que, através de uma prática comum na UFU, não arquivava de forma correta a documentação da unidade, era prática comum a queima dos arquivos mais antigos na unidade. Além disso, a extensão na UFU era timidamente organizada por uma diretoria de extensão, a PROEX como órgão de organização e sistematização foi implementada apenas em 1994, ou seja, após cinco anos de início do AFRID. Apesar de se ter as normativas, a UFU não estimulava a extensão, somente após a criação da PROEX e posteriormente, o trabalho intenso do FORPROEX junto ao MEC com o Plano Nacional de Extensão de 1998/1999 é que se viu a prática extensionista na UFU alcançar espaço e organização. O AFRID, nesse período, já alcançava dez anos de funcionamento ininterruptos, mostrando que a prática extensionista existia e era reivindicação da comunidade, que persistia na participação e por isso, o AFRID já alcançava uma década de história.

No âmbito da UFU, há o registro do AFRID no Resumo das Comunicações e Mostra do 3º Seminário de Extensão da UFU (p. 60) e, na “Produção de extensão cultura e assuntos estudantis: UFU – 1993-1996”. No referido catálogo, encontra-se o registro do Projeto AFRID, que tinha como coordenadores a professora Geni de Araújo Costa e o professor Vander Fagundes, ambos, então, do DEEFE – Departamento de Educação Física.<sup>1</sup> O catálogo aponta esta ação no ano de 1996:

Um total de 200 pessoas, com idade igual ou superior a 50 anos, é atendido semanalmente pelo projeto AFRID no campus Educação Física. O projeto, que vem sendo desenvolvido há nove anos por uma equipe multidisciplinar, visa amenizar os problemas comuns da terceira idade. O objetivo é promover momentos de descontração, interação entre os grupos, desinibição, socialização entre pares e movimento expressivo, realizados de forma prazerosa com atividades desafiantes, que levem a novas descobertas. Os idosos passam a ter mais confiança, maior autoestima e uma vida mais saudável. São desenvolvidas atividades físicas e culturais, como: natação, hidroginástica, caminhada, ginástica localizada, esportes adaptados, dança, expressão corporal, festas

---

1 O curso de Educação Física da UFU era organizado a partir do Departamento de Educação Física (DEEFE), ligado ao Centro de Ciências Biomédicas (CEBIM). A Resolução N° 05/99 do Conselho Universitário, que dispõe sobre a criação das Unidades Acadêmicas, a nomeação dos seus Diretores pró tempore, a adequação da vida universitária ao novo Estatuto, cria a Unidade Acadêmica denominada Faculdade de Educação Física (FAEFI).

comemorativas e seminários informativos sobre problemas que afetam o idoso (Semana do Idoso). (UFU/PROEX, 1996, p. 60).

Nesse trecho podemos deduzir o ano de criação do AFRID como sendo em 1987, pois o texto de 1996 diz que o AFRID vem sendo desenvolvido há 9 anos. Portanto, a data exata de criação do AFRID é algo controverso, visto que não havia nenhum registro formal nessa época na UFU. Essa controvérsia é facilmente explicada pois, havia um projeto que atendia idosos iniciado em 1987 e, em 1989 a professora Geni, com um olhar sensível às questões do envelhecimento e, percebeu a oportunidade do espaço e público já ativo. Juntamente com outros professores e alunos do curso de Educação Física, deram continuidade à ação e a denominaram AFRID. Ademais, o catálogo traz que os órgãos envolvidos na execução do AFRID são o GETTI: Grupo de Estudos e Trabalhos sobre a terceira Idade, que inclui outras ações de extensão da universidade e realiza outras atividades de extensão para idosos, e o DEEFE, Departamento de Educação Física da UFU, mostrando também as inúmeras atividades desenvolvidas nesse período.

O GETTI [...] era formado por uma equipe de trabalho criada em 1995 e oficializada com a portaria nº 2832/95 de 20 de novembro de 1995 [...]. No período da criação, esse grupo era composto por 10 profissionais de diversas áreas e de diferentes instituições (UFU, UNIT – Centro Universitário do Triângulo) e liderado pela PROEX – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Artes da UFU. (COSTA, 2000, p. 29).

As atividades desenvolvidas são explicitadas no catálogo de extensão: a natação, hidroginástica, caminhada, ginástica localizada, esportes adaptados, dança, expressão corporal, festas comemorativas e seminários informativos sobre problemas que afetam o idoso: a Semana do Idoso, o que reverbera o amplo rol de atividades já implementadas e consolidadas dentro do AFRID na década de 1990. Confere-se ao indicação e foco do trabalho extensionista no AFRID: a prestação de serviços, no caso as atividades físicas, aliado à construção de um espaço propício para a discussão teórica e promoção do conhecimento ao e para o idoso.

Assinalando, as questões apresentadas na entrevista com os praticantes idosos do AFRID, sobre o início do AFRID, e as atividades que eram oferecidas:

No começo, eu participava somente da hidroginástica. O ano eu não me lembro bem, mas já faz uns 22 anos mais ou menos. No AFRID tinha menos atividades no início, tinha a hidroginástica, a musculação, a dança começou depois. (Idoso 1).



Eu fazia alongamento e hidroginástica. Eu lembro é que os alunos é que davam aula. Eu lembro o nome de algumas: Elaine, Rita, Kátia. E quem coordenava era a Geni. Olha, eu não lembro muito bem não, mas deve ter uns 28 anos, por aí. (Idoso 2).

Nota-se a dificuldade em expressar precisamente a data de entrada no AFRID, no entanto, os dois idosos relatam participar há mais de 20 anos no programa, também relatam algumas das atividades como a hidroginástica, a musculação e a dança, existentes nesse período.

Sobre a participação em pesquisa científicas desenvolvidas pelo AFRID em seu início, o idoso 1, afirma não ser realizada, enquanto o idoso 2 diz não se lembrar de nenhuma pesquisa nesse período. Indo de encontro com a escassez de registro nesse momento, evidencia-se que atividades de pesquisa não eram realizadas, ou pouco realizadas no AFRID em seu início.

Em 1998, o AFRID passou a estar ligado ao NIAFS – Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Atividade Física e Saúde –, núcleo acadêmico da Faculdade de Educação Física da UFU, sem fins lucrativos, de caráter educativo. Segundo o regimento do NIAFS, em seu artigo terceiro:

Art. 3º - O NIAFS [...] foi regulamentado pela Ata da Faculdade de Educação Física e Departamento de Clínica Médica, ambos da Universidade Federal de Uberlândia, em 5 de agosto de 1998 e, rege-se pelo presente Estatuto Social e pela Legislação Brasileira, regulamentado em 15/04/2005. (NIAFS, s/d).

A partir do regimento interno do NIAFS (1998) o AFRID passa a ser institucionalizado, ou seja, após nove anos de sua criação, a ação ganha contornos institucionais estando ligado a um núcleo acadêmico, notadamente, no mesmo ano, a UFU implementa o SIEX, o que dá as ações desenvolvidas um caráter institucional, trazendo, enfim, a visão da extensão como processo acadêmico e científico, organizando e legitimando as ações.

Essa era a extensão praticada até 2000, uma extensão informal, não institucionalizada. Assim como AFRID, muitas ações eram desenvolvidas desse modo.

Nós chamávamos de extensão marginal, era totalmente marginalizada e, sinceramente, eu gostaria que você registre isso, porque isso é um fato histórico. (Gestor 2).

Ao longo desses dez primeiros anos de trabalho extensionista, o AFRID ganha legitimidade e reconhecimento institucional. Em 1989 era um projeto que oferecia atividades físicas e recreativas aos idosos e, ao longo desse período passa a ser um programa de extensão,

desenvolvendo além das atividades físicas, outras ações perenes de extensão. Dentre essas ações, a Semana do Idoso aparece como um importante evento na área do envelhecimento.

Desde o ano de 1995, ano de sua primeira edição, alcança o grande público, da faixa etária que corresponde à velhice, e também, profissionais da saúde, diretamente ligados aos cuidados com a terceira idade, educadores, físicos, fisioterapeutas, médicos geriatras, nutricionistas, gerontólogos, enfermeiros e cuidadores de idosos. Dentre as temáticas apresentadas na Semana do Idoso, destacamos as cinco primeiras realizadas, que perfazem o período de criação até a institucionalização. Nesse primeiro período o quadro 2 apresenta as temáticas das cinco primeiras edições da Semana do Idoso, nesse período, as atividades ocorriam tanto no campus Educação Física, quanto no SESC/Uberlândia, que foi um parceira do AFRID na Semana do Idoso até 2013:

Quadro 2 - TEMAS DA SEMANA DO IDOSO DE 1995 A 1999.

Ano	Tema
1995 - I Semana do Idoso	Sem tema definido
1996 - II Semana do Idoso	Autonomia e Cidadania
1997 - III Semana do Idoso	Idade Madura e Qualidade de Vida
1998 - IV Semana do Idoso	Conhecimento, saber, sabedoria: a arte de viver bem
1999 - V Semana do Idoso	Envelhecimento e qualidade de vida

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Fotografia 3- MESA DE ABERTURA I SEMANA DO IDOSO REALIZADA EM 1995.



Fonte: Acevo AFRID. Digitalizada pela autora (2017).

A Semana do Idoso é um componente importante da história do AFRID, um evento que objetiva o diálogo aberto em conscientização da importância sobre os temas relacionados ao envelhecimento ativo e saudável, buscando passar informações para a promoção da saúde e autonomia, abrindo espaço para que o idoso seja protagonista do seu processo de envelhecimento. A Semana do Idoso é um momento onde a troca de saberes é rica e possível graças a exposição de temas pertinentes através das palestras, rodas de conversas e outras intervenções e prestação de serviços de saúde durante a semana. O evento, de maneira especial, trouxe o reconhecimento da possibilidade de se obter aprendizados na terceira idade, além de informações sobre atividade física, prevenção de doenças, nutrição, saúde mental e mais proeminentemente, o processo do envelhecimento humano e as questões que o envolve em suas variadas dimensões. Também, durante a semana, há várias apresentações artísticas e culturais, promovendo e fortalecendo as questões da arte, dança e representação como potenciais meios educativos e de lazer para a terceira idade. Os dois idosos entrevistados disseram que participavam da Semana do Idoso no AFRID, não lembrando de nenhum detalhe sobre as primeiras edições do evento:

Sempre foi no Ginásio 1 (do Campus Educação Física), toda a vida foi lá. E eu lembro assim, que a gente sempre apresentava a nossas danças. Antes da dança eu não me lembro o que a gente fazia. (Idoso 2).

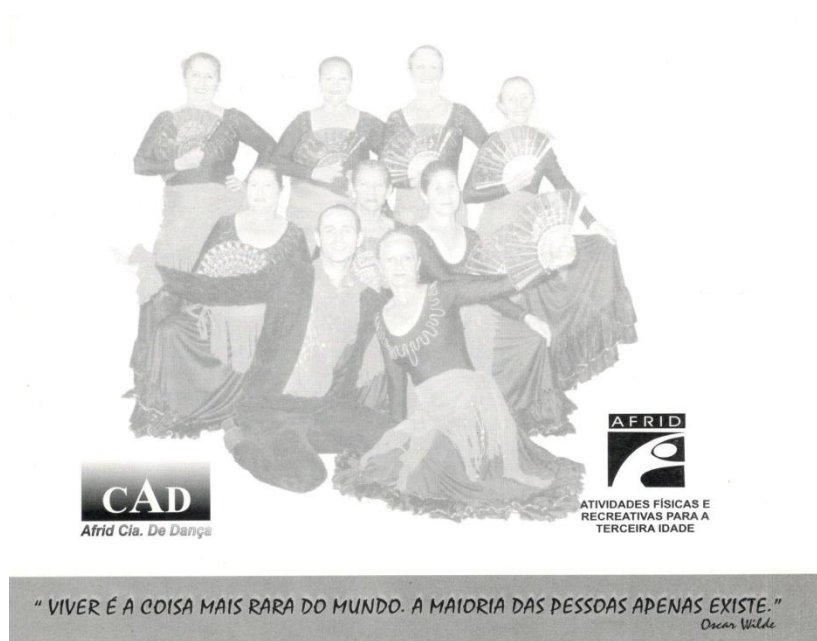
Outra ação desenvolvida pelo AFRID é o projeto do grupo de dança criado em 1995, por iniciativa da professora e coordenadora do AFRID, Geni de Araújo Costa, e de um discente do curso de Educação Física que se interessava em trabalhar com a dança para a terceira idade, o que denota, mais uma vez, o interesse discente no trabalho extensionista. O grupo começou com a participação de 16 mulheres, com idade entre 51 e 68 anos, na modalidade de dança moderna, e foi desenvolvido adaptando a dança e o trabalho de expressão corporal à faixa etária das participantes. Atualmente, o grupo de dança do AFRID se apresenta em eventos culturais dentro e fora da UFU, também participa de festivais e concursos.

O grupo de dança do AFRID, na participação de concursos e festivais, conquistou premiações: primeiro lugar no V e VI Festival de dança de Piracicaba, em 1998 e 1999; e primeiro lugar no III Festival de Dança de Uberaba, em 1999. Ainda, o grupo de dança participou como convidado no Festival de Dança do Triângulo, nos anos de 1996, 1998 e 1999. A dança tem um aspecto relevante dentro das modalidades desenvolvidas pelo AFRID, pois, além de trabalhar valências físicas importantes na manutenção da qualidade de vida e saúde do idoso, é uma

expressão cultural rica, que proporciona, a seus praticantes, a elaboração de expressões artísticas e de seus próprios anseios e problemas, além de ser um meio de socialização entre os pares.

Essa atividade da dança despontou como o cartão de visitas do AFRID, pois, o grupo se apresentava em festivais, eventos e concurso, e carregava o nome do AFRID e portanto, da UFU. Além de ser vitrine para o trabalho desenvolvido no seio do programa, o grupo de dança pode ser considerado um projeto dentro do programa AFRID, uma ação que retoma iniciativas de arte, cultura, entretenimento e superação porque, até o ano de 2014, o grupo estava ativo e, contribuindo para o aprendizado tanto das idosas participantes, quanto para os alunos que colaboravam com o grupo.

Figura 7 - FOLDER DO GRUPO DE DANÇA DO AFRID (CIA DE DANÇA AFRID).



Fonte: Acervo AFRID. Digitalizada pela autora (2017).

O grupo de dança do AFRID desenvolveu, na década de 1990, inúmeras coreografias: “Aqui estamos nós”, em 1995; “Mãos Perfeitas”, em 1996; “O Toque”, em 1998 e 1999; “Senhoras de tom”, em 1999, na modalidade *Ballet* Moderno. Na Dança Flamenca, o grupo desenvolveu a coreografia “Mito”, nos anos de 1998 e 1999. O AFRIDança, ainda hoje, é o cartão de visita do Programa AFRID, visto que leva a missão do AFRID por onde se apresenta.

Através das parcerias com outras unidades acadêmicas, o AFRID começou a oferecer um trabalho multidisciplinar, especialmente na área da saúde, como relatado pelos idosos participantes:

Não, no início não tinha. Depois teve fisioterapia, hidroterapia a gente fazia. Mas isso foi bem depois de quando eu comecei. (Idoso 1).

Não lembro não. Eu lembro assim, do Dr. Fred, eu reclamava que estava muito magro, então ele me falava, o Sr. Tem é que ficar magro mesmo, porque gente magra dura mais. Ele sempre brincava comigo. Mas assim, outras coisas eu não lembro. (Idoso 2).

A grande maioria das atividades que hoje o AFRID desenvolve, nasceram nos dez primeiros anos de funcionamento, as atividades físicas de cunho recreativo, a semana do idoso e o grupo de dança. Notadamente, o AFRID chega ao final da sua primeira década mostrando o potencial da extensão em suas variadas facetas de desenvolvimento, ressaltando e ressignificando o conceito de extensão, como transformador da realidade social, conseguindo alcançar reconhecimento institucional pelo trabalho acadêmico, científico, cultural, desportivo e político que o colocou em posição de destaque frente as questões do idosos no município de Uberlândia.

### **3.2 Da institucionalização ao jubileu de prata: 2000 a 2014**

Á partir dos anos 2000, a extensão começa a ser amplamente divulgada, estudada e difundida como processo acadêmico e científico, com o desenvolvimento do Plano Nacional de Extensão efetivado pelo FORPROEX em 1998 e publicado em 1999 pelo MEC. No entanto, no ano de 2000, ainda não havia uma política de financiamento da extensão, somente com a retomada do Programa de Extensão Universitária, o ProExt, em 2003 é que as ações de extensão se tornam componente de empenho na UFU. Essa situação reflete especialmente no AFRID, que busca financiamento em vários órgãos públicos. Em 2001, o AFRID, com a denominação de Projeto Vida Ativa AFRID, recebeu através de um convênio com Ministério do Esporte, verba de 100 mil reais. Na reportagem do Jornal Correio de Uberlândia do dia 20 de novembro de 2011 (Figura 8), há essa informação. A publicação traz o depoimento da coordenadora do Projeto, professora Geni de Araújo Costa que, retrata que o AFRID funciona há 12 anos, e que há sete

promove a semana do Idoso. A professora ainda relata, que é a partir desse projeto, realiza pesquisas, citando uma pesquisa que havia sido realizada recentemente que avaliava a capacidade física, coordenativa e de equilíbrio do idoso. A coordenadora do AFRID explica que com essa verba poderá incrementar e dar maior qualidade ao trabalho desenvolvido pela FAEFI/UFU, com os idosos. (Jornal Correio de Uberlândia, Ano 63, nº18.884, de 20 novembro, 2001, p. A-9). Esse foi o primeiro financiamento significativo recebido pelo programa, e impulsionou as ações, referentes a aquisição de materiais, produção de impressos, e outras ações. No entanto, não era financiamento da extensão, mas sim, de esporte e lazer, através do Ministério do Esporte.

Figura 8 - MATÉRIA DO JORNAL CORREIO DE UBERLÂNDIA, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001, QUE TRAZ REPORTAGEM SOBRE RECEBIMENTO DE VERBA PELO AFRID.



Fonte: Acervo AFRID. Digitalizada pela autora (2017).

Outra importante ação iniciada em 2003 foi o Informativo AFRID, uma publicação destinada a informar a população idosa sobre as atividades desenvolvidas no programa, além de informações pertinentes quanto á pratica da atividade física e dicas de saúde e qualidade de vida. Ademais, o Informativo AFRID, torna-se um precioso espaço para que os discentes e, também toda a comunidade, pudessem desenvolver o processo de criação de textos, uma ferramenta a

mais para o desenvolvimento e formação acadêmica do aluno. Até 2014, foram publicadas cinquenta e uma edições do Informativo AFRID.

Os idosos eram incentivados a escrever para o informativo AFRID, como reflete a coordenadora do AFRID, a professora Geni diz que "É importante salientar que a educação e a promoção da saúde devem ocorrer durante toda a vida, de forma igualitária e contínua (educação permanente), para que possa ocorrer uma velhice bem-sucedida." (Informativo AFRID Nº 15). Portanto, o AFRID, consciente do papel da extensão na formação permanente do indivíduo, e não apenas na prestação de um serviço, no caso, as atividades físicas desenvolvidas.

O informativo teve seu primeiro número publicado em janeiro/fevereiro de 2003, com tiragem de 800 exemplares. Após 14 anos de funcionamento do programa, como salientado em seu editorial (AFRID. Informativo AFRID, nº1, 2003), o Informativo revela o desejo de compartilhar informações para que se chegue a um maior número de pessoas. Essa ação visa levar dicas de saúde, pesquisas realizadas *in loco*, reflexões, histórias e entretenimento para a população idosa e toda a comunidade, novas formas de socialização e exploração do potencial da extensão, corroborando com o aspecto dialético da extensão. Após a compilação dos relatos dos discentes publicados no cinquenta e uma (51) edições do Informativo AFRID, podemos deduzir através da análise desses escritos que o discente entende que participar de um programa de extensão é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Para os discentes o AFRID é um espaço de conviver, uma oportunidade de aprender, adquirir conhecimentos, trocar experiências na prática, conhecendo a realidade do idoso, após a compilação das palavras temáticas, encontramos quatro palavras que mais aparecem nos relatos dos discentes (Quadro 3):

Quadro 3 - PORCENTAGEM DE PALAVRAS TEMÁTICAS PRESENTES NOS RELATOS DISCENTES NO INFORMATIVO AFRID, DE 2003 A 2014.

Palavra temática	Nº de relatos com a palavra	% (total 113 relatos)
<b>Aprender/aprendizado</b>	58	51,32 %
<b>Oportunidade</b>	46	40,70 %
<b>Experiência/ troca de experiência</b>	34	30,08 %
<b>Conhecimento/conhecer</b>	31	27,43 %

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O Impacto na formação discente se faz presente nos relatos publicado no Informativo AFRID. O graduando tem a consciência do papel formativo que o AFRID tem em sua vida acadêmica e mais, a influência que o programa exerce em sua vida de um modo geral. Para a discente Patrícia Vieira do Nascimento, o AFRID é "Uma aprendizagem de vida" (Informativo AFRID Nº 5, 2003), Glênio Fernandes Leite diz que o AFRID "Uma faculdade da vida ativa"(Informativo AFRID Nº 10, 2004), Roberta Caixeta de Sousa Lima -"Um laboratório de vida, onde procuro ensinamentos tanto para a vida profissional quanto pessoal." (Informativo AFRID Nº 14, 2005)

Com relação a interface com o ensino e a pesquisa, vários trabalhos científicos publicados se valeram do AFRID como locus de pesquisa: artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) e dissertações de mestrado, o que sugere que essa interface tem sido realizada no AFRID, ainda que sejam acanhadas as iniciativas apresentadas. Talvez, a pouca expressividade das pesquisas no AFRID pode decorrer do fato de que a Faculdade de Educação Física não tem um programa de pós-graduação, sendo um dos poucos cursos antigos da UFU a estar nessa situação. No período estudado, foram encontradas algumas pesquisas realizadas pelo AFRID e pelos discentes ligados ao projeto e publicadas em periódicos. No entanto, o site do AFRID traz 63 pesquisas que tiveram o AFRID e as ILPIS (Instituições de Longa Permanência para Idosos) onde o AFRID realizava intervenções de pesquisa. Desses 63 trabalhos, 20 são textos completos e 43 são resumos. Dentre os 20 textos completos verificamos que 2 estudos estão publicados em periódicos e 15 não foram publicados em periódicos e 3 trabalhos foram realizados fora do programa AFRID.

A matéria do Jornal da UFU (figura 9) de julho de 2001 relata a existência da pesquisa no seio do AFRID, ainda relata os benefícios da atividade física para o idoso. O recorte jornalístico traz que o AFRID já existe há 12 anos, com o objetivo de estimular as pessoas na faixa etária a cima de 50 anos a praticar atividade físicas com abordagem recreativa. Ressalta a participação de 250 idosos no projeto. A matéria do jornal vem ilustrada com uma fotografia do grupo de idosos durante a aula de hidrogenástica, que é a mais procurada pelo público da terceira idade. Esse fato é de importância, visto que, traz o resultado de uma pesquisa realizado com os idosos do AFRID pela Professora Geni, divulgando e prestigiando o trabalho extensionista em sua interface com a pesquisa, revelando assim, a concepção de extensão



articuladora com o ensino e a pesquisa. Pois, com quem mais se pode aprender sobre a velhice, senão com aqueles que estão passando ativamente por ela.

Figura 9 - JORNAL DA UFU, JULHO DE 2001, P. 11: PESQUISA REVELA BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A TERCEIRA IDADE



Fonte: Acervo AFRID. Digitalizada pela autora (2017).

A ligação do AFRID com os processos de ensino, através das disciplinas do currículo do curso de Educação Física, e das pesquisas que se utilizam do AFRID como lócus, refletem a extensão conceitualmente pensada pelo FORPROEX: uma extensão articuladora entre o ensino, a pesquisa, o tripé que sustenta e norteia as atividades da universidade. Os discentes que participam do AFRID mostram entendimento quanto ao processo de diálogo e importância do projeto em sua formação, Barboza diz:

Entrei no projeto porque buscava algo mais para acrescentar no meu currículo e além de tudo para melhorar minha capacidade de ensino-aprendizagem, melhorar meu entendimento sobre organizações de eventos (semana do idoso, aula e festas do projeto), e porque é muito importante participar de projetos que abrangem tanto como o AFRID: aprimoramento de atividades extensionistas,

aulas, trabalhos publicados em congressos, contato direto com os idosos e com todos os estagiários do projeto. (BARBOZA, Informativo AFRID nº 42, 2011).

Barboza (ibidem) salienta, ainda que é incentivado a pesquisar, estudar e estar sempre presente no projeto e nas oportunidades que este proporciona e, da importância da interação entre discente e idosos, contando que a aprendizagem é constante e recíproca. Através da fala do discente percebe-se a relação dialética presente e, a competência que a extensão mostra no aspecto formativo do aluno. No momento em que a universidade, por meio do AFRID se aproxima da comunidade e traz essa comunidade para dentro de suas instalações e, também vai a locais determinados, como por exemplo as ILPIS, a extensão permite ao aluno, dentro desse movimento dinâmico, dar sentido ao que aprendeu em sala de aula, tornando palpável o conhecimento estudado, oferecendo sentido e significado ao processo educativo.

Esse ponto que coaduna as ações do AFRID, com as propostas do FORPROEX, é a práxis pedagógica desenvolvida com os discentes atuantes no programa que, através de cursos de capacitação, minicursos, palestras e grupos de estudo, buscam, principalmente, alinhar a realidade do projeto aos estudos científicos, resultando na produção de conhecimentos acerca da temática e dos problemas encontrados na prática. A relação professor-aluno é uma das questões trabalhadas nos cursos e estudos, bem como a prática pedagógica, o planejamento das aulas e as questões intergeracionais. A problemática entre a teoria e a prática são questões que os discentes trazem da realidade do programa: os desafios em aliar a teoria na prática, a ciência à realidade vivida. Consoante com os escritos de Gramsci (1966), que diz:

A unidade entre ciência e vida é uma unidade ativa, somente nela se realizando a liberdade de pensamento; ela é uma relação mestre-aluno, uma relação entre filósofo e o ambiente no qual se atua e de onde se extraem os problemas necessários para colocar e resolver: isto é, é a relação filosofia-história. (GRAMSCI, 1966, p.38).

Apreende-se, a partir de Gramsci, que a união da ciência com a realidade da vida é algo ativo, ou seja, se encontra permanentemente em ação; é orgânica, a ponto tal que, se há problemas, há também soluções, isto é, a solução é dependente do problema, e vice-versa. Assim, a relação proposta, pela práxis pedagógica do AFRID, se situa entre o ambiente e o público-alvo atendido: aí se encontram problemas e demandas; também a partir da relação professor-aluno, empreendida na universidade, destacam-se estudos e pesquisas científicas sobre o envelhecimento, questionamentos e dúvidas por parte do discente, quanto à prática pedagógica.

Essa relação, através de um diálogo franco de ambos os lados, dá base para possíveis soluções dos problemas reais vividos no processo de envelhecimento e, por outro lado, também proporciona soluções para os problemas da prática pedagógica no campo da atividade física e experiências quanto a ser professor. Ambos os lados ganham em conhecimento e experiência prática e teórica. Portanto, em relação a construir uma práxis na extensão e impactar a formação do aluno, como enumera conceitualmente o FORPROEX, o AFRID realiza essa ideia de extensão e, por isso, se distingue, conceitualmente, como uma efetiva ação extensionista.

Atualmente, o AFRID atende cerca de 300 idosos, no Campus Educação Física. Em anos anteriores, foram cerca de 200 idosos atendidos em Instituições de Longa Permanência (ILPI's). Ao se comparar os poucos idosos que começaram o programa, o AFRID já atendeu cerca de 600 idosos, na FAEFI e nas ILPI's. Ao constatar que nesses 25 anos de história, o AFRID já desenvolveu inúmeros projetos a maioria contínuos e alguns esporádicos, com objetivos específicos e prazos determinados, dentre alguns estão: cursos para os idosos, Bombeiro Sênior, em parceria com O Batalhão do Corpo de Bombeiros de Uberlândia, Curso de Massoterapia em parceria com o curso de Fisioterapia da UFU, ações em parceria com a ESTES (Escola Técnica de Saúde - UFU), o AFRID desenvolveu o projeto de prótese dentária, o projeto de Canto e Coral, encontros com psicólogos, dia de vacinação, dança do ventre, dança livre, curso de aprimoramento para os discentes, como o Minicurso de Musculação, Hidroginástica e Pilates. Dentre os eventos está a Semana do Idoso, o Aulão e as festas comemorativas.

Desde 1995 até o ano de 2014, a Semana do Idoso já realizou XX edições, dentro da organização feita no recorte temporal estudado, esta sessão apresenta as temáticas da Semana do Idoso perfazendo 15 edições (Quadro 4), as outras 5 edições já foram apresenta das na sessão anterior. Segundo Costa (2000, p. 43), a Semana do Idoso é a culminância das ações desenvolvidas durante todo o ano com o propósito de integração, socialização e aquisição de conhecimentos acerca dos temas desenvolvidos. Efetivando assim, o compromisso com a educação para a saúde, buscando sair da extensão como prestação de serviços para uma extensão compromissada com o desenvolvimento integral do idoso.

Quadro 4 - TEMAS DA SEMANA DO IDOSO DE 2000 A 2014.

Ano	Tema
2000 - VI Semana do Idoso	Envelhecimento e qualidade de vida
2001 – VII Semana do Idoso	Atividade Física, qualidade de vida e envelhecimento no novo século: ações e perspectivas
2002 -VIII Semana do Idoso	Envelhecimento: Tempo de Ser, Perspectivas e Desafios
2003 - IX Semana do Idoso	Bem Viver a Velhice – Um Direito de Todo- 19 e 24 de outubro
2004 - X Semana do Idoso	Valorização da Vida na Velhice: Inclusão, Saúde e Cidadania
2005 - XI Semana do Idoso	Envelhecendo com Saúde: Desafios e Possibilidades
2006 - XII Semana do Idoso	Saber Envelhecer – Saber Viver
2007 - XIII Semana do Idoso	Do envelhecimento que queremos ao envelhecimento que teremos de 25 a 30 novembro
2008 - XIV Semana do Idoso	Novas Fronteiras para o Envelhecimento Saudável - de 3 e 7 de novembro
2009 - XV Semana do Idoso	Envelhecimento saudável, cuidando da saúde, cuidando da vida - de 16 a 20 de novembro
2010 - XVI Semana do Idoso	Vida ATIVA e Feliz na Maturidade - de 22 a 25 de novembro
2011 - XVII Semana do Idoso	A Nova Fase da Velhice: “Saúde, Dignidade e Autonomia” - de 17 a 21
2012 - XVIII Semana do Idoso	Envelhecendo: Rompendo O Silêncio, Criando Possibilidades
2013 - XIX Semana do Idoso	A arte de viver bem a idade que se tem - de 6 a 13 setembro
2014 - XX Semana do Idoso	O segredo do envelhecimento saudável - de 17 a 21 de novembro


Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A Semana do Idoso, um evento de extensão, se consolidou como uma ação perene na temática do envelhecimento. Em números de expansão da ação, podemos citar, que em 1995, na I Semana do Idoso, participaram cerca de 100 idosos, enquanto que, no ano de 2014, cerca de 1000 idosos participaram das atividades da Semana do Idoso, o que nos revela que, após 19 anos, a Semana do Idoso ganhou destaque em participação da população idosa de Uberlândia e região.

Isso mostra que desde a sua primeira edição, o evento vem crescendo e ganhando qualidade, o que reflete o alcance proporcionado com as ações, à sua clientela alvo, instrumentos para que possam passar pelo processo de envelhecimento com dignidade, saúde, bem-estar físico, psíquico e social, também contribuindo para a formação profissional dos estudantes envolvidos

no programa, como destaca o Informativo denominado *Invasão de Privacidade*, desenvolvido pelos acadêmicos do curso de Educação Física, em abril de 1996 (figura 10).

Figura 10 - JORNAL INVASÃO DE PRIVACIDADE, ABRIL DE 1996. INFORMATIVO PRODUZIDO PELOS ALUNOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFU.

Página 3 INVASÃO DE PRIVACIDADE Abril/1996 

---

## I SEMANA DO IDOSO

A *I Semana do Idoso*, realizada de 20 a 25 de novembro de 1995, sendo que de 2ª a 5ª, das 15 às 18 hs, contou com a presença do Dr. Marcos Alvenair (Geriatra e Geriatria) falou sobre "O idoso e a atualidade"; Dr. Sandra Matsudo (Médica Desportista) falou sobre a "Influência do Exercício Físico na 3ª Idade"; O Dr. Benedito Martinele (dermatologista) palestrou sobre "O Idoso e a Estética". No dia 22/11, quarta feira, teve dança de salão, realizada no ginásio I do Campus de Educação Física, e contou com a presença dos Idosos, alunos do curso e a Orquestra Sinfônica de Uberlândia, que "cá entre nós" é maravilhosa. Na sexta feira foi realizada a festa de encerramento, das 14 às 21 hs.

Mas nem tudo foi festa, atrás deste sucesso teve muito trabalho, persistência e força de vontade da Profª Geni Araújo Costa, Coordenadora do projeto, de seus monitores, do pessoal da 3ª idade e outros colaboradores. Cabe lembrar que este projeto de extensão proporciona,

além de uma grande contribuição acadêmica aos alunos do curso, muito prazer e satisfação tanto para os que trabalham no projeto quanto para o pessoal da 3ª idade que participa do mesmo.

Agora uma dica: se você, por algum motivo não participou da I Semana do Idoso, fique de olho vivo, pois esse foi o primeiro de muitos que estão por vir. Neste ano realizar-se-á na segunda quinzena de novembro a II Semana do Idoso. Espera-se para o evento maior envolvimento, já que para a I Semana a referida professora divulgou o evento em todos os períodos da "Educa", mostrando a importância e a contribuição da participação para a formação profissional dos alunos.

À Profª Geni e seus monitores externamos nosso reconhecimento pelo ótimo trabalho que vêm desenvolvendo, e que sem dúvida foi e continuará sendo um "Sucesso".

Fonte: Acervo AFRID. Digitalizada pela autora (2017).

Em resolução Nº 04/2009 do conselho universitário em seu Art. 2º traz os princípios que regem a extensão na UFU: " I – tem a função de promover a integração ensino/pesquisa, reafirmando-se como processo acadêmico não desvinculado da geração e difusão do conhecimento;" (Resolução Nº 04/2009 do Conselho Universitário). Um dos caminhos encontrados para promover a extensão integrada com o ensino e a pesquisa e sua divulgação, são as publicações. O AFRID também realizou as ações de extensão alcunhadas como publicações, das quais se destacam: as 51 (cinquenta e uma) edições do Informativo AFRID, até 2014; as 3 (três) edições do Almanaque AFRID; um livro (Figura 11) lançado pela editora da UFU (EDUFU), com o título: *Atividade física, envelhecimento e a manutenção da saúde*, lançado em 2010, produção científica de estagiários e profissionais integrantes do AFRID, cuja organizadora é a professora Geni de Araújo Costa, coordenadora do programa.

Figura 11 - LIVRO: ATIVIDADE FÍSICA, ENVELHECIMENTO E A MANUTENÇÃO DA SAÚDE. CUJA ORGANIZAÇÃO É DA PROFESSORA GENI DE ARAÚJO COSTA, COORDENADORA DO PROGRAMA.



Fonte: Editora EDUFU.

No novo SIEX, que passou a funcionar em 2010, através da palavra chave AFRID, encontramos 17 registros no período de 2010 a 2014, como mostrado no (Quadro 5). Dentro da ação cadastrada como AFRID, na modalidade programa, está relatado que a ação realizou um trabalho interdisciplinar entre os cursos de “Educação Física, Psicologia, Medicina Clínica, Fisioterapia, Música e Enfermagem, onde cada segmento contribui para o enriquecimento e a valorização dessa iniciativa, com aplicação dos conhecimentos específicos de cada área” (UFU/SIEX/AFRID/Nº9428/2011). Neste projeto no SIEX o AFRID relata as ações que desenvolver: a Semana do Idoso, “momento este destinado a discutir, analisar e refletir sobre temáticas que envolvem o processo de envelhecimento” (IBIDEM) e “outros momentos de interação são proporcionados como as festas Junina e de Natal, viagens turísticas e o “Aulão” (aula realizada com a participação de todos os alunos e estagiários) possibilitando maior interação entre estes” (IBIDEM). Esta ação ainda planeja desenvolver “oficinas, minicursos, vivências,

projeção e discussão de filmes, debates e/ou palestras com temas relacionados ao envelhecimento saudável e à promoção da boa qualidade de vida e do bem-estar psicológico” (IBIDEM).

Quadro 5 - AÇÕES DO PROGRAMA AFRID REGISTRADAS NO NOVO SIEX/UFU: DE 2010 A 2014.

Qtde.	Nº	Ano	Classificação	Nome
1	6878	2010	Projeto	Projeto Vida Ativa AFRID (Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade)
2	9428	2011	Programa	AFRID (Programa de Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade)
3	9.902	2012	Programa	AFRID (Programa de Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade)
4	10170	2012	Evento	Aulão AFRID
5	10617	2012	Evento	XVIII Semana do Idoso - envelhecendo: rompendo o silêncio, criando possibilidades
6	10643	2013	Projeto	AFRID - Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade / Modalidades: Dança Livre, Dança do Ventre, Canto e Coral e Teatro
7	10846	2013	Projeto	PEIC 2013: Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade – AFRID – Implementação de novas Modalidades
8	11191	2013	Evento	Minicurso de Musculação com ênfase em treinamento para a Terceira Idade
9	11279	2013	Programa	AFRID – Atividades Físicas e recreativas para a Terceira Idade
10	11817	2013	Curso	Bombeiro Sênior - AFRID/UFU
11	11818	2013	Evento	Minicurso de Musculação com ênfase em treinamento para a Terceira Idade
12	11819	2013	Curso	Minicurso de Pilates
13	11820	2013	Evento	XIX Semana do Idoso - A arte de viver bem a idade que se tem
14	11958	2014	Projeto	MASSOTERAPIA, A ARTE DE CURAR COM AS MÃOS PROJETO DE EXTENSÃO – AFRID
15	12168	2014	Curso	Minicurso: Hidroginástica para a Terceira Idade
16	12553	2014	Evento	XX Semana do Idoso - O segredo do envelhecimento saudável
17	12923	2014	Programa	AFRID – Atividades Físicas e recreativas para a Terceira Idade

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

A contribuição e organização do cadastro no SIEX, possibilita a sistematização e posterior certificação das atividades desenvolvidas. Mesmo que, algumas ações se realizaram sem o cadastro, o AFRID conseguiu registrar a maioria das ações desenvolvidas no período, lembrando

que a organização de um programa de extensão pode deixar margens para a criação de ações não planejadas durante a concepção do projeto escrito. Assim, o SIEX se apresenta como uma ferramenta de importante alcance aliado ao processo extensionista no AFRID.

O AFRID também conta com um site na internet, aonde divulga o trabalho realizado, textos, pesquisas, todos os informativos e mais, trabalhando assim, para que as pessoas interessadas tenham acesso ao material produzido. O site do AFRID é o <[www.afrid.faefi.ufu.br](http://www.afrid.faefi.ufu.br)> e foi criado após o ano 2000, como uma ação capaz de alcançar o grande público com informações pertinentes e ainda divulgar o trabalho realizado pelo programa. O site é fonte de informação sobre a terceira idade e divulga suas publicações, como o Informativo AFRID, as pesquisas realizadas, entre outros.

Outras importantes ações desenvolvidas pelo AFRID são as viagens e os passeios, que proporcionam, aos idosos, lazer e cultura, e são uma forma de incentivá-los a conhecer novos lugares e pessoas e, assim, trocar experiências e reconhecer diversas expressões artísticas, culturais, educacionais e esportivas. Os idosos entrevistados relatam suas experiências com relação aos passeios e viagens:

A gente fazia muitas apresentações de dança, viajava, era muito bom. Agora tem muito tempo que a gente não viaja. A gente fazia muitas viagens aqui perto também com a turma da hidroginástica. (Idoso 1).

O que eu achei que foi muito bom para nós foi as viagens para a apresentação, nós fomos na argentina cinco vezes, em Foz do Iguaçu, apresentamos lá também, então isso para a gente era um sucesso. O que a gente não fez de nova, fizemos depois de idoso. (Idoso 2).

Reflete, a intenção de trazer para a discussão a ideia de liberdade, autonomia, superação e conscientização nos processos educativos, por parte do idoso, para aqueles que estão sem perspectiva de pensar sobre sua existência a partir do ponto de vista científico. Ademais, outra ação que merece destaque é o curso de informática básica<sup>9</sup> do AFRID, que possibilita ao idoso a aprendizagem de novas tecnologias. Sabemos que, hoje, a informática e os dispositivos eletrônicos se fazem cada vez mais presentes nas tarefas diárias; ir ao banco, usar o celular e o

---

<sup>9</sup> A Prof.<sup>a</sup> Eliane Elias Ferreira dos Santos responsável pela Informática no AFRID desenvolveu um a apostila, destina, em especial, ao ensino da Informática Básica os participantes do projeto AFRID – Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade. Esta apostila tem sido referência para outros grupos da terceira idade e, está disponível no site do AFRID: <<http://www.afrid.faefi.ufu.br/node/290>>.



computador, para o idoso, podem ser atividades extremamente difíceis, e realizá-las com sucesso proporciona-lhe independência e satisfação, o que pode contribuir na melhora da sua qualidade de vida, assim, a educação digital como é mais uma ferramenta educacional destinada a emancipação do idoso, que pode, do ponto de vista do conhecimento gerado, alcançar uma cidadania ativa, e buscar seus direitos, os seus benefícios. O AFRID, mais uma vez, promove a extensão socialmente referenciada, visto que, o curso de informática era uma reivindicação da comunidade idosa.

Conjuntamente, a ideia, ou delineamento conceitual, da extensão está emaranhada a outras ideias e conceitos, como a democracia, cidadania e a própria ideia de educação e de universidade, conceitos universais e, no entanto, não universalizados, de modo que não atendem a todos de maneira igualitária. A organização de uma sociedade comprometida com seu desenvolvimento perpassa por estes conceitos e, segundo Boff:

Entendemos por cidadania o processo histórico-social mediante o qual a massa humana consegue forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto que lhe permite deixar de ser massa e passar a ser povo, como sujeitos históricos capazes de implementar o projeto elaborado. O grande desafio histórico é certamente esse: como fazer das massas anônimas e manipuláveis um povo brasileiro consciente e organizado. (BOFF, 1994, p.21).

Portanto, a educação em seu aspecto social é papel fundamental no forjar dessa sociedade mais consciente. O papel da extensão no AFRID, visa acolher, elaborar e fomentar o processo de tomada de consciência por parte da população idosa, que deve estar consciente de seus direitos e deveres, que necessita se informar sobre o envelhecimento e conhecer os mecanismos que envolve o envelhecimento ativo e saudável.

Aulas de línguas também são desenvolvidas no AFRID, o inglês e o francês já foram oferecidos para a turma da terceira idade, em especial, a língua inglesa, amplamente inserida em nossa cultura. O idoso tem a possibilidade de conhecer essa língua, que pode auxiliá-lo a tomar decisões mais assertivas no seu fazer diário e a se comunicar melhor com familiares, um dos principais motivos do estudo dessa língua no AFRID.

O trabalho desenvolvido buscou a emancipação da pessoa idosa, por meio do entendimento acerca dos processos do envelhecimento, que possibilitam o esfacelamento de preconceitos e de outras questões, tratadas como vexatórias na velhice. A primazia do respeito e do saber das pessoas mais velhas toma valor, assim como a experiência intergeracional, o que

enriquece as trocas entre os discentes e os idosos, que desenvolvem suas potencialidades uns com os outros. A logo do AFRID (Figura 12), é um desses trabalhos: desenvolvida no final da década de 1990 (a data exata não foi encontrada), refere-se a esse movimento, não só físico ou corpóreo, mas intelectual, emocional e cultural. É o movimento dialético, a práxis, a troca e as contradições entre o saber científico e o saber popular, o velho e o novo, o professor e o aluno, e todos os processos contidos entre esses polos.

Figura 12 - LOGO DO AFRID - REPRESENTA O MOVIMENTO FRUTO DA ATIVIDADE FÍSICA



Fonte: Acervo AFRID.

O AFRID, também, possui Hino, com letra composta por Sebastião Furtado de Oliveira, que expressa seu reconhecimento e gratidão pelo trabalho com a terceira idade (ANEXO 2). O Sr. Sebastião foi professor da Faculdade de Música da UFU e, inspirado com o trabalho desenvolvido criou o HINO do AFRID. Mais tarde, a professora Lílian, também do curso de música da UFU, juntamente com uma estagiaria, fizeram o arranjo musical par o hino.

Assim, nas ações desenvolvidas, o AFRID constrói, conjuntamente com todos os envolvidos (docentes, discentes, técnicos e idosos), uma transformação na vida das pessoas idosas, possibilitando que a velhice seja vista como uma fase de perdas e conquistas, como as outras fases da vida, confrontando o saber acadêmico a uma prática crítica. Isso possibilita, ao idoso, fazer escolhas mais saudáveis e conscientes, construindo um novo paradigma educacional e cultural:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (Gramsci, 1966, p. 13).

A partir do questionamento sobre as questões conceituais, os idosos mostram pouco entendimento referente ao que seja extensão, no entanto, a sabedoria própria dos muitos anos vividos consegue expressar com simplicidade o que seja o AFRID:

Eu descreveria assim, é uma coisa muito boa para saúde, o psicológico da gente, a coordenação motora, eu descreveria que é uma coisa muito especial. (Idoso 1).

Eu descreveria assim, para mim foi muito bom, minhas colegas em conversa falam que foi muito bom para elas também, que elas estavam com depressão e logo acabou. Eu fiz participação (pausa) em desfile, vamos dizer, de moda, com as idosas, tirei em primeiro lugar. (Idoso 2).

Com relação ao conceito de universidade, os idosos dizem:

A universidade é onde forma os alunos, em vários (pausa) cursos, inclusive educação física, onde a gente participa. (Idoso 1).

Eu penso que é muito bom para muitas gente, alias para todos, minhas filhas formaram na UFU. Não sei (pausa). A universidade é para favorecer as pessoas, é o sentido, o que eu acho. (Idoso 2).

Sim, a universidade deve favorecer o indivíduo e a sociedade como um todo. E os idosos sabem disso, demonstram a sabedoria que os anos vividos proporcionam. E, apesar da fala simples, nota-se a profundidade do saber.

Segundo Novais (*et al.*, 2013, p. 238) “[...] o AFRID tem conseguido alcançar os objetivos preconizados, melhorando a qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional da população idosa uberlandense e regional”. Isso é bastante significativo na história da Faculdade de Educação Física (FAEFI) e da UFU, pois, com essas ações, ampliam-se os espaços de lazer, esporte e cultura, corroborando com o papel social da universidade pública, qual seja, o de levar o conhecimento para além dos muros da universidade, em benefício da sociedade. Para Buarque (2003, p.15), “é por essa razão que a universidade tem de recuperar a sintonia ética com os verdadeiros interesses da população”. Ainda, Andrade e Costa nos relatam que:

O Projeto AFRID/UFU tem conseguido alcançar os objetivos preconizados, melhorando a qualidade de vida, o bem-estar físico, social e emocional dos seus participantes. Dessa forma, a Universidade Federal de Uberlândia, por meio de seus projetos extensionistas e de prestação de serviços, cumpre um papel primordial para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas bem como na formação de futuros profissionais competentes para atuarem no campo da geriatria, como da gerontologia e, ao mesmo tempo, incentivar estudos e pesquisas sobre o envelhecimento humano.(ANDRADE e COSTA, 2010, p.176).

Após a apresentação das práticas e do cotidiano do projeto AFRID, no período de 1989 a 2014, se faz necessário o olhar crítico para as questões internas a práxis educacional, questões destacadas no início do trabalho: qual é a ideia ou o conceito de extensão que permeia o trabalho extensionista no AFRID, e se ele alinha à ideia de extensão encontrada nas políticas de extensão da UFU. É preciso citar que, no projeto do AFRID, não foram encontradas reflexões sobre a filosofia da práxis em seu fazer acadêmico; talvez outro olhar sobre a sua prática tenha sido apresentado, no entanto não foi assinalado. Portanto, cabe uma nova compreensão, sob a ótica histórica, da construção e desenvolvimento do AFRID, conforme a filosofia de Gramsci:

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: o de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência; ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional. (GRAMSCI, 1966, p.51).

Partindo do pressuposto de que a extensão, hoje realizada na universidade brasileira, tem como finalidade ser coerente com a teoria em que se baseia, e dialogando com a filosofia da práxis, a qual fomenta a prática da extensão de acordo com a definição conceitual do FORPROEX, o AFRID promove, de fato, a extensão delineada pelo fórum, assumindo o papel transformador, articulador e transitório de sua ação, conferindo um caráter essencialmente social e político em suas ações, ainda que, não sejam seus objetivos primeiros. Concordando com Nakamura:

[...], mas por não encontramos indicações sobre os processos pedagógicos adotados, que dentro dessa perspectiva vislumbraria uma pedagogia crítica, não podemos confirmar tal possibilidade, apesar do projeto apresentar coerência entre a visão de envelhecimento, conceito de saúde e autonomia, conceitos que foram ampliados de acordo com as transições conceituais de cada período. (NAKAMURA, 2007, p. 42)

Ademais, sobre a criação do AFRID, é representativa a iniciativa de discentes na construção de um projeto de extensão, o que, aparentemente, mostra o anseio por aproximar a teoria da prática, aspiração esta que, ronda os alunos durante a graduação e, justifica a extensão universitária como processo educativo, formativo e efetivo nesse processo. Além de referendar a

reivindicação de uma universidade mais democrática feita pelo movimento estudantil no início da extensão nas universidades brasileiras. Outro ponto a ser compreendido é o rápido crescimento de ações dentro do programa, mais especificamente o desenvolvimento da Semana do Idoso: ação que incute importantes iniciativas de promoção e de informações à comunidade, capaz de aliar teoria e prática para a promoção da saúde e qualidade de vida, auxiliando o idoso na busca por conhecimentos que auxiliem no processo do envelhecimento, conhecimentos advindos de pesquisas na universidade e de outras fontes de estudo e pesquisa na área da atividade física e envelhecimento humano. Percorridas essas reflexões, notamos que esta ação é de extrema importância para a valorização da extensão realizada no AFRID, pois, além da divulgação de aspectos do processo de envelhecimento desconhecidos do grande público, há maior aproximação entre o conhecimento científico e a comunidade atendida, coadunando objetivos da extensão e promovendo a articulação ensino-pesquisa-extensão. Atualmente, a Semana do Idoso já contou com vinte e uma (21) edições, número expressivo de uma ação que, apesar de ser, de fato, uma ação de extensão, pode ser melhor articulada na UFU, no sentido de promover encontros com diversas faculdades que estudam a temática do envelhecimento; e, assim, produzir um diálogo expressivo com os idosos de Uberlândia, que passariam a ser vistos de pontos diversos, pelo fazer acadêmico. Tais ações, que acontecem na Semana do Idoso, ainda se encontram tímidas em seu potencial aglutinador da diversidade acadêmica.

A professora Geni de Araújo Costa foi a responsável por trazer ao AFRID um olhar científico, pois anteriormente e, a partir do embrião do projeto, que era organizado e colocado em prática por um discente. A professora, notadamente, é alguém que compreende a extensão, na prática e na gestão pois, foi diretora de Extensão da UFU nos de 2009 a 2012, além de membro do FORPROEX e Presidente do Conselho Editorial da Revista Em Extensão e Educação Popular. Em seu currículo Lattes consta a função de coordenadora do AFRID desde 1989. Ainda há outros atores a destacar no período elencado, que passaram pelo projeto a Sra. Divina, a Sra. Ana Maria, o Sr. Gleber, o Sr. José Nilson, entre outros servidores técnicos administrativos em educação. Ainda, numerosos professores e alunos fizeram parte do programa.

O reconhecimento institucional do AFRID como espaço educativo e sua elevação a um novo patamar de estruturação são alvo de reflexões e debates na universidade. Irmanar ações diversas trará importância para a criação da Universidade Aberta para a Terceira Idade, ação que é uma prática realizada pelo AFRID, no entanto, não institucionalizada ou mesmo reconhecida

pela UFU. Notadamente, a prática da extensão marginalizada ainda ocorre na UFU. Se faz necessário um trabalho comprometido com a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão por essa instituição. Neri e Cachione (1999) trazem reflexões quanto ao desenvolvimento de ações de pesquisa na área do envelhecimento, ressaltando que esforços devem ser feitos, na busca por melhoria de projetos que visam educação para idosos:

O desejo de promover uma velhice bem-sucedida causa uma convergência de esforços orientados à busca de fatores e condições que ajudem a compreender e a manejar o potencial dos idosos, nos domínios da pesquisa básica e da educação. Em todo o mundo, os movimentos organizados de idosos e as várias modalidades de programas de educação gerontológica representam oportunidades para estudar as características biológicas, psicológicas e sociais dessa população e sua educabilidade. (NERI; CACHIONI, 1999, p.122).

O AFRID é uma importante ação de promoção da saúde para adultos maduros e idosos; também, é profuso lócus de pesquisa, na área da Gerontologia educacional; tem conseguido alcançar o objetivo proposto, entendendo que o saber é socialmente construído, legitimando a construção do entendimento do processo de envelhecimento da população de Uberlândia. Com isso, trazendo um novo olhar sobre velhice e educação, além de colaborar na formação de profissionais competentes para atuar na área do envelhecimento e atividade física.

A extensão, no AFRID, é organizada de modo que discente e o idoso interajam na prática educativa, tornando-se, ambos, mais conscientes a partir desse processo: o discente, no seu aspecto formativo e pedagógico, pela prática da atividade física para a terceira idade e para seu próprio processo de envelhecimento; e o idoso, mais consciente em relação à responsabilidade que tem sobre seu corpo, sua saúde e sobre o processo de envelhecimento pelo qual passa. Para que isso seja efetivo, as pesquisas devem nortear os rumos das ações do projeto, dando oportunidade para o idoso conhecer os aspectos científicos em torno da atividade física que realiza, oportunizando a interface entre a pesquisa e o ensino. Esforços foram feitos para que as três funções da universidade fossem trabalhadas no AFRID, e, ainda que em limitada escala, percebe-se a pesquisa aliada ao ensino na construção das ações do projeto.

O AFRID se constituiu como importante ação de extensão dentro da universidade devido ao grande número de atividades desenvolvidas e seu alcance na população de idosos e de pesquisadores na área do envelhecimento humano com ênfase na atividade física e sua relação com a qualidade vida desses indivíduos, inclusive, segundo Nakamura (2007, p. 41), reflete sobre essas questões que permeiam o AFRID em sua dissertação de mestrado. Durante a análise

proferida em seu estudo, a autora observou a preocupação dos idealizadores do AFRID em descrever a evolução do seu trabalho durante a década de 1990, refletindo sobre questões sociais, políticas e econômicas referentes ao envelhecimento. Nesse estudo, Nakamura cita Faria Júnior e colaboradores que, estudaram catorze programas para idosos e, concluíram o AFRID como um programa de destaque e de “excelência nacional” voltados à população idosa. (NAKAMURA, 2007, p. 33)

Observou-se, nas ações desenvolvidas pelo AFRID, ambição em se tornar uma Universidade da Terceira Idade, como apontado anteriormente. A Universidade Aberta da Terceira Idade, além de ampliar o acesso ao idoso a universidade, possibilitaria a institucionalização de uma prática perene dentro da Faculdade de Educação, em uma tentativa de aliar diferentes áreas do conhecimento no estudo e pesquisa do envelhecimento humano. Percebe-se que dentro da UFU havia entraves no direcionamento organizativo da extensão, visto que, a UFU vindo de um processo histórico hegemonicamente elitista e de cunho propriamente assistencialista, tais barreiras que iam de encontro a uma ideia de universidade que não prioriza relações sociais mais democráticas. Ainda que, muitas universidades, como por exemplo a USP, já institucionalizava a Universidade da Terceira Idade, a UFU não ambicionou dar um passo adiante na implantação da Universidade para a Terceira Idade. O que se verificou foi que o AFRID desenvolveu ao longo desses 25 anos vários cursos, palestras, eventos e ações que o caracteriza como uma Universidade Aberta da Terceira Idade, além de oferecer atividades físicas ao idosos, também ofereceu meios para estes se aperfeiçoarem e, aos discentes, processos formativos mais coerentes com as demandas sociais, assim, pode-se dizer que o AFRID buscou trabalhar uma concepção extensão socialmente referenciada, através da práxis revolucionária e portanto, geradora de mudanças frente as demandas da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na e pela ação que se realiza a plenitude da humanidade do homem. Por isso seu valor e intensidade.” (LEONHARDT, 2008, p.54).

Com base na análise e interpretação da trajetória histórica do Programa AFRID pode-se observar a extensão realizada pela universidade brasileira. No entanto, sendo as atividades de extensão tão amplas e complexas, assim também serão suas definições e linhas de trabalho. Como a extensão recebeu diversas concepções ao longo do período estudado, enquanto processo científico, cultural, desportivo e político, e como ação reivindicada pelo movimento estudantil, ou intencionada como método de coerção social, durante a ditadura militar brasileira, até o momento de encontro com o anseio da universidade em refletir sobre essas questões com a criação do FORPROEX em 1987, até a implementação de um Programa de Extensão Universitária, em 2003, como uma política pública da extensão.

Conceitualmente, a extensão ganha um novo olhar com o Plano Nacional de 1998/1999, no entanto a prática parece se distanciar da teoria no sentido de que, conduzir uma práxis social transformadora requer uma nova perspectiva que se estende além da lógica acadêmica e que adentra no campo político, e portanto, deve se levar em conta o seu caráter histórico e social, e consequentemente coletivo da prática extensionista, colocando a parte, as ações que visam apenas dar assistência a comunidade e evidenciando aquelas que podem verdadeiramente produzir a emancipação social, através dos projetos e programas de longa permanência que estejam ligados a políticas públicas de amparo e construção a uma sociedade mais justa e democrática.

Constatou-se falhas no entendimento da concepção de extensão, que é vista de maneira assistencialista e paternalista por aqueles que desconhecem o seu aspecto educacional e científico, renegando o seu papel gerador de mudanças, que traduz relações transformadoras entre universidade e sociedade, elevando-as a um novo modo de viver, a níveis superiores de civilização:

O papel da extensão na formação integral de cidadãos críticos e participativos não tem sido bem compreendido dentro das próprias universidades. Infelizmente, ainda há concepções equivocadas que colocam a extensão ao lado das ações efêmeras, de pouco ou nenhum impacto, com características de assistencialismo e sem rigor científico. (MORAES FILHO, 2000a, p.11).



Assim, o homem necessita de um apoio na construção teórico-intelectual, sendo a extensão um instrumento educativo que leva, às classes subalternas, subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento dessa ação consciente. No entanto, para que esse processo ocorra, a ação extensionista deve estar alinhada com os propósitos dos movimentos sociais, aos quais atende, considerando suas especificidades e particularidades, salientando o compromisso da extensão com toda a sociedade.

A UFU e o AFRID foram acompanhando o movimento extensionista no Brasil, ainda que, em alguns momentos, a UFU deixou a desejar, acompanhando o movimento hegemônico elitista, que não abarcava as demandas da população menos favorecida e, assim, não realizando uma extensão socialmente referenciada. Completa-se que, "O embate ideológico pela hegemonia de projetos de sociedades vai adquirindo sutilezas de dimensões filosóficas e econômicas nos encaminhamentos do projeto governamental de universidade." (MELO NETO, 2004, p. 27), refletindo nas ações extensionista desenvolvidas pelo AFRID e pela UFU, nos contornos que as políticas governamentais ganham ao longo dos anos.

Os fatos apresentados, as ações implementadas e o trabalho realizado evidenciaram o alcance do AFRID na sociedade a qual permeia, promovendo a libertação de paradigmas opressores que inibem a vivência de uma velhice digna. Atribui-se a isso, sob a égide do trabalho extensionista, que em sua natureza conceitual se apresenta em uma postura contra hegemônica e, por isso, os desafios enfrentados se encontram no campo ideológico. Tais desafios se fazem presentes, principalmente quanto ao financiamento e institucionalização da extensão, enquanto o ensino e a pesquisa já se aquilatararam e obtiveram prestígio na academia, a extensão, ainda hoje, busca seu espaço de expressão dentro da universidade.

A extensão realizada na UFU passou por mudanças após o FORPROEX, no entanto, ainda se nota ações de extensão inconsistentes, descontínuas e pontuais, refém das vontades de seus gestores e docentes, posto que, mesmo obrigatória, ela não se faz presente e organizada em ações conjuntas com o ensino e a pesquisa. Vale ressaltar a destinação, feita pelo PNE 2001-2010, de 10% da creditação curricular a essas atividades de extensão (Lei Federal 10.172/2001), o FORPROEX disserta que "o elitismo e o conservadorismo, além da precária organização e recursos financeiros tem impedido instituir a legalidade do proposto nas universidades" (FORPROEX, 2012, p. 14). Como afirma Rodrigues (2014), a discussão para engendrar a extensão como parte integrante dos currículos na UFU ainda está no campo do debate. Editais de

fomento apartam a pesquisa da extensão, e, por isso, a UFU tem um caminho longo para percorrer no sentido da efetiva indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo Melo Neto (S/d, p. 8) "O conhecimento que está sendo produzido na universidade através da pesquisa, da extensão e do ensino, e que, muitas vezes, só promove a exclusão e a desigualdade, não pode ser ético." Portanto, as leis que regem a universidade necessitam urgentemente de reformas e mais, as normas legais que já estão postas, precisam urgentemente serem colocadas em prática, a universidade carece respeitar o que está previsto na lei, quanto a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, entre outros aspectos legais, que tem deixado a desejar.

Além disto, a universidade necessita de autonomia de financiamento quanto à extensão que desenvolve, podendo abarcar ações que buscam a práxis revolucionária como norteadora de suas atividades; ações que se prestem a atender as questões propostas pela comunidade atendida, trabalhando em uma visão ampla e sistêmica da realidade vivenciada: uma extensão compromissada com as classes populares, com intenção de emancipá-las e conscientizá-las sobre seus direitos. Para Gramsci:

[...] só através deste contato, é que uma filosofia se torna 'histórica'. E depura-se dos elementos intelectualistas da natureza individual e se transforma em 'vida'. Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)". (GRAMSCI, 1966, p. 18).

O contato, disposto por Gramsci, se dá através desse intelectual orgânico, oriundo do grupo à qual propõe a ação de extensão, ou que a conheça a fundo para que possa considerar todos os aspectos necessários para uma prática extensionista revolucionária; desse modo, pode-se elaborar a hipótese de que a extensão, através de seus intelectuais, docentes e gestores, que a propõem e executam, são os tais organizadores intelectuais que fazem a ligação entre teoria e prática no fazer extensionista – o ideal é que sejam intelectuais orgânicos, que tenham vindo da classe social beneficiada pela atividade de extensão, podendo, portanto, conduzir o grupo à autoconsciência crítica, pois conhecem realmente os problemas e desafios enfrentados.

De acordo com Gramsci (1966, p.21), "a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam". No entanto, a práxis, ou seja, a unidade entre teoria e prática, não é algo mecânico, mas construído, um devenir histórico, como

aponta Gramsci. É a superação do senso comum, um progresso do desenvolvimento político do conceito de hegemonia, ainda que dentro de certos limites. Assim sendo, a extensão tem o dever moral de apontar a ideologia presente no seu fazer, para que, a condição das classes não dominantes hegemonicamente seja entendida e, assim, superada.

Não obstante os avanços em termos de institucionalização, concepções e metodologias relativas à Extensão Universitária, há ainda um longo caminho a percorrer, tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar e os desafios em presença nos contextos nacional e internacional, assim como no âmbito das próprias Universidades Públicas. (FORPROEX, 2012, p. 9).

Citando Baptista (2010, p.182), “a educação na concepção gramsciana, portanto, só poderia estar voltada para a transformação da concepção do mundo dos sujeitos, através de uma filosofia capaz de abalar as ‘fortificações’, de transformar as mentalidades e de permitir a elevação cultural, ou seja, a filosofia da práxis”; é como compreendemos a extensão, fortalecida por sua prática consciente, capaz da superação de antigos paradigmas que não atendem aos anseios sociais. E, ainda:

Nesse sentido, como a classe subalterna pode vir a se tornar hegemônica, em uma sociedade de classes? Compreender a concepção de mundo dos sujeitos, no conjunto das relações sociais, entre elas a educação, possibilita compreender o movimento real, suas contradições, e abrir espaço para a superação dessas contradições e do próprio real. (IBIDEM, p. 187).

Percebemos, pois, que a Extensão Universitária é uma reivindicação para maior compromisso social da Universidade. Acompanha as reivindicações das demandas sociais de reformas de base na política e economia, e, portanto, pensar, discutir e organizar a extensão, é também pensar, discutir e organizar o anseio da sociedade brasileira, na busca do compromisso democrático, não possua benefícios apenas para a elite, mas para maior parte da população, somente isso possibilita o fim do estado de privilégios e, em seu lugar, haja a efetivação do estado democrático e se cumpra a missão social da universidade. Acredita-se que o desconforto causado pela extensão se dá exatamente neste ponto, pois coloca em debate as minorias sociais, o pobre, o negro, a mulher, o idoso, enfim, setores da sociedade que têm pouco acesso ao ensino superior e, através da extensão universitária, o alcançam. A extensão apresenta ferramentas importantes para confrontar essas questões e melhorar o funcionamento e missão da Universidade. Concordando com Serrano que salienta:

A Extensão Universitária vivência um momento extremamente importante para sua consolidação como fazer acadêmico, entretanto as práticas institucionais através do próprio fazer extensionista e das normatizações universitárias necessitam melhor dispor-se diante das funções acadêmica, social e articuladora da Universidade. Este não é um desafio pequeno visto que o Plano Nacional de Extensão esta longe de ser uma realidade plena nas universidades brasileiras. (SERRANO, s/d).

Por isso, conceber a extensão como uma relação processual que se encaminha para a sua extinção, conjuntamente com ações que a fortaleçam enquanto práxis educacional devem ser prioritárias; aqueles que se interessam por um mundo mais igual e justo devem lutar por uma extensão forte nas universidades. Assimilar o constructo de uma concepção de extensão, a partir desse entendimento, passa pelo processo educativo teórico-prático que esclareceria a consciência das classes sociais não dominantes, ou não hegemônicas, capacitando-as a assumir a responsabilidade sobre suas ações políticas, para sua integração na sociedade. A extensão é apenas um dos caminhos, no campo educacional, para que a justiça social se efetive, havendo outros caminhos que podem influir nas políticas públicas, para que a sociedade chegue a um nível mais levado de entendimento da vida.

A universidade não deve se considerar como a representação da salvação social, pois corre o risco da descaracterização de sua função universalista e orgânica, e de deixar de desempenhar funções científicas, culturais e esportivas. Aí reside sua contradição: manter-se como instituição de elevado nível cultural e científico, incorporando as demandas sociais e sua cultura popular, oferecendo este diálogo sem se perder ao longo de seu processo dialético e controverso. Para alcançar o equilíbrio entre a produção de cultura sistematizada e a incorporação da cultura de massa, se faz necessário, à universidade, rever a hegemonia cultural presente em seu arcabouço, a concepção de mundo que deseja tecer em sua trajetória institucional, e estar aberta ao diálogo e às mudanças inerentes à própria sociedade, não se engessando, mas mantendo-se, constantemente, renovada. Como aponta Buarque (2003):

Não ocorreram grandes mudanças estruturais na universidade, nos últimos mil anos. O papel da universidade pouco mudou. No entanto, a realidade da situação social do mundo, bem como os avanços dinâmicos em termos de informação, conhecimento e novas técnicas de comunicação e educação evidenciam a necessidade de uma revolução no conceito de universidade. (BUARQUE, 2003, p.3).

A universidade deve estar em constante transformação, seguindo o movimento orgânico da sociedade na qual está inserida e a extensão pode ser compreendida como um meio de atualizá-la frente às mudanças sociais constantes. É a troca existente na ação extensionista que permite, à universidade, se autorreformular, se atualizar, foi assim no AFRID, que aproveitou as oportunidades apresentadas em seu trabalho extensionista. E, não se estagnar, considerando o conhecimento um troféu a ser guardado a sete chaves pela elite; mas que tal conhecimento seja orgânico, transformador, democrático e altamente renovado a cada transformação social. Que a universidade não seja uma mantenedora da hegemonia elitista, como, comumente, se vê. Mas que, a universidade possa buscar, criativamente, soluções para minimizar os efeitos da crise de identidade que enfrenta, crise ética e moral. Para Buarque:

Para que a universidade seja um instrumento de esperança, entretanto, é necessário que ela recupere esperança nela própria. Isso significa compreender as dificuldades e as limitações da universidade, bem como formular uma nova proposta, novas estruturas e novos métodos de trabalho. Lutar pela defesa da universidade significa lutar pela transformação da universidade. (BUARQUE, 2003, p.4).

Após muitas questões terem sido colocadas em foco, algumas foram melhor compreendidas, outras suscitaram mais desconfortos e dúvidas. Nesse sentido, esse estudo aspirou sensibilizar para questões sociais mais profundas, que possam ser esmiuçadas e alargadas sob os aspectos da organicidade e da sustentabilidade; que, a partir de ideias integrativas e colaborativas, as ações de extensão possam traduzir projetos educacionais que não sejam marcados pelo impor, ditar ou convencer, mas pela superação das questões fragmentadoras e limitadoras da ordem social, colaborando na questão lançada a partir de uma perspectiva científica. Sem o intuito de elucidar todas as contradições existentes ou engessar o conhecimento abordado, e muito menos responder por toda extensão realizada na Universidade Federal de Uberlândia, mas com a certeza da relevância da extensão na elaboração de uma educação mais humana, concorda-se com Gramsci:

Se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto. O que não é verdade, para a felicidade da ciência. (GRAMSCI, 1966, p.70).

Portanto, o ponto de partida, para possíveis soluções na prática extensionista, se dará no contexto de sustentabilidade social através do reconhecimento de métodos científicos que

embasam a emancipação social, por meio de processos educativos, culturais desportivos e políticos, realizado entre Universidade e Sociedade. O AFRID foi e é uma ação que lança em sua prática, a resolução dos problemas postos por seu público atendido, os idosos, ainda que tenha enfrentado contradições e problemas próprios da prática-pedagógica e do fazer extensionista no período abordado. Enfim, buscou-se entender as causas dos problemas e tratá-las a partir desse ponto, e não somente de seus efeitos ou sintomas aparentes. A educação, e no caso do AFRID, a educação para a saúde, se mostra como uma das arma mais poderosa de realização do desejo de emancipação social. Assim,

Devemos reconhecer que, sendo maior o número de pessoas que recebem melhor educação e desfrutam de longevidade e boa saúde, os idosos podem contribuir mais do que nunca para a sociedade e, de fato, assim o fazem. Se incentivarmos sua participação ativa na sociedade e no desenvolvimento, podemos estar certos que seu talento e experiência inestimáveis. Os idosos que podem e querem trabalhar devem ter a oportunidade de assim o fazer, e todas as pessoas devem ter a oportunidade de continuar aprendendo ao longo da vida. (ANNAN, KOFL, secretário geral das Nações Unidas – Madri, 2002, p. 14).

Finalmente, considerando tudo o que foi exposto, conclui-se que, o AFRID ao longo de 25 anos de trabalho extensionista desenvolveu inúmeros projetos, beneficiou a população idosa e colaborou com a formação discente, promovendo uma extensão que faz pensar, que propõe soluções e, acima de tudo, provoca a dissolução de velhos paradigmas assistencialistas, colaborando na construção de novas ideias e significados para a extensão universitária.

## REFERÊNCIAS

- AFRID. **Projeto AFRID**. S/d. Disponível em: <<http://www.afrid.faeфи.ufu.br/node/3>>. Acesso em 01 julho de 2014.
- AFRID. **Informativo AFRID**, nº1 ao nº51. Disponível em: <[www.afrid.faeфи.ufu.br/node/40](http://www.afrid.faeфи.ufu.br/node/40)>. Acesso em janeiro de 2016.
- ALMEIDA, Admário Luiz de. **Do humanismo ao assistencialismo: o CRUTAC no Estado Militar (1966-1985) (O caso do Rio Grande do Norte e do Maranhão)**. 2011. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13616>> Acesso em: outubro de 2016.
- ALMEIDA, S.A.P.; OLIVEIRA, R.C.S. **Fragmento da memória de mulheres na terceira idade a partir da narrativa de vida**: Contribuições da história oral. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e dialogo social. Natal, RN. 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372283253\\_ARQUIVO\\_MEMORIAEIDENNTIDADEDASMULHERESNATERCEIRAIDADE\\_1\\_.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372283253_ARQUIVO_MEMORIAEIDENNTIDADEDASMULHERESNATERCEIRAIDADE_1_.pdf)>. Acesso em: julho de 2017.
- ANDRADE, G. G. V., COSTA, G. A. **PROJETO AFRID**: Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade. Em Extensão, Uberlândia, v. 9, n. 2, p, 167-176, jul. /Dez. 2010.
- ANNAN, KOFL. **Discurso do Sr. Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas**. Págs 13-15. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — 49 p. : 21 cm. — (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1). Disponível em: <[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_manual/5.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf)>. Acesso em julho de 2017.
- BARBOZA. **Informativo AFRID nº 42**. 2011. Disponível em: <[www.afrid.faeфи.ufu.br](http://www.afrid.faeфи.ufu.br) > Acesso em janeiro de 2016.
- BAPTISTA. M. G. A. **Práxis e educação em Gramsci**. Revista Filosofia e Educação (*Online*), ISSN 1984- {<http://www.wikipedia.org>} 9605 – Revista Digital do Paideia, V.2, N. 1, 181-203, abr./set. 2010.
- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 711 p.
- BENJAMIN, WALTER. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In Benjamin, W. Magia e Técnica, Arte e Política – Obras Escolhidas, Volume I. 7ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994, p 197-221.

BOFF, L. **A função da universidade na construção da soberania nacional e da cidadania.** Cadernos de Extensão Universitária: FORPROEX, Ano 1, N° 1, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos.** 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 60 p. Série Legislação; n. 39

BRASIL. **Decreto N° 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em jan. /2016

BRASIL. MEC. **Proext** – Apresentação. S/D. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487)>. Acesso em 15/06/2016.

BRASIL, MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Edição Atualizada: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. 2000/2001.

BRASIL, MEC. Grupo de Trabalho (GT). **Avaliação da Extensão Universitária.** Avaliação Nacional da Extensão Universitária: pressupostos, indicadores e aspectos metodológicos, 2000. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2016.

BUARQUE, C. **A universidade numa encruzilhada.** Ministro da Educação do Brasil. Trabalho apresentado na Conferência Mundial de Educação Superior + 5, UNESCO, Paris, 23-25 de junho de 2003.

CAMPOS, Ilma Erse. **A extensão universitária como espaço para o desenvolvimento regional:** estudo de caso do PROEXTE 1995/1996. Dissertação de mestrado. 73f.– Porto Velho, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONSELHO DA COMUNIDADE SOLIDÁRIA. Revista do Conselho da Comunidade Solidária. Edição Especial, 1998.

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO. **Estatuto do Idoso.** 1. ed. Uberlândia, 2009, 60 p.

COSTA, Geni de Araújo. **Atividade Física, qualidade de vida e currículo:** Por uma velhice bem-sucedida. Ano de obtenção: 2000. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.



COSTA, Geni de Araújo. **Projeto AFRID**. 2001. Acervo AFRID.

COSTA, Geni de Araújo. **Editorial**. 2003, Informativo AFRID nº 1. Disponível em: <[www.afrid.faei.ufu.br/node/40](http://www.afrid.faei.ufu.br/node/40)>. Acesso em janeiro de 2016.

COSTA, Geni de Araújo. **Longevidade: um desafio para a sociedade**. In: COSTA, Geni de Araújo (Org.). *Atividade Física, Envelhecimento e a Manutenção da Saúde*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 27-41.

COSTA, Geni de Araújo. **Projeto AFRID Atividades Físicas e Recreativas para a terceira idade**, 2012 Revista Guará, Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/guara/article/view/10085>>. Acesso em: Jan/2016.

CUNHA. Luiz Antônio. **A universidade temporã: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3ª Ed. São Paulo; Editora UNESP, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A universidade crítica: O ensino superior na república populista**. 3ª Ed. São Paulo; Editora UNESP, 2007b.

\_\_\_\_\_. **A universidade reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 3ª Ed. São Paulo; Editora UNESP, 2007c.

CUNHA FILHO, **Prefácio**. 2000. In MORAES NETO, W. B. (Org.). *Catálogo de Extensão: 1997*. Uberlândia: UFU/PROEX, 2000(a). 175p.

DANTAS, Sandra Mara. **A fabricação do urbano: civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)**. Franca: UNESP, 2008 Tese de Doutorado. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103114/dantas\\_sm\\_dr\\_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103114/dantas_sm_dr_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em julho de 2017.

FAEFI. **História**. s/d. Disponível em: <<http://www.faei.ufu.br/node/16>>. Acesso em: Janeiro de 2016.

FARIA, D.S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FÁVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Curitiba : Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FORPROEX. **O Plano Nacional de Extensão Universitária**. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, Brasília/DF, 1987.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão 2000/2001**. Natal - RN, 8 de maio de 1998. Disponível em <<http://www.portal.ufpa.br/docsege/Planonacionaldeextensaouniversitaria.pdf>>. Acesso em Jan/2015.

FORPROEX. **Sistema de Dados e Informações: Base Operacional** de acordo com o Plano Nacional de Extensão. Rio de Janeiro: NAPE, UERJ, 2001a. (Coleção Extensão Universitária; v.2).

FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão universitária**. Brasília: MEC/ SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001b. (Coleção Extensão Universitária v.3).

FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Texto apresentado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Brasília/DF, Curitiba-PR, Ilhéus - BA, 2001c.

FORPROEX. **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão**. Brasília: MEC/SESu; Porto Alegre: UFRGS 2006a. (Coleção Extensão Universitária v.4).

FORPROEX. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006b. (Coleção Extensão Universitária v.5).

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão Universitária: organização e sistematização. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p.

FORPROEX. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004** /. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. – 2a Ed. – João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Texto apresentado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Manaus-AM, 2012.

FORPROEX/RENEX. **Apresentação**. s/d. Disponível em <[https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34&Itemid=18](https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=18)>. Acesso em julho de 2016.

FREITAS, C. C. S., et. al. **Movimento estudantil e reforma universitária – a república populista e o governo lula**. 2007. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2007/70.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/70.pdf)>. Acesso em junho de 2016.

GOMES, A.R. WARPECHOWSKI, E.M. SOUSA NETTO, M.R. (Orgs.). **Fragmentos imagens memórias: 25 anos de federalização da Universidade Federal de Uberlândia**. Uberlândia: EDUFU, 2003. 218p.

GIROTTI, K.G., CUNHA, A.M.O. **A Extensão na compreensão dos docentes das áreas biológicas da Universidade Federal de Uberlândia**. Horizonte Científico, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4214/3155>>. Acesso em 15/06/2016.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979. 3ª Edição.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**: 2015. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 137p.

INFORMATIVO AFRID. Disponível em: <[www.afrid.faei.ufu.br](http://www.afrid.faei.ufu.br)>. Acesso em janeiro de 2016.

JASPERS. K. **Introdução ao pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix. 2011. 168 p.

JORNAL INVASÃO DE PRIVACIDADE. Abril de 1996, N° 1. (Acervo AFRID).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 7ª Ed. 2002.

KRISHNAMURTI, Jiddu. **Aos pés do mestre**. Disponível em: <[http://www.luzdegaia.org/downloads/livros/diversos/Aos\\_Pes\\_do\\_Mestre\\_Alcione.pdf](http://www.luzdegaia.org/downloads/livros/diversos/Aos_Pes_do_Mestre_Alcione.pdf)>. Acesso em julho/20117

LEONHARDT, Ruth Rieth. **Percursos de leitura da relação entre homem e cultura**.

Guarapuava: Unicentro, 2008. Disponível em:

<<http://www.faprr.pr.gov.br/arquivos/File/projetos07-2007/12543-Livro.pdf>>. Acesso em: 11/07/2016.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **UFU: a dinâmica de uma história**. Fragmentos, imagens memórias. Uberlândia: EDUFU, 2003.

MELO NETO, J. F. **Extensão universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2001. 240 p.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2004. Disponível em: .

<[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/livros/pa\\_1\\_2004\\_extensao\\_universitaria\\_autogestao\\_e\\_educacao\\_pop.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_1_2004_extensao_universitaria_autogestao_e_educacao_pop.pdf)>. Acesso em julho de 2017.

MELO NETO, J. F. **Autonomia e Extensão Universitária**. S/d Disponível em:

<[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/artigos/pa\\_a\\_ext\\_autonomia.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_ext_autonomia.pdf)>. Acesso em Jan/2016.

MELO NETO, J. F. **Extensão Universitária: bases ontológicas**. S/d. IN MELO NETO, J. F. (org.) **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - diálogos populares**. Disponível em:

<<http://www2.uesb.br/pedh/wp-content/uploads/2014/02/Extensão-Universitária-diálogos-populares-José-Francisco-de-Melo-Neto.pdf>>. Acesso em Jan/2016.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola. 2000. 3. Ed.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. **Ensino-pesquisa-extensão**: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 41 maio/ago, p. 269-280. Abr./2008 - Abr./2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: 22 Jan. 2017.

MORAES FILHO, W. B. (Org.). **Catálogo de Extensão**: 1997. Uberlândia: UFU/PROEX, 2000(a). 175p.

\_\_\_\_\_, W. B. (Org.). **Catálogo de Extensão**: 1998. Uberlândia: UFU/PROEX, 2000(b). 154p.

\_\_\_\_\_, W. B. (Org.). **Catálogo de Extensão**: 1999. Uberlândia: UFU/PROEX, 2000(c). 154p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar** – cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 448 p.

NAKAMURA, Ana Lúcia Lago. **Envelhecimento**: um olhar sobre a perspectiva de saúde, autonomia e promoção da saúde em programa de atividade física. - São Paulo, 2007. 119 f.: il.; 30 cm Dissertação de Mestrado. – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2007. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Luiza de Jesus Miranda.

NERI, A. L. CACHIONI, M. **Velhice bem-sucedida e educação**. In NERI, A. L. DEBERT, G. G. Velhice e Sociedade. Campinas, SP: Papirus, 1999. (Coleção Vivacidade) p.113-140.

NIAFS. **Regimento Interno do NIAFS**. S/d. Disponível em: <<http://www.niafs.faei.ufu.br/uploads/media/regimento.pdf>>. Acesso em Jan/2016.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas** – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; o Fórum, 2000.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão Universitária no Brasil**: uma revisão conceitual. In: Faria DSD, (ORG.). Construção Conceitual da Extensão na América Latina. Brasília: UNB; 2001. p. 57-72.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, 135 p.

NOVAIS, et al. **Alguns caminhos percorridos para a promoção de atividade física para idosos**. In. ROSA, T. E. C., BARROSO, A. E. S. LOUVISON, M. C.P. (Orgs.) Velhices: experiências e desafios nas políticas do envelhecimento ativo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013, p. 135-145. (Temas em Saúde Coletiva).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plano de ação internacional contra o envelhecimento**, 2002/ Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. — 49 p. : 21 cm. — (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1). Disponível em:

<[http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/\\_manual/5.pdf](http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf)> Acesso em julho de 2017.

PEREIRA, T. P. **O que é o Fórum**. Disponível em: <<http://tteias.blogspot.com.br/2010/06/o-que-e-o-forum.html>>. Acesso em: março de 2017.

PROEX. **Resumos das comunicações e da mostra do 3º Seminário de Extensão**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. PROEX, 1995, 102 p.

PROEX. **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e Assuntos Estudantis - PROEX**. s/d. Disponível em: <<http://www.proex.ufu.br>> Acesso em: março de 2016.

PROEXC. **Relatório de gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC - 2013-2016**. Disponível em:

<[http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//RELATORIO\\_DE\\_GESTA\\_O\\_DA\\_PROEXC\\_2013-2016.pdf](http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//RELATORIO_DE_GESTA_O_DA_PROEXC_2013-2016.pdf)>. Acesso em setembro de 2017.

PROEX. **Extensão**. Disponível em: <<http://www.proexc.ufu.br/direc>> Acesso em julho de 2017.

PROEX. **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura**. Disponível em: <<http://www.proexc.ufu.br/institucional>>. Acesso em julho de 2017.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "**Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'**". In: VON SIMSON, Olga Moraes. Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice; Revistas dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

ROCHA, R.M.G. **A Construção do Conceito de Extensão universitária na América Latina**. In: Faria DSD, editor. Construção Conceitual da Extensão na América Latina. Brasília: UNB; 2001.

RODRIGUES, V. M. **O programa de extensão universitária – Proext – no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia**. 2014, 130 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas mãos de Alice: O Social e o Político na Pós Modernidade**. 7ª ed. São Paulo: Edições Afrontamento, 1999.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SEMERARO, Giovanni. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. Cad. Cedes, Campinas, vol.26, n. 70, p. 373-391, set. /dez. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: janeiro/2016.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. [s.l.: s.d.]. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/2973231-Conceitos-de-extensao-universitaria-um-dialogo-com-paulo-freire.html>>. Acesso em: 23 junho de 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, A. L. L. **História da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2ª Edição, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lélío Lourenço de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução N° 01/88 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP)**. 1988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Regimento Geral**. 1998. Disponível em: <<http://www.ufu.br>>. Acesso em: Jan/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Resolução 04/2009 do Conselho Universitário (CONSUN)**. Estabelece a política de Extensão da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-4.pdf>>. Acesso em: nov. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Plano Institucional e Desenvolvimento e Expansão – PIDE**: (Período 2010-2015). Disponível em: <[http://www.apg.ufu.br/documentos/expansao\\_PIDE.pdf](http://www.apg.ufu.br/documentos/expansao_PIDE.pdf)>. Acesso a em: Jan/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Relatório de Gestão: 2013-2016**. Disponível em: <<http://www.proplad.ufu.br/tags/relatorio-de-gestao>>. Acesso em julho de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Sobre a UFU**. S/d. Disponível em: <<http://www.ufu.br>>. Acesso a em: Jan/ 2016.

UFU. PROEX. **Resumos das comunicações e da mostra do 3º Seminário de Extensão**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. PROEX, 1995,102 p.

UFU. PROEX. **Produção de Extensão, cultura e assuntos estudantis da UFU**: 1993 – 1996. Uberlândia, 1996. 364p.

UFU. PROEX. **Revista Em Extensão**. Disponível em:  
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao>>. Acesso em março de 2017.

UFU. PROEX. **Revista de Educação Popular**. Disponível em:  
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop>>. Acesso em março de 2017.

UFU. PROEX. **CIEPS**: Sobre nós. Disponível em: <<http://www.cieps.proex.ufu.br/node/1>>.  
Acesso em: março de 2017.

UFU/SIEX. **AFRID/Nº9428/2011**. Disponível em: <<http://www.siex.proexc.ufu.br>>. Acesso em:  
março de 2017.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **De córdoba aos dias atuais: a luta pela reforma universitária**. Por: BLUMBERG, P. S/d. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>>. Acesso em junho de 2016.

UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA. Boletim nº 2 Universidade Solidária, novembro, 1997.  
UNIVERSIDADE SOLIDÁRIA. Boletim nº 2 Universidade Solidária, abril, 1998.

## ANEXOS

### ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

<b>Questões direcionadas a gestores da extensão na UFU</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>QUESTÕES</b>
Gerais	Quando você entrou na UFU? Em qual cargo? Qual foi o período que você foi gestor da extensão? Em qual cargo?
Políticas	Qual ou quais eram as políticas que embasaram a extensão na UFU durante a sua gestão? Qual ou quais eram os órgãos de fomento da política de extensão na UFU?
A extensão na UFU	Como era organizada institucionalmente a extensão na UFU Qual a relação estabelecida entre a UFU e a sociedade? Havia essa relação? Como acontecia a avaliação da extensão? Pontue as ações significativas durante a sua gestão que fomentaram e incentivaram as ações de extensão na UFU.
Concepção de extensão	Qual a concepção de extensão trabalhada no período que foi gestor (a)? Como a extensão afeta a sociedade? Como a extensão afeta a universidade? Qual é o papel social do conhecimento produzido pela universidade, em sua opinião?
AFRID	Como gestor (a) da extensão, você tinha conhecimento da ação de extensão denominada AFRID?

<b>Questões direcionadas aos idosos participantes do AFRID</b>	
<b>CATEGORIAS</b>	<b>QUESTÕES</b>
AFRID	Quais as suas lembranças relacionadas à época da criação do AFRID. Em que ano você iniciou sua participação no AFRID? Em qual atividade (s) você participava? Como era organizada as atividades, como eram as aulas? Quem as ministrava? Você participou de pesquisa no AFRID? Você participou da Semana do Idoso? Você recebeu orientação de outros profissionais da saúde, no programa AFRID? Pontue alguma outra atividade que você participou no AFRID. Aponte se houve benefícios em sua saúde física, psicológica e social, devido a participação no AFRID.
Concepção de extensão	Como você descreveria o AFRID? O que é extensão? O que você pensa sobre a universidade?



## ANEXO 2 - HINO DO AFRID

### **Hino do AFRID (LETRA)**

O AFRID nos concede a certeza  
Do Sucesso na paz, na alegria.  
Bem Unidos no Amor, no carinho.  
Cresceremos na Sabedoria

### **Refrão**

Ao AFRID a nossa gratidão.  
Ao AFRID o nosso coração.  
Ao AFRID a nossa gratidão.  
Ao AFRID o nosso coração.

Aqui há muita gente querida,  
A velar, noite e dia, com ardor,  
Para que todos sejamos felizes,  
Sob o olhar de um Deus que é amor.

### **Refrão**

Nós idosos vivendo unidos,  
Gozaremos da felicidade,  
De formar uma nova família,  
Aspergindo a luz da verdade.

### **Refrão**

Obrigado, ó mestres queridos,  
Revestidos do dom de ajudar-nos,  
Com a presença bondosa e amiga,  
Com a mão protetora a guiar-nos.

## Hino do AFRID (MÚSICA)

### Afrid - Hino

Sebastião Furtado de Oliveira

Intrd.

Canto:

1 - O Afrid nos con - ce - dea cer

7 te - za - do su - ces - so na paz, na a - legri - a, - Bem u - ni - dos no a - mor, no ca - ri - nho,

16 Cres - ce - re - mos na sa - be - do - ri - a - Ao Afrid a - nos sa gra - ti - dão, - Ao Afrid

25 Afrid o nos - so co - ra - ção - Ao Afrid - 2 - A - qui ção

34 ção